

ABRACICON

Publicação Trimestral da Academia
Brasileira de Ciências Contábeis

SABER



A potencialização da relação de remuneração por incentivos e desempenho individual com base na teoria da Autodeterminação

Anna Caroline Priebe e Dr. Udo Strassburg

Academia

Acadêmico da Abracicon é homenageado pelo Sindicont-SP

Exclusiva Abracicon

O poder de acurácia dos estágios de ciclo de vida das empresas na previsão de lucros: uma análise das empresas listadas na B3.

Perfil

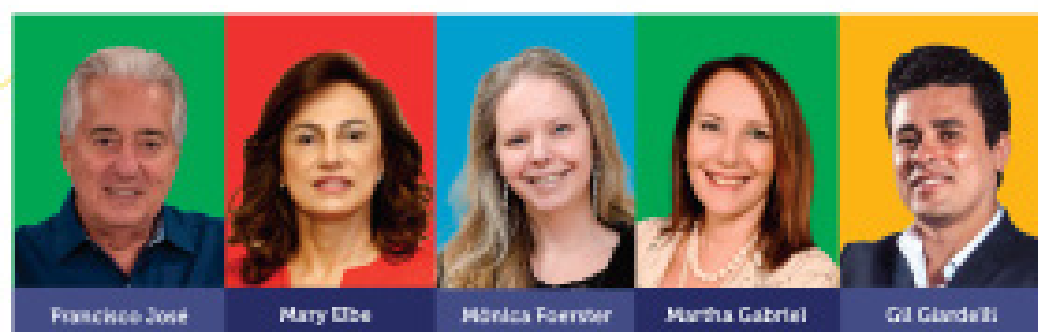
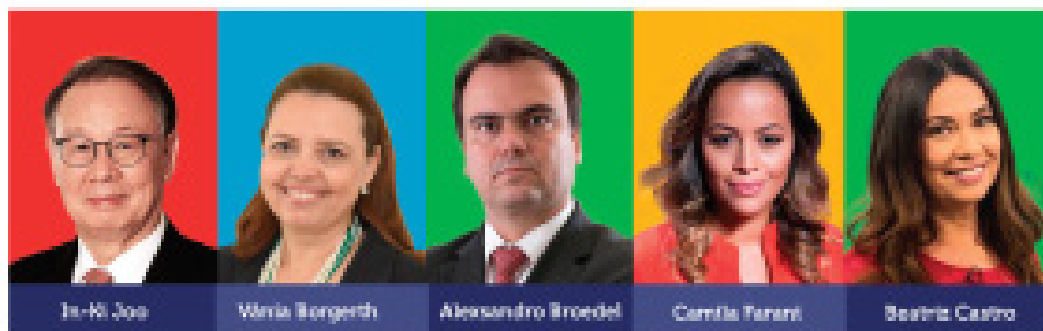
Sergio de Iudícibus



**XII Encontro Nacional
da Mulher
Contabilista**
11 a 13.9.2019 • Porto de Galinhas (PE)

**Viva o calor e a emoção.
Venha viver Pernambuco!**

Confira alguns dos nossos palestrantes e painelistas:



Acesse: enmc2019.com.br
e conheça a programação completa

LEMA:

Empreendedorismo, inovação e sustentabilidade
conduzindo revoluções!

Inscrições

R\$ 500,00	Estudantes
R\$ 800,00	Acompanhante
R\$ 1000,00	Profissionais

**GARANTA JÁ
a sua
vaga!**

Realização:



Organização:



Apio:



**PORTO DE
GALINHAS**

EXPEDIENTE

REVISTA ABRACICON SABER
EDIÇÃO Nº 28 ISSN: 2357/7428

Editor

Academia Brasileira de Ciências Contábeis
(Abracicon)

Endereço:

SAS - Quadra 05 - Bloco J - Edf. CFC, 4º andar, CEP: 70070-920 – Brasília (DF)

Contato:

(61) 3314-9453
abraciconsaber@abracicon.org.br

I. DIRETORIA DA ABRACICON**Presidente**

Maria Clara Cavalcante Bugarim (AL)

Diretor de Administração e Finanças

José Antonio de França (DF)

Diretor Operacional

Antônio Carlos Nasi (RS)

Diretora de Ensino e Pesquisa

Gardênia Maria Braga de Carvalho (PI)

II. CONSELHO FISCAL**Membros efetivos**

Washington Maia Fernandes (MG)
Presidente
Jucileide Ferreira Leitão (RN)
Irineu De Mula (SP)

Membros suplentes

Alcedino Gomes Barbosa (GO)
Roberta Carvalho de Alencar (CE)
José Corrêa de Menezes (AM)

Coordenadora do Conselho Editorial

Acadêmica Dra. Gardênia Maria Braga de Carvalho

Conselho Editorial

Clovis Belbute Peres
Acadêmico Elias Dib Caddah Neto - Ms.
Acadêmico José Antonio de França - Dr.
Acadêmico José Eustáquio Giovannini - Ms.
Acadêmico Vicente Pacheco - Dr.

Revisão: Maria do Carmo Nóbrega

Colaboradoras: Fernanda da Silva Costa e
Luciana Martins da Silva Sousa

Projeto Gráfico, Redação e Diagramação
CQueiroz Comunicação – (81) 3429.5846

Fotos: Ceditas pelas Academias Regionais e
Abracicon

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

www.abracicon.org.br

Edição n.º 28

Em meio a tantos acontecimentos e a diversas atribuições do nosso dia a dia, não percebemos como o tempo tem passado rapidamente. Findamos o primeiro semestre de 2019 com a certeza de que fizemos tudo o que estava ao nosso alcance em favor de uma causa maior denominada CONTABILIDADE. Quero registrar minha justa gratidão aos nossos abnegados acadêmicos, que têm trabalhado incansavelmente, com muita perseverança e bom ânimo, para realizar todas as ações necessárias para o desenvolvimento das Ciências Contábeis.

Em um piscar de olhos, nossas Academias realizaram muitas reuniões, seminários, lançamentos de livros, cursos e homenagens, e já começam a trabalhar as ações voltadas para o ano de 2020. Constatando-se como eventos tradicionais, desde janeiro, também vimos dando cumprimento à nossa intensa agenda das solenidades de posse nas Academias pelo Brasil afora, conforme os ritos institucionais.

Naturalmente, agregado a isso, as demandas administrativas vêm sendo desenvolvidas com ações importantes, que evidenciam o bom êxito das gestões de cada Academia Regional. Para confirmar tudo isso, trazemos neste número 28 da Abracicon Saber os fatos que marcaram o trimestre nas Academias em todo o Brasil.

Como fruto de um período de grande trabalho e excelentes realizações, a Amicic realizou sua primeira reunião de Diretoria. O contador José Eustáquio Giovanini foi agraciado com a Medalha Mérito Contábil de Minas Gerais durante a XII Convenção de Contabilidade do Estado. Quero parabenizar também a APC pelas inúmeras ações durante o trimestre, com vistas à promoção da educação continuada e da atualização profissional, como seminários, encontros e painéis.

Já a Accerj promoverá o 1º Encontro de Estudantes; aproveito para parabenizar a Academia pelo decurso de seus 42º aniversário de criação e pela realização do 9º Academicon. Ainda em Pernambuco, tive a oportunidade de participar da solenidade de lançamento da Pedra Fundamental, que simboliza a construção da nova sede do CRCPE. Destaque também para as importantes ações promovidas pela ASCC, como a marcante presença no evento do CRCSE quando da inauguração do auditório e da galeria de fotos dos ex-presidentes, evento no qual estive presente.

Os acadêmicos da Amicic, por sua vez, marcaram presença na 2ª Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Ciências Contábeis na Universidade de Cuiabá (Unic), cumprindo, dessa forma, uma das premissas das Academias, que é a valorização e o estímulo ao conhecimento filosófico, científico e tecnológico da Contabilidade.

Destaco também as intensas ações da Aca-dernic e aproveito para parabenizar essa digna entidade pelos seus 42 anos de fundação e pelo trabalho incansável em favor dos profissionais da contabilidade do Rio Grande



Maria Clara Cavalcante Bugarim
Presidente da Abracicon

do Norte. No período, aconteceram também o I Simpósio da História Contábil Potiguar, o III, IV e V Cine Abracicon e o Programa Proeduc.

Já a Abracicon realizou suas Reuniões Regimentais de 2019, ocasião em que foram apreciadas e aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018; definidas as futuras ações da Academia; e apresentadas as novas parcerias.

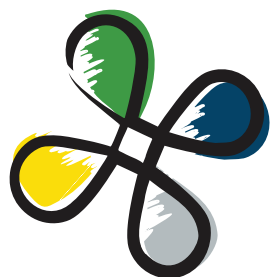
Quero manifestar as seguintes felicitações: ao nosso querido Sudário Cunha, por assumir a Presidência da Abracicon, e ao amigo Adeildo Oliveira, pelo profícuo trabalho à frente da entidade; ao contador Eendrik Gomes pela nova missão na Presidência da Atoccon; ao acadêmico da Abracicon contador Carlos Alberto Oliveira por tomar posse na Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais; ao acadêmico Eduardo Poccetti pela honrosa homenagem recebida na solenidade de comemoração de aniversário de 100 anos do Sindcont-SP; ao contador Martonio Coelho pelo recebimento título de 'Cidadão Aracajuano' das mãos do representante da Câmara de Vereadores; às alunas Stephanie Riechter e Maiane Barbosa, que foram as vencedoras do Prêmio Professor Orivaldo João Busarello do concurso Conhecimento Nota Dez, promovido pela AC-CPR e CRCPR.

Após o passeio pelas Academias, destaco o alto nível de nossos artigos, especialmente o artigo Prime, intitulado "A potencialização da relação de remuneração por incentivos e desempenho individual com base na teoria da Autodeterminação"; a entrevista com o professor Sérgio de Iudícibus, que está imperdível, assim como a conversa afinada com a contadora Adriana Araújo. Teço também os meus agradecimentos ao Clóvis Belbute Peres, pelas sempre inteligentes e atuais dicas de obras relacionadas à área contábil.

Dessa forma, estamos nos preparando para novos desafios. Nunca é demais lembrar que 2019 é um ano importantíssimo para nós, profissionais da contabilidade, quando teremos, em setembro próximo, o 12º Encontro Nacional da Mulher Contabilista, para o qual convido, amigavelmente, os caros leitores a participarem, juntando-se ao esforço da classe contábil na obtenção de mais um grande êxito na história deste evento, que já é tradição.

Boa leitura!

ÍNDICE



01. REGIONAIS
Pág 05
Acadernic promove Encontros e Convenção em Natal
02. ACADEMIA
Pág 15
Acadêmico da Abracicon é homenageado pelo Sindicont-SP
03. ESPECIALIZANDO-SE
Pág 20
O importante é a travessia
04. SOCIALIZANDO O CONHECIMENTO
Pág 22
Conhecendo o processo de avaliação de ativo por *Impairment*
05. ARTIGO PRIME
Pág 24
A potencialização da relação de remuneração por incentivos e desempenho individual com base na teoria da Autodeterminação
06. EXCLUSIVA ABRACICON
Pág 32
Previsão de lucros: uma análise das empresas listadas na B3
07. MURAL DO ACADÊMICO
Pág 46
Henrique Luz
08. ARTIGO CIENTÍFICO
Pág 47
Indicadores de desempenho para a avaliação da eficiência de universidades federais brasileiras da região nordeste
09. ARTIGOS PREMIADOS
Pág 60
Indicadores de desempenho grau de governança eletrônica dos estados nordestinos (Igen)
10. CONVERSA AFINADA
Pág 73
Adriana Araújo
11. ESPAÇO ACADÊMICO
Pág 75
Evidenciação Socioambiental, Relato Integrado e o Processo de Geração de Valor e Alocação de Capital da Petrobras
12. PERFIL
Pág 80
Sergio de Iudícibus
13. INDICAÇÕES
Pág 83
Arte do Direito e Basta de Cidadania Obscena!

Acaderncic promove Encontros e Convenção em Natal

No dia 7 de maio de 2019, aconteceu o I Simpósio da História Contábil Potiguar e III Cine Abracicon, que contou com a visita dos alunos do curso de Ciências Contábeis e de Administração da Unifacex.



Nos dias 27 e 30 de maio, aconteceram o II e III Simpósio da História Contábil Potiguar e IV e V Cine Abracicon, que contou com a visita dos alunos do curso de Ciências Contábeis da Uninassau.



No dia 11 de junho de 2019, no auditório do SINDCONTRN, aconteceu o Programa de Educação para Cidadania (Proeduc), com o tema, Impactos da segurança do trabalho à cidadania e seus reflexos no E-social, ministrado pela doutora Ileana Neiva Mousinho (procuradora regional do Trabalho) e Danilo Lolio (especialista em SPED e Consultoria Tributária).

Nos dias 5 e 6 de julho, aconteceu o curso "Perícia em falência e recuperação judicial" ministrado por Eduardo Donizete Boniolo.



No dia 16 de julho de 2019, realizou-se, no restaurante Tábua de Carne, a comemoração dos 42 anos da Acaderncic, com a palestra do Coach Téo Ferreira, com o tema "O poder da ação". A noite contou com homenagem e entrega da comenda do mérito Professor Doutor Paulo de Lyra Tavares aos senhores Juscelino Cardoso de Medeiros, Daniel Bessa de Menezes e Carlos Rosalvo de Oliveira Serrano, e a homenagem aos membros fundadores e efetivos da Acaderncic, com a entrega do certificado "Selo Eméritos da Contabilidade Potiguar".



Sudário Cunha assume Presidência da Abacicon

O presidente Adeildo Oliveira transmite o cargo ao presidente Sudário Cunha em 30 de abril de 2019, e é indicado como Presidente de Honra da entidade.

Composição da nova diretoria:

Presidente: Sudário Aguiar Cunha;

Diretor Administrativo: Wellington do Carmo Cruz;

Diretor Operacional: Maria Constança Carneiro Galvão;

Diretor de Ensino e Pesquisa: Graciela Mendes Ribeiro Reis.

Conselho Fiscal:

Wilson Thome Sardinha Martins;



Dilza Ramos Rodrigues;

Kleber Marruaz.

Suplementos Conselho Fiscal:

Raimundo Santos Silva;

Cecília Emilia Santos Queiroz;

Maria Lúcia Pereira de Souza Baraúna.

Solenidade Atoccon

Em 28 de junho de 2019, com o apoio do Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins, aconteceu a solenidade de posse da Diretoria e dos acadêmicos e acadêmicos da Atoccon. Na oportunidade, a Academia Brasileira de Ciências Contábeis foi representada pela contadora e Diretora de Ensino e Pesquisa, Gardênia Maria Braga, que deu posse ao presidente Eendrik Lima Gomes. O novo presidente, a seguir, deu posse à nova Diretoria e a todos os acadêmicos.

Confira os acadêmicos empossados para a Gestão 2019/2022:

Me. Eendrik Lima Gomes - Cátedra n.º: 23
Presidente

Sônia Lima da Costa - Cátedra n.º: 3

2º Presidente

Jônatas Soares de Araújo - Cátedra n.º: 19

1º Diretor de Administração e Finanças

Elizabeth Vieira dos Reis - Cátedra n.º: 8

2º Diretora de Administração e Finanças

Juscelino Carvalho de Brito - Cátedra

n.º: 1

1º Diretor Operacional

Lidiane dos Santos Silva Cátedra n.º: 22 -

2º Diretora Operacional

Carlos Vicente Berner - Cátedra n.º: 7

1º Diretor de Ensino e Pesquisa

Karrário Ferreira da Silva - Cátedra n.º: 13

2º Diretor de Ensino e Pesquisa

Marli Terezinha Vieira - Cátedra n.º: 2

3º Diretor de Ensino e Pesquisa

Valtuir Soares Filho - Cátedra n.º: 9

Presidente do Conselho Fiscal

Vilmar Custodio Biangulo - Cátedra n.º: 5

Conselheiro Fiscal 2

Pollianna Barros Marques -Cátedra n.º: 16

Conselheira Fiscal 3

Washington Moura Leal - Cátedra n.º: 6



APC intensifica atividades e conquistas no âmbito contábil



Ao longo dos meses de maio, junho e julho, a Academia Paulista de Contabilidade (APC) realizou diversas atividades, com o intuito de incentivar, cada vez mais, a valorização educacional e cultural, a imagem, desenvolvimento e o estímulo ao conhecimento filosófico, científico e tecnológico das Ciências Contábeis.

Como sempre, a APC conta com a participação ativa de seus acadêmicos para cumprir sua missão de promover a educação continuada. Durante esses meses, foram realizados dois encontros com os acadêmicos, projeto que é idealizado pela Academia em conjunto com o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP). No primeiro deles, o acadêmico Edison Arisa Pereira abordou "As novas normas contábeis para 2019 e 2020" e, no segundo evento, o Acadêmico Jorge Roberto Manoel falou sobre a "Governança corporativa e prestação de contas".

A Academia também participou ativamente da realização do Summit Contábil, em Osasco, no qual o

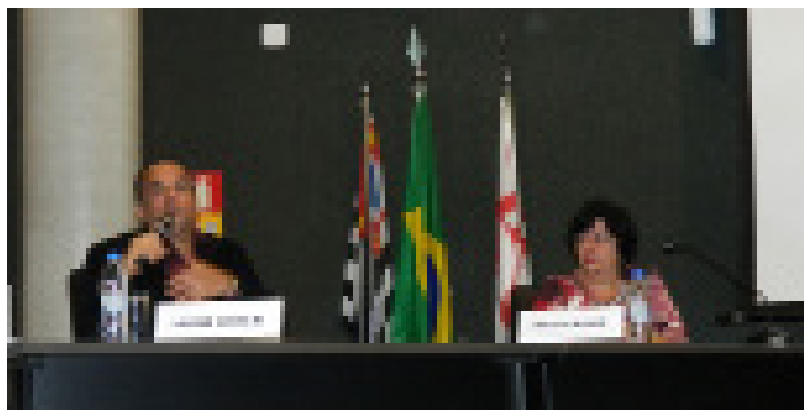
Acadêmico Luiz Fernando Nóbrega apresentou o painel "Compliance: Contexto, atualidades, riscos e aplicação nas empresas", e o acadêmico José Donizete Valentina, falou sobre "Ética Empresarial-Estratégias e conceitos para a captação ética de clientes", ambos com absoluto sucesso de interação entre palestrantes e participantes, os quais aproveitaram para tirar suas dúvidas sobre estes importantes temas.

Outro evento de destaque foi o Dia do Auditor de Controle Externo, que aconteceu na Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), onde os acadêmicos Angela Zechinelli Alonso e Valmir Leônico

da Silva explanaram o tema "Auditoria Independente: Conceito, Riscos e Relevância".

Lutando pelos profissionais da classe

Além dos eventos voltados à atualização profissional, a APC luta incansavelmente nos órgãos públicos pelos profissionais da classe contábil. O presidente da Academia Paulista de Contabilidade (APC), Domingos Orestes Chiomento, juntamente com o tributarista e Acadêmico Miguel Silva, acompanhados das lideranças da classe contábil do Estado de São Paulo e da vereadora Edir Sales, se reuniram com o Secretário da Fazenda do Município de São Paulo, Philippe Vedolim Duchateau,



no dia 22 de abril, ocasião em que apresentaram um estudo questionando as distorções do Sistema de Declaração das Sociedades Uniprofissionais (D-SUP). Após a intervenção da Academia e das Entidades Congraçadas da Contabilidade do Estado de São Paulo, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no último dia 24 de abril, de forma acachapante, pela inconstitucionalidade das medidas municipais, conforme foi apresentado e sustentado por este grupo de lideranças contábeis.

O presidente da APC, Domingos Orestes Chiomento, ainda neste período, acompanhado do contador e acadêmico Odilon Luiz de Oliveira, reuniu-se com o deputado estadual Itamar Borges na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), a fim de trocar ideias acerca de estratégias de empreendedorismo para melhorar a economia do Estado.



“Todas as nossas ações estão focadas no propósito de estimular a busca pelo conhecimento e análise dos temas contábeis, o que julgamos de imensa importância para os que militam na classe; além disso, procuramos de procurarmos

contribuir com alterações nas legislações a fim de que os profissionais possam atuar com mais segurança e menos burocracia nos órgãos públicos”, afirmou Domingos Orestes Chiomento, presidente da APC.

APC promove atividades mensais para incentivar a atualização profissional

A Academia Paulista de Contabilidade (APC) realizou no último dia 28 de junho, em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP), mais uma edição do Encontro com acadêmicos. Na ocasião, o acadêmico Jorge Roberto Manoel abordou o tema “Governança corporativa e prestação de contas”.

Segundo o presidente da APC, Domingos Orestes Chiomento, o Encontro com acadêmicos é uma oportunidade que encontramos, para que o nosso quadro de ilustres acadêmicos possam transferir seus conhecimentos acumulados ao longo de suas vidas, a esta geração de profissionais e às futuras, de maneira que venham a contribuir com estudantes e profissionais da Contabilidade, a fim de que se mantenham atualizados e preparados para os desafios da profissão.



Atuação da Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis (Amacic) na graduação em Ciências Contábeis na Universidade de Cuiabá (Unic)



Por: Ivan Echeverria

Foto: Mariele Gomes

Os acadêmicos Ney Mussa de Moraes, Hell Hans Coelho, Ivan Echeverria, Maria Angélica Ferreira Bittencout, Adriano Antonio Siqueira, Maila Karling Vieira e Eden Aristoflavy Maranhão Praeiro atuaram ativamente da 2ª Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Ciências Contábeis na Universidade de Cuiabá (Unic).

O desenvolvimento foi conjunto com os professores da Unic Fernanda da Silva Rodrigues, Rodrigo Martins de Jesus, Rodrigo Monteiro de Assunção e Silvio da Costa Magalhães Filho.

Aos membros da Amacic coube a valorização e o estímulo ao conhecimento filosófico, científico e tecnológico

da Contabilidade, estimulando o aperfeiçoamento técnico-cultural dos graduandos, assistindo, questionando e avaliando as suas produções monográficas.

É a Amacic no cumprimento de suas disposições estatutárias. É a atuação de quem ama as Ciências Contábeis.



Acadêmicos, professores e graduandos em ciências contábeis no auditório da Unic.



Acadêmicos da Amacic e professores da UNIC.

Acadêmicos, professores e graduandos em Ciências Contábeis no auditório da Unic.



Primeira reunião de Diretoria Amicic



Aconteceu, em 17 de julho de 2019, a primeira reunião da Diretoria da Academia Mineira de Ciências Contábeis (Amicic), em sua sede própria, localizada à Avenida Amazonas, n.º 491, sala 1022 – Belo Horizonte (MG). A sala precisou ser mobiliada para, a partir de então, atender às necessidades da Academia em suas reuniões regimentais.

Presidente da Amicic recebe Medalha de Mérito Contábil

O contador José Eustaquio Geovanini foi agraciado com a Medalha Mérito Contábil de Minas Gerais, durante a XII Convenção de Contabilidade de Minas Gerais, realizada no período de 5 a 7 de junho de 2019.

A Medalha Mérito Contábil de Minas Gerais, que é instituída pela Resolução CRCMG n.º 272/2004, é a maior honraria concedida a um profissional da contabilidade em Minas Gerais. Destina-se a agradecer aqueles que, por seu trabalho e dedicação, tenham-se distinguido ou alcançado projeção no exercício da profissão contábil, atuando em entidades contábeis ou exercendo atividades no campo político, acadêmico, financeiro e administrativo, no setor público ou privado.



ACCPR e CRCPR divulgam o resultado do Concurso Conhecimento Nota Dez

A comissão organizadora do Concurso Conhecimento Nota 10, parceria do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR) e da Academia de Ciências Contábeis do Paraná (ACCPR) já definiu os três trabalhos vencedores.

Os estudantes foram comunicados e serão recebidos na cerimônia de premiação, que acontecerá no segundo semestre na sede do CRCPR, em Curitiba, como parte do 4º Seminário Jovens Lideranças Contábeis do Paraná. Os vencedores receberão o diploma "Prêmio Professor Orivaldo João Busarello" e prêmios em dinheiro.

As alunas Stephanie Maciel Riechter e Maiane Barbosa foram contempladas com o prêmio de melhor trabalho com o título: "Dificuldades de Elementos Priorizados no Planejamento Tributário: Análise a partir da Percepção dos Profissionais da Contabilidade".

O segundo lugar ficou com os alunos Ana Beatriz Alencar, Elisiane Alves Saldeira, Miqueias Moreira Rodrigues e Rayanne Cristina Ventura Contieri, com o trabalho: "A Gestão Financeira para a Sobrevivência das Microempresas da Região Sul de Curitiba". E em terceiro lugar, o trabalho premiado foi "Análise das Práticas de Governança Corporativa pelas Instituições do Terceiro Setor: Um



Estudo nas Associações Assistenciais do Município de Curitiba", do aluno Nelson Fernandes de Souza Junior.

O regulamento do concurso, que teve suas inscrições encerradas em abril, foi estabelecido por uma comissão instituída pelo CRCPR e previa que os três melhores trabalhos apresentados por alunos de cursos de Ciências Contábeis de Instituições de Ensino Superior paranaenses receberiam o Prêmio Professor Orivaldo João Busarello

e gratificações em dinheiro, sendo para o autor do melhor trabalho três mil reais, o segundo colocado, dois mil reais e o terceiro, mil reais.

A comissão julgadora era composta por Nilva Amalia Pasetto, presidente da ACCPR e coordenadora da comissão do Concurso; pelos conselheiros do CRCPR Alberto Barbosa e Jefferson Paulo Martins; pelo Prof. Dr. Vicente Pacheco e pela Profª Elenice Cácia Bittencourt Teixeira, MSc.

ASCC promove inúmeras ações



No mês do dia 23 de maio, diversos membros da Academia Sergipana de Ciências Contábeis (ASCC), em companhia da presidente, Erenita Sousa, prestigiaram o evento do Conselho Regional de Contabilidade (CRC) na inauguração do auditório e da galeria de fotos dos ex-presidentes. Estavam presentes diversos contadores de Sergipe e de demais estados, assim como a presidente da Abracicon, Maria Clara Bugarim, e o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Zulmir Breda.

Entre tantas homenagens, o contador Martonio Coelho, acadêmico correspondente da ASCC, recebeu o título de 'Cidadão Aracajuano' das mãos do

representante da Câmara de Vereadores. Na manhã seguinte, aconteceu o I Fórum Sergipano de Controle Interno do CRCSE, que contou com as presenças de Zulmir Breda (Conselho Federal de Contabilidade – CFC), Maria Clara Bugarim (Academia Brasileira de Ciências Contábeis – Abracicon), Aécio Prado (CFC) e Milton Mendes (Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais - CRCMG), quando debateram temas de inovação, despertando nos presentes uma nova performance do Contador atual na contabilidade pública.

Como o contador não vive só de trabalho, a diversão também merece fazer parte de sua vida. Dessa forma, as entidades

contábeis se reuniram mais uma vez para comemorar o Forró Contábil. Nesse ano, a animação foi maior ainda. Com o lema, "Juntos somos mais fortes", trabalharam em a parceria as entidades contábeis: CRC; Associação dos Peritos Judiciais do Estado de Sergipe (Apejese); Sindicato das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e das Empresas de Serviços Contábeis (Sescap); Sindicato dos Contabilistas do Estado de Sergipe (Sindcont) e ASCC.

Em mais uma ação, os acadêmicos e academistas da ASCC participaram do 14º Encontro Nordestino de Contabilidade (Enecon), no Piauí, ao lado do presidente do CRCSE, Vanderson Melo.



9º Academicon reuniu contadores e acadêmicos em Pernambuco

Aconteceu, no dia 26 de julho, o 9º Academicon, da Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (Apecicon).

O Encontro foi realizado no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Na ocasião, participaram da composição da mesa o contador Joaquim Osório Liberalquino Ferreira; o presidente do Conselho Regional de Contabilidade

de Pernambuco (CRCPE), José Campos; o presidente da Apecicon, Francisco Galvão; e o diretor do CCSA, professor Zioman Rolim.

Durante a solenidade, foi realizada a posse dos contadores Claudio Lino Lippi e Cesar Ferreira de Souza, ambos conselheiros do CRCPE. A noite também contou com a entrega da Medalha de Mérito Acadêmico Doutor José Francisco Ribeiro Filho, que nesta edição homenageou o contador

Joaquim Osório Liberalquino Ferreira. Para Francisco Galvão, a realização do Academicon é uma forma de manter a valorização da profissão contábil em Pernambuco. "Em primeiro lugar, o Academicon é um momento para unir os contadores; e, em segundo lugar, é por meio dele que mostramos como a Academia mantém vivo o interesse para que a área acadêmica se desenvolva cada vez mais em nosso estado", comentou.



ACCERJ realizará 1º Encontro dos Estudantes

A Academia de Ciências Contábeis do Estado do Rio de Janeiro (ACCERJ) e o Conselho de Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRCRJ) estão preparando um evento para os estudantes do curso de Ciências Contábeis, que serão os profissionais da contabilidade de amanhã.

O Primeiro Encontro de Estudantes de Ciências Contábeis do Estado do Rio de Janeiro será realizado no Anfiteatro do RioCentro - Barra da Tijuca - RJ, no dia 26 de outubro, onde serão discutidos inúmeras vertentes da profissão contábil com conteúdos dinâmicos e interativos;

apresentação de painéis voltados para o empreendedorismo e o desenvolvimento de carreira; e promovidas oficinas práticas, como criação de currículo e preparação para o mercado de trabalho. No local, os participantes poderão contar com a Feira e Estágios.

Acadêmico da Abracicon é homenageado pelo Sindcont-SP

Academia Brasileira de Ciências Contábeis parabeniza o acadêmico Eduardo Pocetti pela honrosa homenagem recebida do Sindcont-SP na solenidade de comemoração de seu aniversário de 100 anos.

Todos os anos, o Sindcont-SP confere a um profissional que, com seu trabalho e dedicação, prestaram reais e inestimáveis serviços ao Sindicato e à Classe Contábil, o título de Contabilista Emérito. Neste ano, o homenageado foi Eduardo Augusto Rocha Pocetti, presidente do Grupo Latinoamericano de Emisores de Normas de Información Financiera (Glenif). Após a entrega do título pelo presidente do Sindcont-SP, Pocetti agradeceu o reconhecimento. "Hoje,



ao ser agraciado com o título de Contabilista Emérito pelo Sindcont-SP, repasso mentalmente a minha carreira. São quase 40 anos de trabalho e de

participação ativa em diversas entidades profissionais, que atuam para fortalecer a figura do Contador, tanto no Brasil quanto no Exterior."

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira toma posse como acadêmico da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais

O acadêmico da Abracicon, Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, cátedra nº 44, toma posse como Neoadadêmico da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais (AMULMIG), no dia 18 de junho, em solenidade realizada na Associação Comercial e Empresarial de Minas - ACMinas.

Na oportunidade ocorreu também o lançamento do livro "JUSCELINO KUBISTCHEK - Profeta do Desenvolvimento - Exemplos e Lições no Brasil do Século XXI", uma obra com 2.336 páginas em três volumes, de sua autoria.



Reuniões Regimentais da Abracicon aconteceram em 10 de julho de 2019



Abracicon realiza 19ª Assembleia Geral

Em No dia 10 de julho, na sede da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, aconteceu a 5ª reunião do Conselho Fiscal da Abracicon, ocasião em que foram apreciadas e aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Após análise das demonstrações contábeis apresentadas no relatório de Gestão de 2018 e mediante conformidade e aprovação entre os membros do Conselho Fiscal, foi encaminhado o parecer para aprovação e homologação na 19ª Assembleia Ordinária também no dia 10 de julho de 2019.

Logo após a reunião do Conselho Fiscal, a Diretoria da Abracicon se reuniu para discutir novas ações para a Academia Brasileira de Ciências Contábeis.

A presidente da Academia, Maria Clara Cavalcante Bugarim, apresentou a Diretoria os fatos relevantes que aconteceram em 2018. Entre outros

assuntos da pauta, Maria Clara apresentou as novas parcerias firmadas e o Plano de Trabalho da Abracicon para 2019.



Contador José Martonio Alves Coelho recebe título Cidadão Aracajuano



Fonte: CRCSE

Bacharel em Ciências Contábeis e Direito, mestre em Administração e doutor em Direito, durante a trajetória profissional, recebeu diversas honrarias e títulos, entre eles a Medalha Mérito Contábil João Lyra, títulos que fazem parte do vasto currículo de José Martonio Alves Coelho, ex-presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que na noite da última quinta-feira, 23, recebeu o título de Cidadão Aracajuano. A entrega do título ocorreu durante a reinauguração da sede do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Sergipe (CRCSE).

O título foi entregue pelo prefeito em exercício, Josenito Vitale (Nitinho), cuja honraria foi por ele proposta. O prefeito em exercício e destacou a atuação do homenageado, para a profissão contábil, não só em Aracaju, como também em todo o estado.

"Podemos destacar o nome de José Martonio, que, além de contador, é ainda doutor em Direito e sempre trabalhou com humildade, respeito e para o bem da classe, não só aqui no nosso Estado, como também em todo o país", disse Nitinho.

O ex-presidente do CRCSE, Aécio Prado Dantas Júnior, atual vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC, falou sobre a importância de José Martonio para a Contabilidade. "Ele tem como meta fortalecer a classe; sempre inseriu o profissional em importantes setores da área governamental, e hoje somos uma classe forte, categoria de vital importância para o país, além do carinho e compromisso com a classe contábil de Aracaju e de todo o nosso Estado, o que o faz honrado para receber o título".

Para o mais novo cidadão aracajuano, José Martonio Alves Coelho, "a classe contábil sergipana é forte, está presente em todos os lugares do país e Aracaju é tudo de bom".

"Temos seis sergipanos em Brasília no CFC e na Fundação. Vocês estão presentes em todos os lugares e percebemos que isso só é possível com trabalho em união. Vocês estão de parabéns e hoje eu me uno a vocês, enquanto cidadão desta terra que posso dizer "é tudo de bom". Tenho orgulho de ser o mais novo agraciado com o título de cidadania aracajuana. É com enorme alegria que recebo essa condecoração e tenho a consciência de que é fruto da bondade dos bons amigos que aqui fiz". Disse José Martonio.

Para abrir com chave de ouro os eventos no recém-inaugurado auditório do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe (CRCSE), na última sexta-feira, 24, aconteceu o I Fórum Sergipano de Controle Interno, que reuniu mais de 100 pessoas, entre profissionais e estudantes em busca de atualização sobre o tema.

O evento teve como palestrantes o presidente de Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Zulmir Ivânio Breda, que falou sobre 'O cenário atual da profissão contábil', a controladora-geral do Estado de Alagoas e presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), Maria Clara Cavalcante Bugarim, que trouxe para os presentes a palestra sobre 'A transparência e controle na administração pública', além do painel 'A atuação do Controle Interno nas compras e licitações', ministrado pelo vice-presidente de controle interno do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais, Milton Botelho.

"Foi com grande satisfação que realizamos nosso primeiro evento depois da inauguração do auditório, comprovando que a Contabilidade de Sergipe passa por um momento ímpar na sua história, pois, ao longo de várias décadas alcançamos conquistas inestimáveis, fruto da união, do compromisso e da perseverança dos nossos antecessores.

O fórum dá início a vários eventos que realizaremos na área privada e pública. Precisamos preencher uma lacuna de eventos da contabilidade pública e essa é uma meta do CRCSE", comentou o presidente do CRCSE, Vanderson Mélo.



De acordo com o presidente do CFC, Zulmir Ivânio Breda, o auditório do CRCSE lotado para a realização do evento mostra como a classe contábil sergipana é participativa. "Durante esses dias de evento em Sergipe, percebemos o quanto os profissionais sergipanos são ativos na classe e estão sempre buscando atualização. Falar sobre Controle Interno é indispensável, levando em consideração que nossa profissão está sempre em desenvolvimento", afirmou o presidente.

A controladora-geral do Estado de Alagoas e presidente Abracicon, Maria Clara Cavalcante Bugarim, enfatizou que poder partilhar experiências com o público sergipano é uma oportunidade de trabalhar em parceria.

"Sentimos-nos muito gratos por esse evento. É imensa a alegria em poder partilhar com nossa experiência no Governo do Estado de Alagoas e a certeza de que podemos trabalhar em parceria. Não podemos ter dúvida de que o controle e a transparência é o grande antídoto para combater a corrupção no nosso país", frisou.

Para a contadora do CRCSE Simone Santana, as experiências passadas

pelos palestrantes destacaram a importância do Controle Interno para a profissão. "Um evento ímpar para os órgãos de Controle do nosso Estado. Os palestrantes disseminaram as experiências e destacaram a importância do controle interno para o fortalecimento da gestão pública, deixando claro que ainda teremos muito a alcançar, mas que não podemos desistir e nem fugir dos desafios", afirmou a contadora.

O técnico contábil Vanilzo Ramos, que reside na cidade de Frei Paulo e veio até a capital sergipana para participar do evento, enalteceu a iniciativa do CRCSE em realizar o evento.

"As palestras foram ótimas ao trazerem um conteúdo rico em detalhes, essencial para todos os profissionais da contabilidade e para quem trabalha diretamente com o Controle Interno. A minha vinda à sede do CRCSE para participar do evento só elevou minha alegria em fazer parte de um Conselho ativo e interessado na atualização profissional".

Os alimentos doados como forma de efetivação para inscrição do evento foram doados a Instituição Vó Cidália.

Abracicon marca presença na solenidade de lançamento da nova sede do CRCPE

A presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), Maria Clara Bugarim, esteve na solenidade de lançamento da Pedra Fundamental, que simboliza a construção da nova sede do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRCPE), no bairro do Prado, Zona Oeste do Recife.

“Tenho muita alegria e orgulho em participar deste momento, que representa também o reconhecimento de um trabalho de uma liderança comprometida ao longo dos anos. Tenho certeza de que esta sede mostra a garra das lideranças deste Conselho, além do potencial da classe contábil pernambucana”, ressaltou Maria Clara.





O IMPORTANTE É A TRAVESSIA

O real não está no início nem no fim, ele se mostra pra gente é no meio da travessia". Recorro a João Guimarães Rosa, que de forma única escreveu sobre os encantos do estado em que nasci e cresci, Minas Gerais, para expressar o que o doutorado em Contabilidade na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o doutorado sanduíche na Université du Québec à Montréal (UQAM-Canadá) significam para mim: travessia, crescimento e aprendizado.

Minha vida na Contabilidade teve início em 2006, quando ingressei no curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Ainda na graduação, passei a me interessar pela carreira acadêmica, de forma que ingressei no mestrado em Administração também na UFV em 2011 e, logo na sequência, me tornei professor do curso de Ciências Contábeis da UFV – Campus Rio Paranaíba, em 2013. A etapa seguinte seria, naturalmente, o doutorado, que teve início em 2016, quando fui aprovado no processo seletivo da UFPR.

Desde o início do doutorado no Paraná, os professores incentivavam a realização do sanduíche, tanto que este foi um dos questionamentos realizados durante a entrevista de seleção para o programa.

A possibilidade de passar um período de estudos no exterior começou a se tornar realidade durante a disciplina da professora doutora Mayla Costa – a quem agradeço pelo incentivo –, que me convidou para escrever um projeto para concorrer a uma bolsa do governo canadense. Contudo, faltando uma semana para o fim do prazo, não havíamos ainda conseguido um professor para me receber no Canadá.

Por contra própria, listei as universidades canadenses e pesquisei pelos professores que estudam conexões políticas, minha temática de tese. Assim, localizei a professora doutora Saidatou Dicko, que possui pesquisas que me encantam e se encaixavam com minha proposta de tese. Ao receber seu e-mail afirmando que ela aceitaria me orientar na UQAM, senti que minha voz ecoava do outro lado do hemisfério!

“ Ainda na graduação, passei a me interessar pela carreira acadêmica, de forma que ingressei no mestrado em Administração também na UFV em 2011 e, logo na sequência, me tornei professor do curso de Ciências Contábeis da UFV – Campus Rio Paranaíba, em 2013.”

Foi um processo longo até chegar a Montreal, entre emissão do visto canadense, processo burocrático na UQAM, organização da vida no Brasil. Esta etapa exigiu dedicação, responsabilidade e ajuda de muitas pessoas, a quem serei eternamente agradecido, em especial o meu orientador, professor doutor Rodrigo Oliveira Soares, e os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGCont-UFPR), que não mediram esforços para me ajudar neste processo.

A experiência no exterior me proporcionou amadurecimento dos diferentes papéis sociais que cumpro, desde o profissional ao pessoal. A professora Dicko mudou minha forma de visualizar a pesquisa e a relação aluno-professor.

A cada reunião, recebia uma aula sobre conexões políticas, recomendações de leituras e a melhor forma de realizar a pesquisa. Esta relação aluno-professor proporcionou um crescimento imenso na minha pesquisa. Mais do que uma orientadora no exterior, a Professora Dicko me deu segurança para caminhar na pesquisa, acolhendo-me em Montreal no auge do rigoroso inverno canadense, quando as temperaturas chegaram a alcançar 30oC negativos. Entre dicas valiosas para as pesquisas, sugestões de viagem e lugares a conhecer em Quebec, a professora Dicko me fez sentir em casa.

Particularmente em relação à pesquisa, pude participar de grupos de pesquisa e discussões em inglês e ter acesso às bases de dados fundamentais para o desenvolvimento de dois artigos que compõem a tese. Esta vivência me proporcionou conhecer profundamente as conexões políticas existentes no Canadá e verificar que, apesar de tão

distante e diferente do Brasil, temos coisas em comum.

Para além da pesquisa, a experiência modificou minha visão de mundo. Viver no Canadá me fez valorizar ainda mais a diversidade, seja no metrô, onde ouvia as pessoas conversando nas suas diferentes línguas, na TV, ou no cotidiano, onde encontrava todos os tipos de corpos e seus formados, estilos e gênero, convivendo de forma absolutamente respeitosa e harmoniosa. Respeito e representatividade para com todos; isso me encantou na cultura canadense. Os costumes e a sociedade bilíngue me proporcionaram conhecer um pouco

“A cada reunião, recebia uma aula sobre conexões políticas, recomendações de leituras e a melhor forma de realizar a pesquisa. Esta relação aluno-professor proporcionou um crescimento imenso na minha pesquisa.”

de francês, aperfeiçoar o inglês, amar Poutine (comida típica de Montreal) e o País; eu me senti em casa. Sou grato por cada aprendizado, por cada desafio superado.

Retornei ao Brasil com o coração aquecido pelo afeto que encontrei em Montreal, tão colorida e vibrante no outono e tão gelada no inverno; pelas amizades com pessoas do Afeganistão, Camarões, China, França, Marrocos, México e Venezuela, além dos canadenses. Vim também com a cabeça cheia de ideias e com um novo olhar sobre como fazer pesquisa, ser professor e estudante e a viver em sociedade.

A travessia modificou meu olhar e espero poder espalhar os resultados do doutorado em Contabilidade na UFPR e da experiência enriquecedora em Montreal a todos os que me cercam.



Vagner Alves Arantes é mestre em Administração e professor do curso de Ciências Contábeis da UFV - Campus Rio Paranaíba. Está no último período do doutorado em Contabilidade na UFPR (PPGCont-UFPR), onde estuda conexões políticas.

CONHECENDO O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ATIVO POR *IMPAIRMENT*

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

O processo de reconhecimento de perda de itens de um ativo não monetário, conhecido por Impairment (Valor Recuperável), é uma das estimativas contábeis exigidas pelo padrão IFRS no contexto da IAS 16 (Internacional Accounting Standard), recepcionada no Brasil pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), como consequência do Pronunciamento Técnico CPC 27, transformando-o na NBC T 19.1, por meio da Resolução CFC 1.177/09.

Um dos ativos não monetários, alvo do processo de impairment, é o ativo imobilizado que é o investimento de capital realizado pelas Entidades Econômicas com a finalidade de apoiar a manutenção de suas atividades na produção de bens tangíveis e intangíveis. Neste contexto a IAS 16 (NBC T 19.1) define o ativo imobilizado como sendo um item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos.

A essência do processo de impairment é mensurar a perda de desempenho de um item de um ativo não monetário por meio do valor em uso, como consequência de um processo físico, em que o ativo produz menos utilidades em função de vários fatores como, por exemplo, a defasagem tecnológica que gera perda marginal. Como o processo de impairment é sustentado pela comparação entre o valor contábil e os fluxos de caixa esperados do item do ativo, em avaliação, é de capital relevância que o custo de aquisição do ativo seja adequadamente mensurado e reconhecido.

A norma contábil de reconhecimento do custo determina os critérios e define (a) o custo de aquisição como o montante financeiro do compromisso

de pagamento do valor de compra do bem, reduzido de tributo recuperável e acrescido de tributo não recuperável, transporte, seguro, instalação e outros desembolsos necessários até que o bem esteja habilitado ao funcionamento; (b) o custo de construção como o conjunto de material e serviço utilizado na produção interna de um ativo qualificado; e por último (c) a atribuição de valor como o custo atribuído a um bem semelhante em características e condições de uso decorrente de um processo de incorporação ou doação.

Tendo cumprido com sucesso a mensuração e reconhecimento do custo do item do ativo não monetário o passo seguinte é a estimativa do valor recuperável. Como define a norma contábil específica, o Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda de um ativo e seu valor em uso. Partindo dessa definição a estimativa do valor recuperável pode ser obtida por meio do valor líquido de venda (valor justo) ou do valor dos benefícios econômicos esperados que o ativo produza. Esses benefícios econômicos dependem de fatores estruturais, como políticos e econômicos, para estimação

da receita e despesa, projeção e desconto confiáveis do fluxo de caixa como abordam De França et al. (2017), que sugerem um modelo de cálculo para estimação do valor recuperável com base nas Equações (1) e (2) seguintes.

Com base no conceito de valor recuperável (VRec) o modelo definido para estimar o valor de um ativo (e) em um tempo (t), a uma taxa (i) pode ser obtido com base no valor em uso (VU) e/ou no valor justo (VJ) assim definidos: (No quadro abaixo)

Sendo VM é o valor de mercado, DV é a despesa de venda e FC é o fluxo de caixa. Outros modelos podem ser utilizados desde que o valor recuperável seja equivalente para um mesmo item de um ativo não monetário e a contrapartida da avaliação deve ser reconhecida no resultado.

REFERÊNCIAS

- CFC. Resolução 1.110/2007 - NBC T 19.10
De França, et al. (2017). Fundamentos da redução ao valor recuperável dos ativos: teoria e prática. São Paulo. Elevação.

$$VRec_t^e \equiv VU_{t,i}^e = \sum_{t=0}^n FC_{t,i}^e, \quad \forall t = (0, 1, 2, \dots); \quad i > 0 \quad (1)$$


$$VRec_t^e \equiv VJ_t^e = VM_t^e - DV_t^e, \quad \forall t = 0, 1, 2, \dots, n \quad (2)$$



Professor Doutor José Antonio de França

Contador e Economista, Doutor em Ciências Contábeis e Doutorando em Economia

Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília - UnB



A potencialização da relação de remuneração por incentivos e desempenho individual com base na teoria da Autodeterminação

Autores: Anna Caroline Priebe -Mestre em Contabilidade pela Unioeste- Cascavel, PR.

Prof. Dr. Udo Strassburg – Professor da Unioeste – Cascavel, PR.

1 - INTRODUÇÃO

É comum as organizações utilizarem de estratégias para potencializar o desempenho individual de seus colaboradores, visando o crescimento, produtividade e a vantagem competitiva da organização.

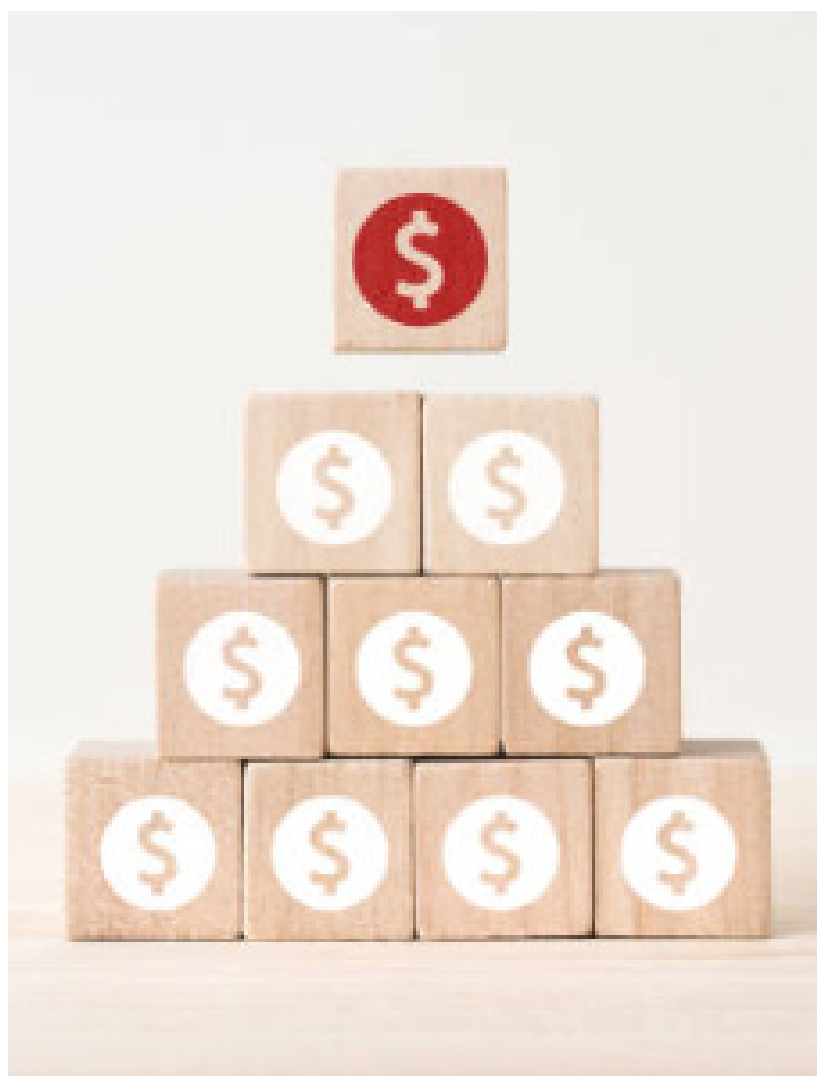
Um recurso indicado pode ser a Remuneração por Incentivos, pois, assim, os colaboradores são avaliados por metas e objetivos, de forma individual, em equipe e organizacional (Oyadomari, Cesar, Souza & Oliveira, 2009; Assis, 2012; Souza, Cardoso & Vieira, 2017). Desde aproximadamente duas décadas, a Remuneração por Incentivos está sendo implantada nas organizações privadas e a um período menor nas organizações públicas. Ambas com o mesmo intuito: Potencializar o desempenho individual das organizações ou processos públicos (Oyadomari, Cesar, Souza & Oliveira, 2009; Assis, 2012; Souza, Cardoso & Vieira, 2017).

Porém, as pesquisas que foram desenvolvidas com o intuito de mensurar a influência da Remuneração por Incentivos e o desempenho individual em empresas privadas e públicas identificaram, em sua maioria, que os resultados são negativos ou, quando positivos, em algum momento, estagna-se (Oyadomari et al., 2009; Assis, 2012). Outras percepções que os estudos apresentam estão relacionadas à forma de mensurar o desempenho, avaliá-lo, dando ênfase na necessidade de formalizar como os colaboradores serão avaliados. Ou seja, há uma fragilidade na forma como as empresas ou gestores fazem uso desta ferramenta para melhorar o desempenho de seus funcionários (Oyadomari et al., 2009; Assis, 2012).

Nesse sentido, nota-se que as empresas estão apenas aplicando esta ferramenta a fim de demonstrar que estão buscando formas para motivar os colaboradores. Em outras vezes, elas as aplicam sem possuir uma estrutura para mensurar ou avaliar o desempenho dos colaboradores, quase sempre sem um planejamento ou estratégia para fazer com que todo o processo de utilização da remuneração por incentivos seja positivo e claro para ambos os lados. Tais relatos fazem com que o investimento para a aplicação deste processo obtenha resultados reversos (Odelius & dos Santos, 2007; Odelius & dos Santos, 2008, Oyadomari et al., 2009, Junior & Borges-Andrades, 2011; Assis, 2012; Souza et al., 2017).

Nota-se que utilizar somente da Remuneração por Incentivos, sem nenhuma estratégia ou ferramenta além, faz com que o resultado seja reverso do esperado, ou que, em algum momento, a ferramenta se tornará obsoleta. Ainda, corroborando esta percepção, Liyanarachchi (2007) afirma que fazer uso de aspectos comportamentais em processos que buscam aumentar o desempenho da empresa por meio de colaboradores é essencial.

Com isso, a teoria da Autodeterminação proporciona identificar os tipos de motivação presente nos indivíduos ao desenvolverem determinada atividade. E apresenta que há duas formas de estar



motivado, isto é, de forma Intrínseca ou Extrínseca (Deci & Ryan, 2012).

A motivação Intrínseca trata a maneira mais autônoma de motivação, portanto, o colaborador desenvolve suas atividades de forma proativa e eficiente, mesmo que seja, ou não remunerado pela atividade (Gagné & Deci, 2005; Deci & Ryan, 2012).

Porém, na motivação Extrínseca, pode haver motivação de quatro formas regulamentadas, sendo elas: Regulação Externa (MEE), Regulação Introjetada (MEI), Regulação Identificada (MEID) e Regulação Integrada (MEIN) (Gagné & Deci, 2005).

As duas primeiras são motivações controladas externamente, ou seja, o empregado só é motivado a desenvolver seu trabalho quando for motivado por alguém ou alguma coisa, por exemplo: Elogios, Remunerações Variáveis, Aprovação de si para outros e Recompensa ao Ego. Já as duas últimas Regulações são extrínsecas, mas, de alguma forma interna, pois o colaborador

irá desempenhar melhor seu serviço em prol de seus objetivos hierárquicos, como, por exemplo, promoções ou objetivos pessoais (Gagné & Deci, 2005). Desta forma, a teoria da Autodeterminação proporciona explicações para os gestores sobre o tipo de motivação que a maioria dos colaboradores sentem, ou seja, se eles são mais eficientes e potencializam seus desempenhos com o intuito de: aumentar sua renda, de ser visto como um colaborador destaque, por objetivar crescer na organização, possuir objetivos pessoais, ou se, então, possuem motivação independente de recompensa (Gagné & Deci, 2005; Boruchovitch, 2008).

Tais explicações corroboram a gerência dos colaboradores e da empresa, pois possibilita que ferramentas como a Remuneração por Incentivos (RPI) sejam instituídas nas organizações e tragam os resultados esperados em relação ao desempenho dos colaboradores.

Assim, destaca-se a relevância do presente estudo, que busca contribuir com a utilização da Remuneração

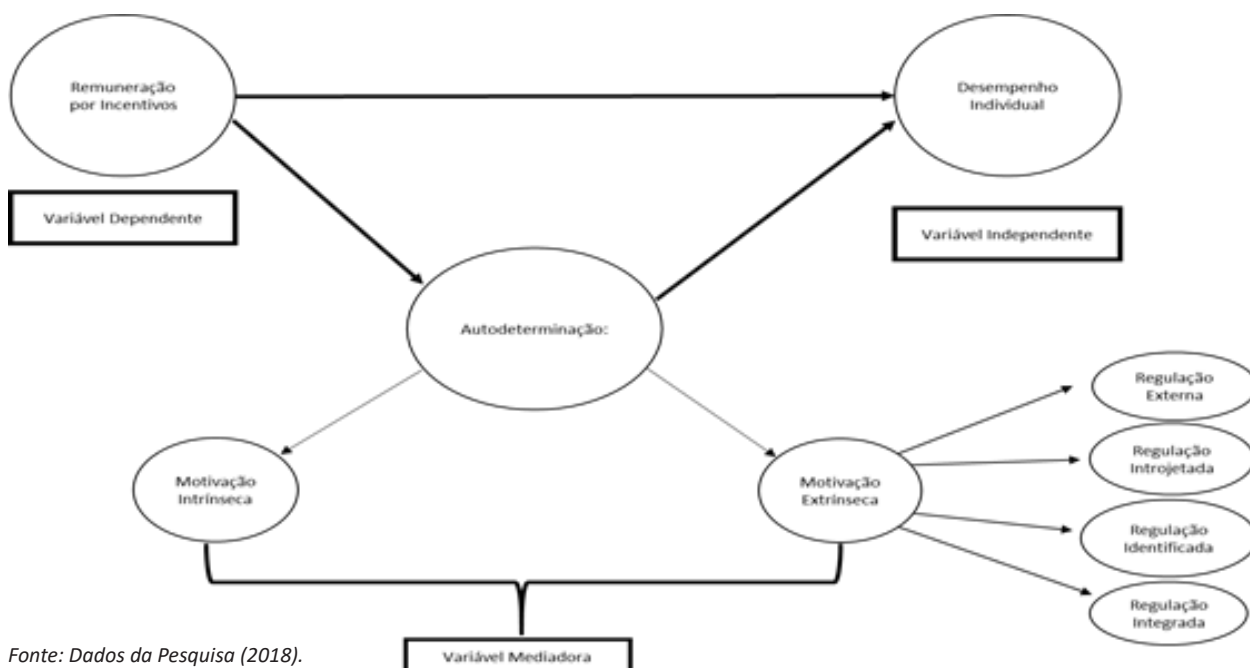
por Incentivos como ferramenta que realmente potencialize o desempenho individual do colaborador, por meio da Teoria da Autodeterminação – aspecto comportamental.

Assim, surge o seguinte problema de pesquisa: Quais os efeitos da teoria da Autodeterminação na potencialização da relação de Remuneração por Incentivos e Desempenho Individual?

Para obter a solução para o problema, a pesquisa teve como objetivo geral: analisar quais os efeitos da teoria da Autodeterminação na potencialização da relação de Remuneração Por Incentivos e Desempenho Individual aplicado aos colaboradores dos níveis tático e operacional.

Para consecução deste objetivo geral, foram seguidas algumas etapas: a) identificar os efeitos da teoria da Autodeterminação na potencialização da relação de Remuneração por Incentivos e Desempenho Individual dos colaboradores dos níveis tático e operacional; b) verificar quais os

Figura 1 - Modelo Teórico



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

tipos de motivação são predominantes nos colaboradores dos níveis tático e operacional para a potencialização do Desempenho Individual.

2 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa apresenta características explicativas, pois explica a influência dos tipos de motivações (Intrínseca e Extrínseca) na relação entre Remuneração por Incentivos e potencialização do desempenho individual.

Quanto à abordagem do problema, é classificada como quantitativa, e se justifica uma vez que, nesse tipo de pesquisa, com dados coletados por meio de questionários, os quais são praticados com instrumentos neutros e padronizados, os resultados podem ser quantificados por utilizarem técnicas estatísticas para a coleta e análise dos dados.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é classificada como levantamento ou survey, pois foi utilizado o instrumento de pesquisa (questionário) para a coleta dos dados.

A população do estudo foram os colaboradores das filiais da empresa Atena localizadas na mesorregião Oeste do Paraná, que totalizam 210 colaboradores dos níveis Tático e Operacional. A amostra do estudo com margem de erro de 5% e



nível de confiança de 95% resulta numa amostra mínima de 52 respondentes.

A coleta de dados aconteceu por meio de questionários estruturados, que foram entregues aos 210 colaboradores dos níveis tático e operacional, tendo um retorno de 98 questionários aptos para a análise de dados.

Para a consecução dos tratamentos dos dados coletados quantitativamente, fez-se o uso do Software Statistical Package for Social Sciences (SPSS) versão 22 e SmartPLS 3.

Utilizou-se o SPSS para a estatística descritiva, ou seja, a parte onde foi

descrito o perfil dos respondentes e teste de média. Já o SmartPLS foi utilizado para testar o modelo teórico por meio das equações estruturais.

A relação entre as variáveis do modelo teórico apresentado pela Figura 1 tem por objetivo analisar, sob a percepção dos colaboradores do nível tático e operacional, se a relação entre remuneração por incentivos ligada diretamente com desempenho individual é significativa, ou seja, se há um aumento no desempenho individual destes colaboradores por meio da Remuneração por Incentivos.

E, também, analisar se a utilização

Quadro 1 – Path Coefficients

Constructo	Valor de β
Regulação Externa	- 0,060
Regulação Introjetada	0,104
Regulação Identificada	-0,058
Regulação Integrada	0,676
Motivação Intrínseca	0,175

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

de fatores motivacionais, advindo da teoria da Autodeterminação, influencia, de forma a potencializar a relação de remuneração por incentivos e desempenho individual.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 ANÁLISE DO PERFIL

Dos 98 respondentes da pesquisa, constatou-se que o número de mulheres é superior ao dos homens, sendo 61,22% o percentual de mulheres e 38,78% o de homens. Quanto à idade, o maior percentual é verificado entre os colaboradores com até 30 anos, sendo de 52,04%, ao passo que o menor, de apenas 9,18%, refere-se à idade de 41 a 50 anos.

No que concerne à escolaridade, a maioria dos respondentes possui graduação e ensino médio, o que apresentou um percentual de 59,18% e 32,53%, respectivamente. E, ainda, quanto ao tempo de trabalho na empresa, o maior percentual evidenciado corresponde a um tempo de 6 a 10 anos, sendo 52,04%.

Constatou-se, ainda, que a maioria exercia, no momento da pesquisa, a



função no nível operacional, sendo 74,48%. No que se refere aos colaboradores do nível tático, estes exercem suas atividades nas funções de subgestores e gestores de compras, gestores de cobranças e gestores de vendas.

Ainda, é importante ressaltar que, na empresa Atena, todos os colaboradores são remunerados por metas e objetivos, individuais e em equipe. Apenas os gerentes gerais de cada loja não possuem metas e objetivos individuais, ou seja, a

remuneração se dá por meio do alcance geral das metas da empresa, como um todo, advindo dos colaboradores subordinados a eles.

3.2 TIPO DE MOTIVAÇÃO PREDOMINANTE NOS COLABORADORES DOS NÍVEIS TÁTICO E OPERACIONAL

Esta análise teve por objetivo discutir sobre a problemática relatada na introdução deste trabalho, o qual norteia a preocupação de estudar a motivação

Tabela 1 - Mediação

MEDIAÇÃO	B	% de Mediação
RPI → MI → PDI	0,175	59%
RPI → MEE → PDI	-0,060	35%
RPI → MEI → PDI	0,104	39%
RPI → MEID → PDI	-0,058	34%
RPI → MEIN → PDI	0,676	80%
RPI → PDI	0,071	-

Fonte: dados da Pesquisa (2018)

dos colaboradores e evidenciar que a maioria deles estão motivados extrinsecamente externa, ou seja, apenas por remuneração, aprovações, entre outros, como foi o achado do estudo de Leal et al. (2013).

Portanto, de modo a analisar os resultados que os tipos de motivação presentes e predominantes nos colaboradores dos níveis tático e operacional, empregados na empresa Atena, utilizou-se o coeficiente de caminhos, ou seja, o valor das cargas fatoriais dos caminhos entre os constructos, que são representados por meio dos valores de β no Quadro 1.

A partir dos valores de β dos constructos pertencentes à Autodeterminação (MI; Motivação Extrínseca: MEE; MEI; MEID; e MEIN), torna-se evidente que o tipo de motivação predominante nos colaboradores para potencializar o desempenho individual é a MEIN.

A MEIN compõe uma dimensão da Motivação Extrínseca, a qual se refere ao tipo de motivação extrínseca mais autônoma, sendo aquela que mais se aproxima da Intrínseca. A diferença entre elas se dá pelo fato de que, na Regulação Integrada, a motivação vem de objetivos futuros pessoais, e pela congruência de atividades e serviços seguindo sua índole e caráter.

Nesse sentido, os colaboradores confirmaram que se esforçam pela equipe e pela organização, pois sentem-se motivados em desenvolver esse papel e, ainda, afirmam que o desempenho de cada um serve para concretizar tanto os objetivos da organização como o pessoal, conforme mostra o Quadro 6 em relação às questões direcionadas ao constructo da pesquisa.

Este tipo de comportamento indica

que existe uma proatividade dos colaboradores em consonância com a organização. Desta forma, os gestores conseguem utilizar esse sentimento a favor da organização, de forma a melhorar a qualidade dos atendimentos, abrir novas filiais com funcionários dispostos e motivados para auxiliarem e ensinarem os novos colaboradores a aumentarem o seu desempenho, por meio de remunerações por incentivos que remetam ao tipo de motivação que eles possuem, além de criar um clima organizacional positivo que reflete união, desempenho, qualidade de atendimento, entre outros.

3.3 Autodeterminação mediando a relação entre Remuneração por Incentivos-RPI e Desempenho Individual-DPI

De modo a analisar a mediação da Autodeterminação entre a relação de RPI e a PDI, parte-se da hipótese de que a remuneração desencadeia algum tipo de

motivação e a partir desta motivação, é que o colaborador irá potencializar o desempenho individual (PDI).

Dessa forma, utiliza-se como variável independente a Remuneração por Incentivo (RPI). As variáveis de mediação da autodeterminação estão divididas em cinco constructos, sendo: MI e MEE; Regulação Introjada (MEI); MEID e Regulação Integrada (MEIN), sendo que estas regulações compõem as dimensões da Motivação Extrínseca. E, por fim, a variável dependente: PDI.

A partir da Tabela 1, por meio dos valores (%) de mediação, evidencia-se que a utilização da Autodeterminação está sendo trabalhada em conjunto com as práticas de RPI, potencializando o desempenho dos colaboradores em nível maior do que a relação direta entre RPI e a PDI.

Vale ressaltar, a priori, que somente



as motivações mais presentes nos colaboradores é que auxiliam a alta gestão nas suas tomadas de ações para potencializar o desempenho dos colaboradores. Porém, a partir dos dados apresentados (vide Tabela 1), notou-se que a relação de RPI e a utilização da Autodeterminação potencializa de forma geral a PDI dos colaboradores.

Ou seja, entende-se que a união das práticas gerenciais com fatores comportamentais pode auferir, de forma significativa, o desempenho dos

colaboradores, e, com isso, a ascensão da empresa no mercado. Corroborando esta análise, destaca-se Caplan (1969), que defende a importância de se abordar aspectos humanos na contabilidade.

3. CONCLUSÃO

A Teoria da Autodeterminação preconiza que os indivíduos são motivados intrínseca e extrinsecamente. Com isso, estudos foram desenvolvidos a fim de identificar os tipos de motivação presentes nas pessoas, para assim

auxiliar no desenvolvimento das suas atividades.

Tendo em vista a eficiência que a aplicação da teoria da Autodeterminação pode deter em situações gerenciais nas entidades, a questão problema que orientou a pesquisa foi a seguinte: Quais são os efeitos da teoria da Autodeterminação mediando a relação entre RPI e a PDI quando moderada pelo Princípio da Controlabilidade, à luz da teoria da Autodeterminação?

A partir da investigação, por meio de análises quantitativas obtidas de um survey, foi possível responder a questão de pesquisa.

Sobre a Autodeterminação mediar a relação de RPI e a PDI, evidenciou-se que a teoria potencializa a performance dos colaboradores, minimiza o índice de rotatividade nos níveis tático e operacional e cria um sentimento de cultura organizacional.

Quanto à motivação predominante nos colaboradores, identificou-se a regulação integrada, dimensão da motivação extrínseca, porém é a motivação que mais se aproxima da intrínseca. Este achado evidencia que os colaboradores são motivados de forma autônoma na organização, por sentirem-se bem com a atividade que desenvolvem e a visualizam nos seus objetivos futuros.

A segunda motivação predominante é a MEI, a qual determina que os colaboradores se motivem por meio do ego, por meio de reconhecimento de outros ou de si mesmos. E em terceiro lugar, demonstrou-se que a motivação intrínseca está presente em uma boa parte dos colaboradores. Tais achados são relevantes na aplicação dos incentivos, isso é, utilizar as motivações



no íterim dos incentivos proporcionados pela organização pelo alcance de metas e objetivos potencializa, de forma contínua o desempenho individual dos colaboradores.

Como contribuição teórica do estudo, destaca-se o entendimento dos fatores comportamentais, advindos da teoria da Autodeterminação, evidenciando lacunas na própria teoria, visto que se abrem diversas discussões que podem ser norteadas utilizando o entendimento da presente teoria.

Ainda, no âmbito de contribuições técnicas/práticas, considerando-se a baixa adesão de implementações de práticas e estratégias que maximizem o desempenho utilizando, em conjunto, fatores e aspectos comportamentais dos colaboradores, destacam-se as limitações que os gestores precisam superar, tendo em vista a intensidade da competitividade e a dinâmica do mercado. Cabe também a observação dos resultados dos estudos anteriores, os quais demonstraram que a aplicação da RPI não resultou no que se esperava dela.

Como sugestão de estudos futuros recomenda-se que seja explorado o tema da Autodeterminação mediando a relação entre RPI, potencializando o desempenho organizacional, o crescimento da firma e a baixa rotatividade.



Efeitos organizacionais da implantação de metas e remuneração variável por desempenho: o caso da segurança pública em Minas Gerais (Tese de Doutorado em Administração Pública). Recuperado de: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9559>

3. Gagné, M., & Deci, E. L. (2005). Self-determination theory and work motivation. *Journal of Organizational behavior*, 26(4), 331-362.

4. Junior, F. A. C., & Borges-Andrade, J. E. (2011). Efeitos de variáveis individuais e contextuais sobre desempenho individual no trabalho. *Estudos de Psicologia*, 16(2), 111-120.

5. Leal, E. A., Miranda, G. J., & Carmo, C. R. S. (2013). Self-determination theory: an analysis of student motivation in an accounting

degree program. *Revista Contabilidade & Finanças*, 24(62), 162-173.

6. Liyanarachchi, G. A. (2007). Feasibility of using student subjects in accounting experiments: a review. *Pacific Accounting Review*, 19(1), 47-67.

7. Oyadomari, J. C. T., Cesar, A. M. R. V. C., de Souza, E. F., & de Oliveira, M. A. (2009). Influências da remuneração de executivos na congruência de metas. *Revista contemporânea de contabilidade*, 6(12), 53-74.

8. Souza, P. V. S., Cardoso, R. L., & da Cunha Vieira, S. S. (2017). Determinantes Da Remuneração Dos Executivos E Sua Relação Com O Desempenho Financeiro Das Companhias. *REAd-Revista Eletrônica de Administração*, 23, 4-28.

REFERÊNCIAS:

1. Souza, P. V. S., Cardoso, R. L., & da Cunha Vieira, S. S. (2017). Determinantes Da Remuneração Dos Executivos E Sua Relação Com O Desempenho Financeiro Das Companhias. *REAd-Revista Eletrônica de Administração*, 23, 4-28.

2. Assis, L. O. M. D. (2012).



O PODER DE ACURÁCIA DOS ESTÁGIOS DE CICLO DE VIDA DAS EMPRESAS NAS PREVISÃO DE LUCROS: UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS LISTAS NA B3.

Área Temática: Contabilidade Financeira


RESUMO

O objetivo geral deste trabalho foi apresentar evidências que expliquem como a teoria do Ciclo de Vida das Empresas se comporta em associação à Previsão de Lucros. A amostra foi composta por instituições de capital aberto listadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), no espaço temporal de 2005 a 2016. Para uma explicação teórica, utilizou-se o modelo de previsão de lucros de Hou, Dijk e Zhang (2012), o qual utiliza as variáveis lucros realizados, ativo total, pagamento de dividendos, prejuízos e accruals para prever as informações futuras. O modelo consiste em agregar informações passadas na tentativa de diminuir a margem de erros de previsão, nesse sentido foi introduzida a variável ECV (DICKINSON, 2011) justificada pela teoria do Ciclo de Vida das Empresas que demonstra um poder informacional para previsão de comportamentos. Os resultados encontrados sugerem que a adição dos ECVs promove um aumento no poder de previsão dos lucros, esse resultado se encontra mais evidente em empresas maduras. A principal contribuição à literatura foi evidenciar que a teoria dos Ciclo de Vidas das empresas pode melhorar a previsão de lucros, sendo mais evidenciada nas empresas maduras. função estratégica, incluindo indicadores relacionados à finalidade da instituição.

Palavras-chave: Estágios dos Ciclo de Vida das Empresas; Previsão de Lucros; teoria dos Ciclo de Vida das Empresas.



1 INTRODUÇÃO



A estimativa de lucro das empresas é fundamental para a tomada de decisão de agentes financeiros, uma vez que ela pode ser utilizada como proxy para se entender a relação entre risco e retornos esperados. A previsão de lucros também desempenha um papel relevante na avaliação de empresas, orçamentos de capital e outras configurações de finanças corporativas, além de ser importante para práticas de gerenciamento de investimentos, assim como construção de portfólio (HOU et al., 2012; SALSA, 2010).

Para se fazer utilizar dessa ferramenta de decisão, muitas vezes são utilizadas previsões de analistas. Essas previsões são construídas por meio de fatores muitas vezes pouco confiáveis, uma vez que existem diversos vieses, como expectativas exageradas, que fazem acreditar que não seria uma melhor opção utilizá-las (BROWN; ROZEFF, 1978; DALMÁCIO, 2009; DE BONDT; THALER, 1990; MARTINEZ, 2004). Nesse sentido, diversos estudos procuraram construir um modelo eficiente de previsão de lucros, porém eles detêm uma característica em comum: dependem exclusivamente dos lucros ex post para realizar uma previsão dos lucros ex ante. Todavia, os lucros realizados podem ser uma proxy ruidosa para previsão de lucros, uma vez que os lucros médios realizados podem se desviar significativamente dos lucros esperados (BLUME; FRIEND, 1973; ELTON, 1999; FROOT; FRANKEL, 1989). Tentando sanar essa problemática, pesquisas anteriores (CLAUS; THOMAS, 2001; EASTON, 2004; GEBHARDT et al., 2001; GORDON; GORDON, 1997; HOU et al., 2012; JUETTNER-NAUROTH, 2005) incluíram variáveis explicativas que aumentam o poder de acerto dessas previsões. Apesar de serem positivas,

essas tentativas podem não ter sido completamente efetivas, abrindo espaço para novas perspectivas e indagações. Isso faz com que o comportamento da empresa perante a previsão de lucros seja investigado na tentativa de uma melhorá-las (FAIRFIELD, SWEENEY; YOHN, 1996).

A fim de entender como esses modelos de previsão de lucros, baseados em dados históricos, reagem a mais poder informacional das entendidas, foi relacionada a teoria do Ciclo de Vida das Empresas (DEANGELO; DEANGELO, 2006; DICKINSON, 2011) na tentativa de aumentar a absorção de informações de empresa, diminuindo os ruídos da previsão. Entendendo que empresas de estágios iniciais apresentam poucas informações disponíveis no mercado reduzindo o potencial de acurácia dos modelos de previsão, dessa maneira, controlando estes estágios, é possível que as previsões sejam mais precisas. Dessa forma, tem-se como questão norteadora deste estudo: A associação de variáveis correspondentes aos Estágios de Ciclo de Vida das Empresas aumenta o poder de acurácia de um modelo de previsão de lucros? Logo, o objetivo desta pesquisa é analisar o comportamento das previsões de lucros associados aos estágios do ciclo de vida das empresas. Com base no exposto, este trabalho utiliza a metodologia de Hou et al., (2012) para previsão de lucros adicionada a variáveis suportadas pela teoria do Ciclo de Vida das Empresas de acordo com o modelo de Dickinson (2011).

Acredita-se que a variável Estágio de Ciclo de Vida (ECV) pode ter um poder explicativo colaborativo a um modelo de previsão de lucros, uma vez que o ECV é considerado uma medida relevante de desempenho pelos agentes do mercado

financeiro, visto que os Ciclos de Vida das Empresas refletem a evolução de uma empresa decorrente a suas mudanças internas e externas (VORST; YOHN, 2018).

Pesquisas de âmbito nacional e internacional apenas tratam das falhas nas previsões e como elas se relacionam no mercado acionário brasileiro e internacional, deixando um gap na literatura. O presente estudo se destaca entre as demais pesquisas por tentar relacionar a previsão de lucros com os estágios de ciclo de vida das empresas. Nesse sentido, espera-se obter uma previsão mais precisa e aumentar o poder informacional de cada previsão utilizando o estágio de cada empresa como informação adicional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PREVISÃO DE LUCROS

As informações financeiras disponibilizadas ao mercado são classificadas como relevantes, visto que a precificação dos ativos tende a refleti-las, levando os investidores a tentarem utilizar essas informações como ferramenta de diminuição de incertezas (ARMSTRONG et al., 2011; EASLEY; O'HARA, 2004; EASLEY; O'HARA; SRINIVAS, 1998; MILLER; FRIESEN, 1984; MUELLER, 1972). Sendo assim, se a disponibilização das informações é importante para a eficiência informacional do mercado, a previsão dessas informações é ambicionada por diversos agentes financeiros (MARTINEZ, 2006).

Nesse contexto surge um ator de extrema importância entre o mercado e o investidor: os analistas de equity research. Os analistas são profissionais supostamente qualificados que auxiliam investidores a escolher ou gerenciar investimentos, podendo exercer suas

“ Se a disponibilização das informações é importante para a eficiência informacional do mercado, a previsão dessas informações é ambicionada por diversos agentes financeiros.”

funções de forma individual ou em instituições intermediárias (MARTINEZ, 2004). Pesquisas apresentam (BUSHMAN et al., 2005) que esses personagens do mercado de ações tendem a procurar realizar seu trabalho em empresas que apresentam uma melhor qualidade das informações, assim apresentando um menor gerencialmente de resultados.

De acordo com os achados da literatura, as previsões dos analistas não são proxies totalmente falhas, porém devem ser usadas de forma moderada como ferramentas de auxílio na tomada de decisão dos investidores e podem ser associadas a características idiossincráticas das empresas. Entendendo a dificuldade em utilizar previsões de analistas, diversos autores (EASTON, 2004; EASTON; MONAHAN, 2005; FAMA; FRENCH, 1993, 2000, 2006; HOU et al., 2011; HOU et al., 2012) começaram a tentar construir

modelos econométricos que fornecessem uma previsão dos lucros esperados, com variáveis contábeis e passíveis de aperfeiçoamento posterior.

Observa-se que diversos autores propõem um melhoramento de modelos de previsão de lucros por meio da inclusão de variáveis explicativas e que aumentem o poder de acerto dessas previsões. Todavia, as tentativas são positivas, mas não totalmente efetivas, sempre abrindo espaço para novas perspectivas e indagações. Isso faz com que o comportamento da empresa perante essa variável seja investigado na tentativa de uma melhor utilização dela.

2.2 Ciclo de Vida das Empresas Interagindo com essa linha de raciocínio, encontra-se a teoria do Ciclo de Vida das Empresas que, de forma metódica, divide as empresas em diferentes estágios. Isso se dá pelo entendimento de que as empresas apresentam um comportamento diferenciado em diversos momentos de sua vida econômica e seus Estágios de Ciclo de Vida não são lineares, mas cíclicos (ANTHONY; RAMESH, 1992). Dessa forma, ao longo do tempo, foi desenvolvida a teoria dos Estágios do Ciclo de Vida, em analogia aos seres vivos, partindo da premissa de que as empresas, de modo geral, passam por estágios ao longo de suas vidas, os quais estão ligados a padrões estratégicos e estruturais (DICKINSON, 2011). Assim, a literatura classifica as empresas em cinco diferentes estágios/fases: nascimento, crescimento, maturidade, turbulência/renascimento e declínio (DICKINSON, 2011; MILLER; FRIESEN, 1984).

Os fatores que determinam as mudanças do estágio de ciclo de vida são diversos, vindo dos ambientes interno (como escolhas de estratégia e recursos financeiros) e externo (como fatores macroeconômicos) (DICKINSON, 2011).

Nesse sentido, algumas variáveis diretamente relacionadas à previsão de lucros também podem ser analisadas.

Mueller (1972) observa como se comportam os lucros em cada estágio de ciclo de vida na tentativa de prever o funcionamento das entidades e, assim, prever o comportamento dos lucros. Para Mueller (1972), no nascimento, devido à incerteza de sobrevivência da empresa, os lucros são menores; isso faz com que a busca pelo crescimento seja de grande interesse nessa fase.

No crescimento, a empresa começa a se consolidar e apresentar ao mercado a sua capacidade produtiva, acarretando uma relação positiva com os lucros (ALVES; MARQUES, 2007; DRAKE, 2015; FRANCIS et al., 2004). Nessa fase a empresa necessita de recursos externos para suportar as necessidades de caixa decorrentes das atividades operacionais e de investimentos. Além disso, atua no mercado sem muita informação disponível publicamente sobre o seu potencial para geração de receitas e custos relacionados com a sua atividade, o que pode gerar um vasto campo para obtenção de informações privadas (ALVES; MARQUES, 2007; DRAKE, 2015; FRANCIS et al., 2004; GIRÃO, 2016).

Empresas no estágio de maturidade, por terem um maior período de produção no mercado, se tornam estáveis, com fluxos de caixa operacionais saudáveis; externam ao mercado maior conhecimento sobre suas atividades operacionais; e, como já ultrapassaram o estágio de crescimento, mudam o foco do investimento (e financiamento) para iniciar a distribuição de maiores lucros, uma vez que não estão mais crescendo (ALVES; MARQUES, 2007; GIRÃO, 2016; MUELLER, 1972).



Já empresas no estágio de turbulência também apresentam uma experiência no mercado, porém apresentam falhas em sua eficiência, implicando a redução das taxas de crescimento e a redução dos lucros, uma vez que o preço é uma função da capacidade financeira da empresa. Isso levará ao estágio de declínio, em que a empresa começa a descontinuar sua atividade (GIRÃO, 2016; SALSA, 2010).

Entende-se que, de certa forma, as decisões tomadas por agentes internos e externos das entidades levam em consideração o ECV da empresa. Isso pode levar, por exemplo, à mudança da decisão de investidores a procura de empresas que podem pagar ou

estão pagando dividendos. Nesse caso, certamente as empresas maduras serão um alvo maior. Observa-se ainda que empresas com altas taxas de rentabilidade e baixo crescimento tendem a pagar dividendos, enquanto as empresas de baixo lucro e/ou com alto crescimento tendem a reter lucros (FAMA; FRENCH, 2000).

Com base nos parágrafos anteriores, as empresas em estágios iniciais apresentam pouca disponibilidade de informações, não apresentando uma base sólida no mercado, posteriormente contribuindo para um maior ruído nas previsões de lucros mensuradas por modelos econométricos. Já empresas maduras apresentam características que otimizam

esse poder de previsão, podendo apresentar um poder assertivo maior referente aos outros estágios. Empresas classificadas nos estágios Turbulência e Declínio apresentam baixos resultados e maiores probabilidades de ruídos em suas informações disponibilizadas ao mercado podendo gerar problemas de previsão.

2.1 CONTRIBUIÇÃO DOS ECV NA ACURÁCIA DAS PREVISÕES DE LUCROS

Baseado nas evidências apresentadas na seção anterior, em que se nota uma análise do comportamento dos lucros em relação aos ECV, acredita-se que a variável ECV pode ter um poder explicativo colaborativo a um modelo de previsão de lucros, uma vez que o ECV é considerado uma medida relevante de desempenho pelos agentes do mercado financeiro (VORST; YOHN, 2018).

Dessa forma a teoria do Ciclo de Vida propõe que uma empresa possui características de risco específicas em cada diferente estágio de ciclo de vida (XU, 2007). Uma dessas medidas é a qualidade da informação reportada, que está diretamente relacionada com a assimetria informacional, ou seja, a qualidade da informação se comporta de maneira diferente em cada estágio de ciclo de vida (COSTA, 2015; LIMA et al., 2015). Pesquisas de âmbito nacional e internacional observam a relevância da qualidade da informação (DECHOW et al., 2010; DICHEV et al., 2012; LIMA et al., 2015).

Isso ocorre devido à importância da qualidade da informação no mercado financeiro, pois I) permite a avaliação

dos potenciais retornos por investidores; e II) uma vez tendo investido, recursos nas empresas as informações ajudam a monitorar o uso desse investimento. Entendendo que a qualidade da informação será relacionada com o ECV, acredita-se que esse poder explicativo pode ajudar a melhorar a previsão de lucros (BEYER et al., 2010). O modelo utilizado por Dickinson (2011) utiliza dados e pressupostos que se relacionam com a qualidade da informação, podendo ser considerada proxy para assimetria informacional (EASLEY; O'HARA, 2004).

Outro fator que corrobora a previsão de lucros e que também está associado ao ECV é a qualidade dos lucros em longo prazo (DECHOW et al., 2010). Essa é apresentada por Dichev et al. (2012), para quem os resultados que apresentam padrões em longo prazo são melhores preditores. A relevância das variações e qualidade dos lucros (ANTHONY; RAMESH, 1992) também é apresentada em seus diferentes estágios do ciclo de vida das empresas e apresentam características econômicas e financeiras diferentes em cada estágio.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 COLETA DE DADOS

Tendo em vista que o objetivo desta pesquisa foi verificar o comportamento das variáveis embasadas em ECV a um modelo de previsão lucros (HOU et al., 2012), foi composta uma amostra que utiliza as instituições de capital aberto listadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão). Foram retiradas da amostra as organizações do setor financeiro, uma vez que elas apresentam uma estrutura

e procedimentos contábeis específicos, o que diferem das demais empresas.

O espaço temporal foi delimitado ao período de 2005 a 2017, período esse em que contempla dados brasileiros, porém vale ressaltar que o período utilizado em cada etapa da pesquisa se modifica com as idiosincrasias dos modelos utilizados. O estudo deu-se em duas etapas, sendo a primeira o cálculo da previsão de lucros e a segunda, a verificação do comportamento das variáveis ECV.

3.2 ETAPAS DA METODOLOGIA

Assim, para a primeira parte, foi usado um modelo de Hou et al. (2012), que se baseia em uma extensão e variação dos modelos de rentabilidade cross-section (FAMA; FRENCH, 2000, 2006; HOU; ROBINSON, 2006; HOU et al., 2011) para prever lucros. Assim, a amostra final foi composta de 93 ações empresas brasileiras. Vale ressaltar que foram retiradas as empresas que não dispunham de dados suficientes para compor o modelo e que não apresentavam todos os dados do período indicado.

Na segunda etapa foram estimadas regressões para previsão dos lucros estimada na primeira etapa da pesquisa foi considerada como variável dependente e ECV como uma das variáveis explicativas. Ademais, salienta-se que todos os dados referentes às empresas para composição da amostra utilizaram-se da base Economática®.

3.2.1 ESTIMAÇÃO DO LUCRO

Especificamente, para cada ano, entre 2005 e 2017, para empresas brasileiras, estimou-se a seguinte regressão pooled,

$$E_{i,t+\tau} = \alpha_0 + \alpha_1 A_{i,t} + \alpha_2 D_{i,t} + \alpha_3 DD_{i,t} + \alpha_4 E_{i,t} + \alpha_5 NegE_{i,t} + \alpha_6 AC_{i,t} + \varepsilon_{i,t+\tau} \quad (1)$$

Equação 1, modelo de Hou et al. (2012): onde $E_{i,t+\tau}$ indica os lucros da empresa i no ano $t+\tau$ ($\tau = 1$ a 3), $A_{i,t}$ é o total de ativos, $D_{i,t}$ é o pagamento de dividendos, $DD_{i,t}$ é uma variável dummy igual a 1 para pagadores de dividendos e 0 de outra forma, $E_{i,t}$ é o lucro realizado, $NegE_{i,t}$ é uma variável dummy que equivale a 1 para empresas com prejuízo e 0 de outra forma, e $AC_{i,t}$ é accruals totais mensurados pela abordagem de balanço conforme Paulo (2007). Todas as variáveis explicativas são medidas a partir do ano t , seguindo os pressupostos do modelo de Hou et al. (2012).

A principal diferença entre a Equação 1 e os modelos de seção transversal utilizados em estudos anteriores (FAMA; FRENCH, 2000) é que a Eq. 1 foi usada para prever o lucro, e não para prever rentabilidade (lucros escalados por ativos totais).

Para cada confirmação i de cada ano na amostra, calculou-se as previsões de lucros por até três anos no futuro, multiplicando as variáveis independentes a partir do ano t com os coeficientes da regressão estimada usando os anos anteriores de dados. Isto garante que as previsões de lucros sejam estritamente fora da amostra (ou seja, todas as

informações necessárias para prever os lucros por anos $t + 1$ a $t + 3$ estão disponíveis no ano t).

Além disso, exigiu-se apenas que uma empresa tenha valores não faltantes para as variáveis independentes no ano t para estimar suas previsões de lucros. Assim, extraindo os coeficientes das regressões anuais, obtiveram-se as previsões dos lucros. Também foram inseridas variáveis de controle dummy de setor e ano, sendo a variável setor de empresas brasileiras classificada pelo Segmento Bovespa. Para prosseguir com o objetivo de pesquisa, foi inserido o ECV, calculado conforme o modelo de Dickinson, (2011), Girão, (2016).

3.2.2 Previsão de Lucros e ECV

Posteriormente, para separar as empresas por ciclos de vida foi utilizado o modelo de Dickinson (2011). Nesse sentido, são necessários três componentes da apresentação de fluxo de caixa, sendo eles: os padrões de fluxo de caixa das operações, os padrões de investimento e os padrões de financiamento. Assim, o modelo de fluxo de caixa fundamenta-se na combinação do sinal de cada um dos três componentes dos fluxos de caixa, com vistas a classificar as empresas em um dos cinco estágios de ciclo de vida:

nascimento, crescimento, maturidade, shake-out (turbulência) e declínio. Extraída da Apresentação dos Fluxos de Caixa classificou-se cada empresa em determinado estágio do ciclo de vida, conforme o Quadro 1.

Assim, depois de classificar as empresas da amostra em seus determinados estágios de ciclo de vida, a pesquisa adiciona a variável dummy para cada ECV na Equação 1, sendo retirados a dummy declínio pois ela é a que apresenta menor proporção na amostra, sendo apresentada na Equação 2.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas das 93 empresas brasileiras, com 1.116 observações, correspondentes ao espaço temporal entre 2005 a 2017. Isso se deve ao fato de o mercado brasileiro ser relativamente mais novo que outros mercados mundiais. O valor médio (mediana) do Lucro (E_t) das empresas que compuseram a amostra foi de 955.568,6 (48.213), o que não denota um padrão nas empresas amostrais, visto que existem um distanciamento das suas extremidades mínima (-44.212.187) e máxima (37.813.723).

Equação 2:

$$E_{i,t+\tau} = \alpha_0 + \alpha_1 A_{i,t} + \alpha_2 D_{i,t} + \alpha_3 DD_{i,t} + \alpha_4 E_{i,t} + \alpha_5 NegE_{i,t} + \alpha_6 AC_{i,t} + \alpha_7 ECV_{i,t} + \varepsilon_{i,t+\tau} \quad (2)$$

Quadro 1 – Classificação do Ciclo de Vida

Ciclo de vida	Nascimento	Crescimento	Maturidade	Turbulência	Declínio
Operacional	-	+	+	+ - +	- -
Investimento	-	-	-	+ - +	++
Financiamento	+	+	-	+ - -	+ -

Fonte: Adaptado de Dickinson, 2011, p. 1974.

Assim, percebe-se uma alta heterogeneidade dos Lucros (E_t) entre empresas que compõem a amostra com base no desvio-padrão (4.373.026) e nas diferenças entre os quartis 25% (-6.251) e 75% (361.613). Essas informações são associadas à quantidade das empresas que apresentam Prejuízo ($\text{Neg}E_t$), cuja média (mediana) é de 0,29(0) - o que indica uma quantidade muito pequena da amostra. Tratando-se das demais variáveis que compõem o modelo de previsão de lucros utilizado na pesquisa, vale ressaltar que o Ativo Total (A_t) apresenta uma média (mediana) de 45.578,49 (1.697), apresentando uma discrepância em relação ao valor máximo (1.437.486).

Sobre o Pagamento de Dividendos (D_t), eles podem ser analisados tanto pelo valor, como pela presença. Nota-se que, em referência ao valor máximo (15.439.711), muitas empresas pagam dividendos mais baixos, visto que a média (mediana) é de 511.981,5 (6.768,5). Por outro lado, verifica-se que as empresas da amostra em sua grande

maioria fazem esses pagamentos, visto que a média (mediana) da dummy de Dividendos utilizada (DD_t) é de 0,60(1). A variável Accruals (AC_t) apresenta média (mediana) de 22.913,7 (1.437) e valores mínimo (-92.466.398) e máximo (74.668.832) compatíveis com a pesquisa de Linhares et al. (2018), que utilizaram o espaço temporal de 1996 a 2012.

Em relação às variáveis relacionadas aos estágios de ciclo de vida das empresas, obtidas pelo modelo de Dickinson (2011), as empresas brasileiras da amostra apresentam-se em sua maioria nos estágios de Nascimento (DN_t) e Maturidade (DM_t) de acordo com seu quartil 75% (1). Em contraponto, o estágio de Turbulência (DT_t), quando comparado aos demais estágios, é o que menos apresenta frequência de acordo com sua média (mediana) que é 0,06 (0).

4.2 ANÁLISE DA PREVISÃO DOS LUCROS COM ECV

A Tabela 2 apresenta os coeficientes das variáveis do modelo de previsão de lucros de empresas brasileiras utilizado na pesquisa, sendo dividida em três painéis: previsão de lucros, previsão de lucros com ECV e previsão de lucros com controle apenas de empresas maduras, com a finalidade de segregar as empresas que estão mais consolidadas no mercado e com uma maior disponibilização de informações. Assim, pode-se observar como o modelo de previsão de lucros comporta-se de acordo com a associação da teoria dos Ciclos de Vida das Empresa, utilizando o modelo de Dickinson (2011). Analisando o Painel A, previsão de lucros sem ECV, nota-se que, em relação a níveis de significância entre as variáveis, Accruals (AC_t) é a variável que mais apresenta significância a 1% nos três anos de previsão, só deixando de apresentar esse comportamento no espaço de 2014-2016. Tal relação é esperada de acordo com os estudos de Anthony e Ramesh (1992) e Hribar e Yehuda (2015).

As demais variáveis que atingem níveis

Tabela 1- Estatísticas Descritivas das Empresas Brasileiras

Variável	N	Mín.	Máx.	Média	Desv. Padrão	25%	Mediana	75%
E_t	1116	-4,42e+07	3,78e+07	955568,6	4373026	-6251	48213	361613
A_t	1116	5	1437486	45578,49	170874,3	416	1697	13907
D_t	1116	0	1,54e+07	511981,5	1574185	0	6768,5	162640
DD_t	1116	0	1	0,60	-	0	1	1
$NegE_t$	1116	0	1	0,29	-	0	0	1
AC_t	1116	-9,25e+07	7,47e+07	22913,7	7407591	-61786,7	1437	99446
DN_t	1116	0	1	0,27	-	0	0	1
DC_t	1116	0	1	0,23	-	0	0	0
DM_t	1116	0	1	0,38	-	0	0	1
DT_t	1116	0	1	0,06	-	0	0	0

$E_{i,t}$ = lucros da empresa i no ano t ; $A_{i,t}$ = total de ativos; $D_{i,t}$ = pagamento de dividendos; $DD_{i,t}$ = dummy igual a 1 para pagadores de dividendos e 0 de outra forma; $NegE_{i,t}$ = dummy que equivale a 1 para empresas com prejuízo e 0 de outra forma; $AC_{i,t}$ = accruals totais; DN_t = estágio de nascimento; DC_t = estágio de crescimento; DM_t = estágio de maturidade e DT_t = estágio de turbulência.

Nota: amostra composta por 1.116 observações, no período de 2005 a 2016.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

de significância são Pagamentos de Dividendos (D_t), apresentando o coeficiente -1,8794 e uma relação negativa com os Lucros no Ano $t+1(E_{t+1})$. Tais achados corroboram as pesquisas de Deangelo e Deangelo (2006), que demonstram que os lucros não aumentam após um aumento de dividendos, podendo diminuir, uma vez que as empresas tendem a aumentar seus dividendos com o decorrer do tempo (LINTNER, 1965).

Quando analisado o Painel B previsão de lucros com controle de ECV, em relação ao Painel A, nota-se que as variáveis originais do modelo não sofreram alterações. Já as variáveis de controle dos ECVs demonstram que no espaço de previsão 2005-2007 apenas o estágio de Maturidade ($\square DM \square_t$) apresenta significância de 1% com coeficiente -177.051,6, tendo que a variável de estágio de Turbulência ($\square DT \square_t$) foi omitida devida ao alto nível de multicolinearidade.

No período de 2008-2010, todas as variáveis de controle de ECV apresentaram significância a nível de 1%. Situação inversa ao período de 2014-2016, em que nenhuma das variáveis de ECV apresentam significância. Em relação ao espaço temporal de previsão 2011-2013 apenas a variável estágio de Crescimento ($\square DC \square_t$), que apresenta um coeficiente de 14.554,6 demonstra relação com os Lucros Futuros.

No painel C, previsão de lucros com controle de empresas maduras, houve significância apenas nos períodos de 2005-2007 e 2014-2016, com coeficientes de -297.592,8 e -274.295,6, apresentando uma relação inversa.

Em análise das regressões dos três modelos, pode-se verificar que as

variáveis de controle de ECV apresentam significância associada ao modelo de previsão de lucro. Em controle apenas empresas maduras, as empresas brasileiras também apresentam relações, evidenciando ainda que os Lucros no Ano $t+1(E_{t+1})$, em nenhum momento, se relacionam com os Lucros no Ano $t(E_t)$, indo de acordo com os achados de (BLUME; FRIEND, 1973; ELTON, 1999; FROOT; FRANKEL, 1989), demonstrando que os lucros presentes não têm um grande poder explicativo sobre os lucros futuros. Já a variável Accruals ($\square AC \square_t$) apresenta significância negativo nos três modelos de previsão e isso se deve pelo entendimento que accruals; são baseados em pressupostos e estimativas e que podem ser corrigidos nos accruals futuros, dessa maneira, demonstrando uma relação com os lucros futuros (DECHOW; DICHEV, 2002).

A Tabela 3 analisa o grau de correlação dos Lucros realizados com as respectivas previsões de lucros das empresas brasileiras utilizando os três modelos de previsão: sem ECV, com ECV e com controle de estágios de empresas maduras. Os resultados apresentam significância com as três previsões. Na primeira previsão, sem controle de ECV, as previsões apresentadas se relacionam com os lucros realizados, demonstrando que o modelo nas condições temporais e específicas utilizadas nessa pesquisa com empresas brasileiras demonstra um poder assertivo e com menos falhas. Essa análise foi semelhante aos resultados apresentados com a associação da teoria do Ciclo de Vida das Empresas, que se relaciona positivamente com a previsão de lucros.

As previsões de lucros com controles de ECV se relacionam positivamente com os lucros realizados, ou seja, apresentam um grau maior de semelhança. Esse

resultado apresenta ainda uma melhora em se tratando apenas de empresas maduras. Os resultados analisados se sustentam com base na teoria do Ciclo de Vida das Empresas, utilizando o modelo de Dickinson (2011) e sugerindo identificar qual o estágio de ciclo de vida em que se encontra a empresa poderá agregar valor informacional à previsão na tentativa de diminuir erros.

Mueller (1972) relaciona cada estágio com diversas características específicas. Entre suas afirmativas, ele destaca que o estágio de maturidade apresenta melhores resultados e melhores informações disponíveis no mercado. Nesse sentido, os resultados obtidos demonstram que empresas maduras apresentam uma maior similaridade entre previsões e resultados, indo ao encontro dos achados de Vorst e Yohn (2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa foi melhorar o poder de previsão de lucros com a adição da teoria do Ciclo de Vida das Empresas. Nesse sentido, foi usado o modelo de Hou et al. (2012) para prever lucros e adicionados os ECVs, de acordo com o modelo de Dickinson (2011), em instituições de capital aberto listadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão).

Os resultados encontrados sugerem que não houve uma grande melhoria no poder explicativo dos modelos com a adição dos ECVs ou apenas controle das empresas maduras. Porém, em relação ao poder de previsão, foi verificado que as previsões de lucros mensuradas com ECV apresentaram um poder maior de acurácia dessas previsões em relação ao modelo sem adição de ECV. Esse resultado se encontra mais evidente em empresas maduras. A pesquisa ainda teve como limitações o período

Tabela 2 – Regressões Previsão

Painel A – Previsão de

Período				
2005-2007	0,4041	16,566	0,1401	135147
	-0,2603	-6,3273	-0,4236	-112158,6
2008-2010	0,3209	9,0853	0,5412	72351,17
	-0,2515	-4,348	-0,2032	-64902,43
2011-2013	0,4338	4,8275	0,3822	-106918***
	-0,164	-3,6905	-0,7164	-166233,3
2014-2016	0,047	19,6573	-1,8794***	86941,33
	-0,3161	-7,6905	-1,0328	-382744,9

Painel B – Previsão de Lucro

Período							
2005-2007	0,4047	16,4404	0,1131**	309027,6	52991,98	-0,0607***	15758
	-0,2585	-6,2595	-0,419	-204191,6	-83810,51	-0,0758	-20109
2008-2010	0,3166	9,4563	0,5561	36179,09	258174,6	-0,0396***	-0508461
	-0,2483	-0,5561	-0,2158	-79749,4	-145430,7	-0,0348	-4779
2011-2013	0,4346	4,982	0,3695	-130327***	-247442***	-0,0154***	11979
	-0,1659	-3,8203	-0,7307	-172829,8	-170834,5	-0,0266	-31584
2014-2016	0,0455	19,8089	-1,9505***	54952,9	-484375,2***	0,148	63133

de Lucro Empresas Brasileiras

de Lucros sem ECV

							Constatare	
	20983,06	-0,0616***	-	-	-	-	-34855.45***(112740.4)	0,94
	-84967,41	-0,0773						
	203511,5	-0,0386***	-	-	-	-	-84177.35***(103632.5)	0,93
	-134112,4	-0,3364						
	-232672***	-0,0158***	-	-	-	-	-4417.161**	0,6
	-173256	-0,0258					(189241.9)	
	-574296,9***	0,1525	-	-	-	-	713225.9	0,58
	-549764,7	-0,0864					(622703.3)	

os com controle de ECV

							Constatare	
0,6	86286,37	-177051,6***				-	-205303.4***(252236.2)	0,94
3,5	-208879	-238471,1				-		
,5***	-32979,8***	-26441,59***				-357661***	72211.04(214890.9)	0,93
14	-172886,9	-163124,8				-609862,6		
2,6	14554,6**	208933				270663,4	-135755.7***(404169.7)	0,6
2,9	-14554,6	-338860,9				-337274,8		
2,2	1129410	823120,1				2138580	-253392.1***(780421.1)	0,59

Tabela 2 (Continuação) – Regressões Previsão de Lucro Empresas Brasileiras

Painel C- Previsão de Lucros com controle de Empresas Maduras											
Período										Constate	
2005-2007	0,4037	16,474	0,1247	268118,3	52887,91	-0,0611***	-	-	-297592,8***	-55310,06***(107506.7)	0,94
	-6,2372	-6,2372	-0,421	-159651,6	-80414,55	-0,0757			-241522,6		
2008-2010	0,318	9,1262	0,5514	48735,24	187077,3	-0,0386***	-	-	128506,6	-116716,8***(100964.7)	0,93
	-0,2518	-4,3629	-0,1971	-69966,53	-134819	-0,3367			113935,6		
2011-2013	0,4345	4,8288	0,3814	-140398,8***	-230432,4***	-0,0157***	-	-	135810,7	-37535,16*** (200214.9)	0,6
	-0,1657	-3,6971	-0,7194	-162334,3	-174624,3	-0,0258			-172529,7		
2014-2016	0,0493	19,6434	-1,8894***	112947,5	-614051***	0,1507	-	-	-274295,6***	880041,6(732876.7)	0,58
	-0,3133	-7,6621	-1,0411	-389435,8	-571754,9	-0,0848			-424889,9		

Tabela 3 – Resultado da Regressão de Lucros e suas respectivas previsões de empresas brasileiras, 2007-2017

Variável Explicativa	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística T	p-valor
Previsão de Lucro Sem Controle ECV	0,6983613	0,04	16,35	0,017
Previsão de Lucro Com Controle de ECV	1,51e-06	6,07	2,48	0,013
Previsão de Lucro Com Controle de Empresas Maduras	1,96e-06	2,28	8,58	0,000
Constante	227.233,2	122902,2	1,85	0,065

Painel B

Descrição	Valor
R ²	0,3116
Prob. > F	0,000

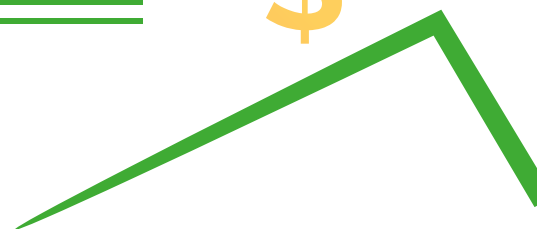
$$E_{i,t} = \alpha_0 + \alpha_1 PLS_{i,t} + \alpha_2 PLC_{i,t} + \alpha_3 PCLM_{i,t} + \varepsilon_{i,t+\tau}$$

Nota: *Significância a 10% **Significância a 5% ***Significância a 1%.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.



No painel C, previsão de lucros com controle de empresas maduras, houve significância apenas nos períodos de 2005-2007 e 2014-2016, com coeficientes de -297.592,8 e -274.295,6, apresentando uma relação inversa.





“ A Tabela 2 apresenta os coeficientes das variáveis do modelo de previsão de lucros de empresas brasileiras utilizado na pesquisa, sendo dividida em três painéis: previsão de lucros, previsão de lucros com ECV e previsão de lucros com controle apenas de empresas maduras, com a finalidade de segregar as empresas que estão mais consolidadas no mercado e com uma maior disponibilização de informações. ”

“ Quando analisado o Painel B previsão de lucros com controle de ECV, em relação ao Painel A, nota-se que as variáveis originais do modelo não sofreram alterações. ”



de disponibilização e exigência de informações das companhias de capital aberto brasileiras. Assim, espera-se adicionar à literatura descobertas sobre modelos de previsão de lucros.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. C. O.; MARQUES, J. A. V. C. Identificação das fases do ciclo de vida de empresas através da análise das Demonstrações dos Fluxos de Caixa. *Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS*, v. 4, n. 3, 2007.
- ANTHONY, J. H.; RAMESH, K. Association between accounting performance measures and stock prices: A test of the life cycle hypothesis. *Journal of Accounting and Economics*, v. 15, n. n. 2–3, p. 203–227, 1992.
- ARMSTRONG, C. S. et al. When does information asymmetry affect the cost of capital? *Journal of Accounting Research*, v. 49, n. 1, p. 1–40, 2011.
- BLUME, M. E.; FRIEND, I. A new look at the capital asset pricing model. *The journal of finance*, v. v. 28, n. n. 1, p. 19–34, 1973.
- BROWN, L. D.; ROZEFF, M. S. The superiority of analyst forecasts as measures of expectations: Evidence from earnings. *The Journal of Finance*, v. v. 33, n. n. 1, p. 1–16, 1978.
- BUSHMAN, R. M.; PIOTROSKI, J. D.; SMITH, A. J. Insider trading restrictions and analysts' incentives to follow firms. *The Journal of Finance*, v. v. 60, n. n. 1, p. 35–66, 2005.
- CLAUS, J.; THOMAS, J. Equity premia as low as three percent? Evidence from analysts' earnings forecasts for domestic and international stock markets. *The Journal of Finance*, v. v. 56, n. n. 5, p. 1629–1666, 2001.
- COSTA, W. B. DA. *Ciclo De Vida Empresarial E Qualidade Da Informação Contábil Das Companhias Abertas Brasileiras*. [s.l.] Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.
- DALMÁCIO, F. Z. MECANISMOS DE GOVERNANÇA E ACURÁCIA DAS PREVISÕES DOS ANALISTAS DO MERCADO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DA SINALIZAÇÃO. [s.l.] Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2009.
- DE BONDT, W. F. M.; THALER, R. H. Do security analysts overreact? *The American Economic Review*, p. 52–57, 1990.
- DEANGELO, H.; DEANGELO, L. Dividend policy and the earned/contributed capital mix: a test of the life-cycle theory. *Journal of Financial Economics*, v. 81, p. 227–254, 2006.
- DECHOW, P.; GE, W.; SCHRAND, C. Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, v. 50, n. 2–3, p. 344–401, 2010.
- DECHOW, P. M.; DICHEV, I. D. The quality of accruals and earnings: the role of accrual estimation errors. *The Accounting Review*, v. Sarasota:, n. 4, p. 35–59, 2002.
- DICHEV, I. D. et al. Earnings quality: Evidence from the field. *Journal of Accounting and Economics*, v. 56, n. 2–3, p. 1–33, 2012.
- DICKINSON, V. Cash Flow Patterns as a Proxy for Firm Life Cycle. *THE ACCOUNTING REVIEW*, v. 86, No. 6, p. 1969–1994, 2011.
- DRAKE, K. D. Does Firm Life Cycle Inform the Relation between Book-Tax Differences and Earnings Persistence? *Social Science Research Network*, 2015.
- EASLEY, D.; O'HARA, M. Information and the cost of capital. *The Journal of Finance*, v. 59, n. 4, p. 1553–1583, 2004.
- EASLEY, D.; O'HARA, M.; SRINIVAS, P. S. Option volume and stock prices: evidence on where informed traders trade. *The Journal of Finance*, v. 53, n. 2, p. 431–465, 1998.
- EASTON, P. D. PE ratios, PEG ratios, and estimating the implied expected rate of return on equity capital. *The Accounting Review*, v. v. 79, n. n. 1, p. 73–95, 2004.
- EASTON, P. D.; MONAHAN, S. J. An evaluation of accounting-based measures of expected returns. *The Accounting Review*, v. v. 80, n. n. 2, p. 501–538, 2005.
- ELTON, E. J. Presidential address: expected return, realized return, and asset pricing tests. *The Journal of Finance*, v. v. 54, n. n. 4, p. 1199–1220, 1999.
- FAIRFIELD, P. M.; SWEENEY, R. J.; YOHN, T. L. Accounting classification and the predictive content of earnings. *The Accounting Review*, p. 337–355, 1996.
- FAMA, E. F.; FRENCH, K. R. Common risk factors in the returns on stocks and bonds. *Journal of financial economics*, v. v. 33, n. n. 1, p. 3–56, 1993.
- FAMA, E. F.; FRENCH, K. R. Forecasting profitability and earnings. *The Journal of Business*, v. v. 73, n. n. 2, p. 161–175, 2000.
- FAMA, E. F.; FRENCH, K. R. Profitability, investment and average returns. *Journal of Financial Economics*, v. v. 82, n. n. 3, p. 491–518, 2006.
- FRANCIS, J. et al. Costs of Equity and

Earnings Attributes. THE ACCOUNTING REVIEW, v. 79, n. 4, p. 967–1010, 2004.

FROOT, K. A.; FRANKEL, J. A. Forward discount bias: Is it an exchange risk premium? The Quarterly Journal of Economics, v. v. 104, n. n. 1, p. 139–161, 1989.

GEBHARDT, W. R.; LEE, C.; SWAMINATHAN, B. Toward an implied cost of capital. Journal of accounting research, v. v. 39, n. n. 1, p. 135–176, 2001.

GIRÃO, L. F. DE A. P. Competição por informações, ciclo de vida e custo do capital no Brasil. [s.l.] Programa Multi-Institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

GORDON, JOSEPH R. GORDON, M. J. The finite horizon expected return model. Financial Analysts Journal, v. v. 53, n. n. 3, p. 52–61, 1997.

HOU, K.; DIJK, M. A. VAN; ZHANG, Y. The implied cost of capital: A new approach. Journal of Accounting and Economics, v. 53, n. 3, p. 504–526, 2012.

HOU, K.; ROBINSON, D. T. Industry concentration and average stock returns. The Journal of Finance, v. v. 61, n. n. 4, p. 1927–1956, 2006.

HOU, K.; ZHANG, Y.; ZHUANG, Z. Understanding the variation in the value relevance of earnings: A return decomposition analysis. [s.l.: s.n.].

HRIBAR, P.; YEHUDA, N. The Mispricing of Cash Flows and Accruals at Different Life-Cycle Stages. Contemporary Accounting Research, v. 32, n. 3, p. 1053–1072, 2015.

LIMA, A. S. et al. Estágios do Ciclo de Vida e Qualidade das Informações Contábeis no Brasil. Revista de Administração Contemporânea, v. 19, n. 3, p. 398–418, 2015.

LINHARES, F. S.; DA COSTA, F. M.; BEIRUTH, A. X. Gerenciamento de resultados e eficiência de investimentos. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, v. 20, n. 2, p. 295–310, 2018.

LINTNER, J. Security prices, risk, and maximal gains from diversification. The journal of finance, v. 20, n. 4, p. 587–615, 1965.

MARTINEZ, A. L. Análise da surpresa dos analistas ao anúncio dos resultados contábeis: evidências empíricas para as companhias abertas brasileiras. 4o Congresso de Controladoria e Contabilidade. Pesquisa Contábil e Desenvolvimento Econômico-Social, 2004.

MARTINEZ, A. L. COMO O MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO REAGE A SURPRESA NOS LUCROS? Revista Eletrônica de Administração - REAd, v. 12, p. 1–23, 2006.

MILLER, D.; FRIESEN, P. H. A longitudinal study of the corporate life cycle. Management science, v. v. 30, n. n. 10, p. 1161–1183, 1984.

MUELLER, D. C. A Life Cycle Theory of the Firm. The Journal of Industrial Economics, v. 20, n. 3, p. 199–219, 1972.

PAULO, E. Manipulação das informações contábeis: Uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados. Tese de Doutorado Universidade de São Paulo., p. 260, 2007.

SALSA, M. L. C. R. Política de

dividendos e ciclo de vida das empresas. Revista Encontros Científicos-Tourism & Management Studies., p. n. 6, 162-174, 2010.

VORST, P.; YOHN, T. L. Life Cycle Models and Forecasting Growth and Profitability. The Accounting Review, n. accr-52091, p. 46, 2018.

XU, B. Life cycle effect on the value relevance of common risk factors. Review of Accounting and Finance, v. 6, n. 2, p. 162–175, 2007.



Francisco Alves de Souza Neto

Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis - PPGCC/ UFPB.



Luiz Felipe de Araújo Pontes Girão

Faculdade de Ciências Contábeis (Luiz Mendes) em Contabilidade; professor adjunto da Universidade Federal da Paraíba (Departamento de Finanças e Contabilidade, nos cursos de graduação e pós-graduação). Editor Geral da Revista Evidenciação Contábil & Finanças (RECFin).

Henrique Luz

Currículo

Titular da Cadeira 59 da ABRACICON, Henrique é graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro (1978), com cursos de extensão nas Universidades de Buenos Aires, Duke, Harvard, Darden, Ontario e Singularity University.

Atualmente, é Presidente do Conselho de Administração do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e Vice Presidente do Conselho do IBEF - Instituto Brasileiro de

Executivos de Finanças. Foi Presidente do IBEF Brasil e da ANEFAC Rio de Janeiro. Foi conselheiro eleito e VP do CRC RJ e do IBRACON (3ª Seção Regional).

Durante 43 anos exerceu a profissão de auditor independente com a PwC, durante os quais 32 como sócio e 24 como um de seus vice presidentes. Co-autor do livro "Capital e Trabalho no Brasil", juntamente com Mario Henrique Simonsen, Maria da Conceição Tavares, Luiz Carlos Prestes e outros.

Presentemente, membro independente de conselhos de administração de companhias abertas e fechadas, e presidente de seus comitês de auditoria. Palestrante em temas ligados à governança corporativa, compliance, comitês de auditoria e dinâmicas comportamentais em conselhos.

Biografia

Henrique Luz nasceu no Rio de Janeiro em 8 de junho de 1955, com pais e irmãos

baianos. Filho, neto e bisneto de professores de medicina, Henrique inaugurou uma geração destinada às finanças.

Foi criado em Teresopolis, cidade ícone da serra dos órgãos, detentora de belezas naturais reconhecidamente ímpares que, em sua juventude, ainda não dispunha de cursos universitários. Dessa forma, com um grupo de amigos, desceu a serra e foi estudar no Rio de Janeiro, onde entrou para a Faculdade de Ciências Econômicas do Conjunto Universitário Candido Mendes. Iniciou pelo curso de Economia, transferindo seus interesses para as Ciências Contábeis, formando-se bacharel em 1978.

Entrou como trainee da então Price Waterhouse, em 1975. Após completar seus estudos universitários, participou de programa de intercâmbio de dois anos em Londres, Inglaterra. Na PwC, trilhou carreira até ser admitido como seu sócio em 1986.

Em 1991, Henrique se transferiu para o escritório de São Paulo. Em 1994, foi nomeado um de seus Vice Presidentes, cargo de liderança que perdurou até a sua aposentadoria como socio ativo, em 2018, ao atingir a idade limite de permanência. Teve uma carreira bastante ativa, com participação em vários grupos globais de liderança e em projetos técnicos específicos no contexto daquela firma. Henrique liderou a expansão da PwC assim como suas áreas de Estratégia, Branding e Inovação, além do atendimento com especialização por setores da indústria. Neste particular, acumulou com a liderança das atividades da firma nos setores de consumo e varejo, no Brasil e na América do Sul.



Acesse o QR Code e confira matéria completa!

INDICADORES DE DESEMPENHO PARA A AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DE UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS DA REGIÃO NORDESTE

RESUMO

A eficiência refere-se à capacidade de produzir mais com a menor quantidade de recursos possível, sejam eles financeiros, humanos, tempo, etc. Esta pesquisa teve como objetivo central avaliar a eficiência das universidades federais brasileiras da região Nordeste, a partir de indicadores de desempenho instituídos pelo TCU para as IFES. O estudo é do tipo exploratório e utilizou autores como Oliveira (2013), Souza, Ensslin e Gasparetto (2016), Belloni (2000), entre outros. Empregou-se o método conhecido como Análise Envolvória de Dados (DEA), que possibilita a comparação entre organizações que desempenham tarefas semelhantes e trabalham com os mesmos insumos e produtos, em quantidades diferentes. Os resultados apontam que as universidades federais brasileiras da região Nordeste que apresentaram maior eficiência, nas avaliações dos anos de 2012 a 2014, considerando as variáveis desta pesquisa, foram a UFC, UFPI e UFCG, e que o indicador Taxa de Sucesso na Graduação foi relevante na avaliação da eficiência, neste caso, um indicador não financeiro. Esses resultados corroboram a literatura de que a contabilidade deve exercer sua função estratégica, incluindo indicadores relacionados à finalidade da instituição.

Palavras-chave: Eficiência. Indicadores de desempenho. Universidades federais brasileiras da região Nordeste. Setor Público.

1 INTRODUÇÃO

A educação reflete nas áreas econômica e social, exercendo influência sobre a capacidade de ingresso no mercado de trabalho, inclusive proporcionando acréscimo dos salários auferidos, reduzindo as desigualdades sociais e as taxas de criminalidade. A má alocação de recursos nesta área repercute em outros setores da sociedade, uma vez que a educação provoca externalidades, ou seja, a sua produção ou oferta tem implicações em outros segmentos (OLIVEIRA, 2013). Há a necessidade de sistemas de avaliação da educação superior. Esta necessidade é sentida pelo Governo federal, em razão da ausência de critérios apropriados para a distribuição de recursos entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); pelas próprias instituições, que carecem de um conhecimento próprio; e pela sociedade, que não dispõe de instrumentos para verificar qual a efetiva contrapartida das IFES pelos recursos públicos utilizados por elas e arcados por todos os cidadãos (SANTOS, 2002).

Santos e outros (2017) afirmam que, nos últimos dez anos, aumentou o número de pesquisas acerca do desempenho das instituições de ensino superior, sendo que uma parcela considerável delas trata do desempenho de gestão, já que consideram que ele tem implicações nos resultados das instituições.

No conceito contemporâneo, a avaliação de desempenho compreende aspectos financeiros e não financeiros, devendo ser utilizados para operacionalizar os objetivos da organização (FRANCO-SANTOS, LUCIANETTI E BOURNE, 2012). Os sistemas de avaliação deixaram de compreender métricas relativas apenas ao desempenho financeiro, fundamentadas na Contabilidade tradicional, e passaram a incluir medidas relacionadas à estratégia

da organização (SOUZA, ENSSLIN E GASPARETTO, 2016).

No mesmo sentido, Fama e Cardoso (2001) afirmam que a contabilidade deve exercer sua função estratégica e apoiar as atividades organizacionais, fornecendo relatórios que englobem indicadores referentes a aspectos quantitativos, como também qualitativos.

Corroborando esta ideia, Grateron (1999) considera que o sistema tradicional de contabilidade não fornece informação adequada para dar suporte à tomada de decisão. A avaliação da gestão pública requer um modelo de contabilidade apropriada para a gestão. Comumente na administração pública, tem-se elaborado relatórios financeiros no intuito de obedecer a legislação e, não, de gerar informações para atender as demandas dos gestores. O referido autor ressalta que no setor público a gestão deve ser avaliada a partir de valores monetários da contabilidade tradicional, como também integrar variáveis não monetárias relacionadas à finalidade da organização,

que possibilitem avaliar a qualidade da gestão pública, quanto aos critérios da eficiência, eficácia e economia.

Em relação ao desempenho, este é um termo que possui diversos conceitos. Em linhas gerais, pode-se defini-lo como o conjunto de esforços necessários para se alcançar resultados (BRASIL, 2009a).

Acerca das dimensões do desempenho, o Tribunal de Contas União (TCU), no Manual de Auditoria Operacional (BRASIL, 2010), cita a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade. A eficiência relaciona os insumos e produtos, visando à redução dos recursos ou maximização dos produtos, mantendo-se a qualidade.

As universidades federais brasileiras possuem indicadores de desempenho comuns a todas elas, instituídos pelo TCU para as IFES, através da Decisão TCU n.º 408/02-Plenário (BRASIL, 2009b). Os referidos indicadores são calculados e publicados anualmente por cada uma delas, obedecendo às normas de cálculo estabelecidas pelo TCU.

Diante do exposto, levanta-se a seguinte questão: Qual a avaliação da eficiência das universidades federais brasileiras da região Nordeste, a partir dos indicadores de desempenho instituídos pelo TCU para as IFES? Com o intuito de responder a



esta questão central, esta pesquisa tem como objetivo específico comparar os indicadores das universidades avaliadas como eficientes com os indicadores das consideradas ineficientes.

De acordo com os objetivos, foi levantada a seguinte hipótese: As universidades eficientes possuem maiores indicadores considerados outputs (produtos) e menores indicadores considerados inputs (insumos) do que as universidades ineficientes.

Para atingir os objetivos propostos, foi aplicado o método Análise Envoltória de Dados, conhecido como DEA. O método DEA é utilizado para averiguar a eficiência de organizações que possuem muitos insumos e produtos, e sem fins lucrativos (com variáveis não monetárias), inclusive aquelas da administração pública, sendo empregado para avaliar a eficiência na educação (BELLONI, 2000; COSTA, 2010).

Algumas pesquisas encontradas na literatura avaliam a eficiência das universidades federais da região Nordeste, porém incluem na sua amostra universidades de outras regiões brasileiras, e deve-se considerar que o método DEA trabalha com medida de eficiência relativa, variando conforme a amostra (ZOGHBI E OUTROS, 2009; SOUZA E WILHELM, 2009; MELLO et al, 2005). Noutros termos, ao se avaliar uma dada universidade da região Nordeste em uma amostra que inclui todas as universidades federais brasileiras, ela pode apresentar medida de eficiência diferente quando comparada apenas com as universidades da mesma região.

Os resultados alcançados por esta pesquisa contribuirão com informações para decisões gerenciais das instituições,

“ Qual a avaliação da eficiência das universidades federais brasileiras da região Nordeste, a partir dos indicadores de desempenho instituídos pelo TCU para as IFES? ”

indicando quais indicadores mostraram-se mais relevantes na avaliação da eficiência, como também os níveis de insumos e produtos das universidades avaliadas como mais eficientes.

Para alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa está estruturada da seguinte forma: inicia-se com esta introdução; em seguida, na seção 2, uma revisão teórica sobre avaliação e indicadores de desempenho e eficiência no ensino superior; na seção 3, a metodologia; na seção 4, apresentação e discussão dos resultados; e por fim, a conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AVALIAÇÃO E INDICADORES DE DESEMPENHO

A avaliação de desempenho tem várias funções, dentre elas averiguar se as ações estão sendo eficientes, eficazes

e efetivas, se estão adequadas para atingir os resultados, possibilitando constatar divergências entre o planejado e o executado, se os seus resultados são duradouros e sustentáveis, gerando informações para o aprendizado institucional (a longo prazo) e para decidir onde serão alocados novos recursos (finalidade da avaliação a curto prazo) (PALUDO, 2010).

A avaliação do desempenho das IES tem sido realizada a partir de indicadores que representam os recursos, os processos e os resultados das dimensões de ensino, pesquisa e extensão (BELLONI, 2000).

A literatura aponta os indicadores de desempenho como instrumentos capazes de fornecer informações confiáveis e tempestivas para subsidiar os gestores na definição de políticas públicas, na alocação de recursos e na tomada de decisão. Enfatiza, ainda, o seu papel como ferramenta de prestação de contas, transparência e accountability, sendo fundamentais para que a população tenha conhecimento das ações e programas governamentais, aumentando sua credibilidade (PALUDO, 2010; BRASIL, 2009a).

De acordo com Grateron (1999), as principais qualidades de um indicador são as seguintes: relevância, ou seja, as medidas encontradas devem ser indispensáveis para a tomada de decisão; pertinência, que se refere ao ajustamento do indicador à sua finalidade e sua validade no tempo e no espaço; objetividade; sensibilidade, que possibilite perceber se pequenas variações são significantes ou não; precisão, a margem de erro deve ser aceitável para que as medidas não impliquem resultados errados e custo-benefício, pois o custo de empregar um indicador deve ser inferior ao benefício que ele proporcionará.

Além dos atributos recomendados na construção de indicadores, a literatura aponta, também, diferentes classificações. Para Grateron (1999), os indicadores podem ser classificados segundo a natureza, o objeto e o âmbito. Segundo a natureza, são reunidos com base no que se procura medir, podendo ser eficiência, economia, efetividade, equidade, excelência, cenário, perpetuidade e legalidade. Considerando o objeto, os indicadores são reunidos conforme a matéria que será medida, podendo ser: de resultado, comparando-se os resultados obtidos e os almejados, sendo relacionados a indicadores de eficácia; de processo, referentes a indicadores de eficiência; de estrutura, que fazem a análise custo versus utilidade, relativos a indicadores de economia; e estratégicos, que avaliam os impactos que os resultados do projeto ocasionaram. Quanto ao âmbito de atuação, dividem-se em internos, que consideram componentes da própria instituição e externos, que avaliam as consequências fora da organização que decorreram da atividade por ela realizada.

Jannuzzi (2006) classifica os indicadores quanto a eficiência (na utilização dos recursos), à eficácia (no atendimento dos objetivos e metas) e efetividade (dos efeitos da ação para o bem-estar da população).

Os indicadores classificam-se também como indicadores de entrada, de processo e de resultado. Os indicadores de entrada relacionam-se com os insumos, como, por exemplo, o número de alunos ou de docentes. Os indicadores de processo indicam o transcorrer da ação, o uso dos recursos, como a carga horária dos alunos, relação custo/aluno, relação aluno/professor, entre outros. Já os indicadores de resultado dizem respeito ao produto, como por exemplo, a taxa

“Os indicadores classificam-se também como indicadores de entrada, de processo e de resultado. Os indicadores de entrada relacionam-se com os insumos, como, por exemplo, o número de alunos ou de docentes.”

final de abandono (JANNUZZI, 2006).

Os indicadores são bastante úteis na avaliação de desempenho das universidades federais. Assim, são importantes aos administradores públicos, pois, conforme ressalta Paludo (2010), a função da avaliação de desempenho é aumentar a eficiência e efetividade dos programas governamentais, melhorando a gestão pública e servindo de instrumento de transparência, imprescindível na democracia.

2.2 EFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Segundo Oliveira e outros (2014), a função produção apresenta a relação entre insumos (inputs) e produtos (outputs), e a eficiência mostra a maior

quantidade possível de outputs que podem ser fabricados numa unidade de tempo com todos os arranjos possíveis de inputs. Noutras palavras, a eficiência pode ser considerada fazer mais com menor ou igual quantidade de recursos.

De acordo com Gomes (2009), o termo “recursos” abrange todos os insumos necessários para a produção ou prestação de serviço, como mão de obra, matéria-prima, energia elétrica, tecnologia, tempo, informação, e quando se trata do setor público, recursos políticos.

Oliveira e outros (2014) definem como inputs educacionais aqueles que possibilitam os serviços ofertados pelas instituições de ensino e classificam como outputs aqueles que representam os resultados/produtos dos serviços realizados.

Avaliar a eficiência no ensino superior torna-se uma tarefa complexa, uma vez que se trata de um ambiente que possui muitas especificidades. Costa (2010) destaca que, entre as características peculiares do setor educacional, tem-se que sua produção possui muitos insumos e produtos, além de que as instituições de ensino superior trabalham em condições e ambientes diferenciados, e apresentam-se em diferentes tamanhos, de acordo com indicadores como quantidade de alunos matriculados, distribuição orçamentária, pesquisas e docentes.

3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

O estudo sobre os indicadores de desempenho para avaliação da eficiência das universidades federais brasileiras da região Nordeste utilizou o método DEA. O DEA é um método não paramétrico criado para avaliar a eficiência técnica relativa de unidades produtivas que trabalham com insumos e produtos

em que não se conhecem os preços de mercado, também conhecidas como Unidades Tomadoras de Decisão (DMUs) (CHARNES, COOPER E RHODES, 1978). Por meio do método, é possível comparar DMUs que desempenham tarefas semelhantes e utilizam os mesmos recursos (inputs) e produzem os mesmos bens (outputs), em quantidades diferentes (SOUZA E WILHELM, 2009).

Souza e Wilhelm (2009) destacam que no método DEA uma DMU é considerada eficiente ou ineficiente de acordo com o seu desempenho de transformar inputs em outputs, em relação às demais

“Por meio do método, é possível comparar DMUs que desempenham tarefas semelhantes e utilizam os mesmos recursos (inputs) e produzem os mesmos bens (outputs), em quantidades diferentes (SOUZA E WILHELM, 2009).”

unidades de produção da amostra. São consideradas mais eficientes as DMUs com melhor relação “produto/insumo”.

Zoghbi e outros (2009) afirmam que os métodos não paramétricos constroem a fronteira da eficiência em relação aos dados de uma dada amostra, ou seja, não há uma medida de eficiência absoluta. Noutras palavras, por meio dos métodos não paramétricos, a medida de eficiência de uma DMU é relativa e pode ser diferente de acordo com a amostra na qual ela está sendo analisada. Guerreiro (2006) ressalta que se uma ou mais DMU for acrescentada na amostra, os índices de eficiência devem ser aferidos novamente.

O DEA avalia a eficiência relativa de unidades de produção, utilizando o conceito de eficiência de Farrel (FORSUND, 2002 apud SOUZA E WILHELM, 2009), o qual considera a razão entre a soma ponderada de outputs e a soma ponderada de inputs (SOUZA E WILHELM, 2009).

O primeiro modelo DEA foi criado para avaliar a eficiência de escolas públicas americanas, conforme assinala Guerreiro (2006). De acordo com Souza e Wilhelm (2009), o referido modelo ficou conhecido como Constant Returns to Scale (CRS), criado por Charnes, Cooper e Rhodes, em 1978, e por isso também denominado CCR. O modelo pressupõe retornos constantes de escala e há proporcionalidade entre inputs e outputs (GOMES, MANGABEIRA E MELLO, 2005). Isto significa que uma alteração no input causará variação na mesma proporção no output (GUERREIRO, 2006).

Outro modelo clássico do DEA foi criado em 1984 por Banker, Charnes e Cooper, e por isso ficou conhecido como BBC ou

também intitulado Variable Return Scale (VRS), o qual considera que a produção pode ter retornos variáveis de escala. Neste modelo, um acréscimo no input não implica acréscimo na mesma dimensão no output, podendo ocorrer inclusive um decréscimo (SOUZA E WILHELM, 2009; GUERREIRO, 2006).

De acordo com Meza, Neto e Ribeiro (2005), o modelo CCR busca maximizar a razão da combinação linear dos outputs e a combinação linear dos inputs, com a restrição de o resultado não seja maior que 1. O modelo é a base de todos os outros modelos desenvolvidos no DEA.

De maneira simples, Guerreiro (2006) apresenta a eficiência na expressão a seguir, ressaltando que cada DMU pode escolher o seu conjunto de pesos (das variáveis), para que a eficiência seja maximizada, com a única restrição de que todas as DMUs tenham eficiência inferior ou igual a 1.

$$\text{Eficiência} = \frac{\text{Soma ponderada de outputs}}{\text{Soma ponderada de inputs}}$$

De acordo com Oliveira (2013), é considerada eficiente a DMU que apresentar score igual a 1 (eficiência máxima, eficiência plena ou eficiência 100%). Nesta situação não há, com as variáveis consideradas no estudo, a possibilidade de crescimento de produção. De acordo com Senra e outros (2007), as diferenças nos resultados quando se empregam diferentes variáveis não podem ser considerados um ponto fraco do DEA. Isto significa apenas que as DMUs estão sendo avaliadas sob outra perspectiva. Noutras palavras, de acordo com o enfoque que se deseja analisar, dá-se a escolha das variáveis.

Para fins deste estudo, foram considerados como variáveis insumos

(inputs) os seguintes indicadores: custo corrente/aluno equivalente, funcionário equivalente/ professor equivalente, grau de participação estudantil (GPE) e índice de qualificação do corpo docente (IQCD). Como variáveis produtos (outputs), foram considerados os indicadores conceito CAPES, referente à pesquisa e pós-graduação e taxa de sucesso na graduação (TSG), referente ao ensino de graduação. O Quadro 1 apresenta as variáveis utilizadas e o tipo (input/output).

Optou-se por trabalhar com esses indicadores, pois eles são calculados e publicados por todas as IFES, no seu Relatório de Gestão anual, possibilitando análise comparativa e estatística, além de esses serem utilizados em diversas pesquisas de avaliação e mensuração de desempenho e de eficiência.

Em relação às DMUs, este trabalho tem como amostra as universidades federais brasileiras localizadas na região Nordeste. Foi retirada da amostra a Universidade Federal do Sul da Bahia

(UFSB), pois ela não apresentou dados completos dos indicadores em nenhum dos anos do período em estudo (não consta em nenhum dos anos dados da TSG, Conceito Capes e do indicador funcionário/professor) e Unilab (não apresentou valores da TSG). Assim, a amostra desta pesquisa é composta por 16 universidades federais.

A escolha de avaliar a eficiência de universidades da mesma região considerou que “[...] uma grande quantidade de DMUs pode diminuir a homogeneidade dentro do conjunto analisado, aumentando a possibilidade dos resultados serem afetados por fatores que foram desconsiderados pelo modelo”, conforme destaca Golany e Roll (1989 apud GUERREIRO, 2006). Incluir na análise todas as universidades federais brasileiras poderia desconsiderar a diferença entre elas, como tempo de existência, tamanho, número de alunos, de cursos, entre outras.

Os dados são referentes aos exercícios de 2012 a 2014 e foram coletados no site do

TCU, que publica os Relatórios de Gestão das universidades federais brasileiras.

Para avaliar a eficiência das universidades federais brasileiras da região Nordeste, foi executado o programa Sistema Integrado de Apoio à Decisão (SIAD), com orientação voltada para outputs, modelo CCR ou CRS. O software tem essa denominação porque dispõe de várias ferramentas em diversos módulos que subsidiam a tomada de decisões. O programa deve ser usado em uma plataforma Windows e está disponível para download gratuitamente. (MELLO et al, 2005).

Dessa forma, o estudo configura-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, do tipo quantitativa e a apresentação dos resultados foi feita através de tabelas, que possibilitaram a sua melhor visualização.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A avaliação da eficiência foi feita ano a ano, no período de 2012 a 2014. A seguir serão apresentadas os escores de eficiência de

Quadro 1 - Variáveis utilizadas na pesquisa

Variáveis	Fórmula de cálculo	Tipo
Custo corrente/aluno equivalente	Custo corrente/ (N.º de alunos equivalente da graduação + n.º de alunos tempo integral da pós-graduação + n.º de alunos tempo integral da residência médica)	<i>Input</i>
Funcionário equivalente/ professor equivalente	N.º de funcionários equivalentes/ N.º de professores equivalentes	
Grau de participação estudantil	N.º de alunos da graduação em tempo integral/ total de alunos efetivamente matriculados na graduação	
Índice de qualificação do corpo docente	(5x n.º de docentes doutores + 3x n.º de docentes mestres + 2x n.º de docentes especialistas + n.º de docentes graduados) / (n.º de docentes doutores + n.º de docentes mestres + n.º de docentes especialistas + n.º de docentes graduados)	
Conceito Capes/MEC para a pós-graduação	Somatório dos conceitos de todos os programas de pós-graduação/n.º de programas de pós-graduação	<i>Output</i>
Taxa de sucesso na graduação	N.º de diplomados/n.º total de ingressantes	

Fonte: elaborado pelas autoras, 2018. Com base em BRASIL (2009b)

cada DMU nos anos compreendidos neste estudo, com discussão feita em paralelo com os indicadores das universidades e informações contidas nos seus Relatórios de Gestão.

A avaliação da eficiência do ano de 2012 das universidades federais brasileiras da região Nordeste, a partir das variáveis utilizadas nesta pesquisa, apresentou os resultados descritos na Tabela 1.

Para análise referente ao ano de 2012, não foram incluídas as universidades UFCA e UFOB, criadas em 2013.

Conforme Oliveira (2013), são eficientes as DMUs que apresentam escore igual a 1 ou 100%. No ano de 2012, de acordo com Tabela 2, 28,57% das universidades foram consideradas eficientes, quais sejam a UFC, UFCG, UFPI e UFRB. A UFAL foi a universidade que apresentou menor escore de eficiência.

A Tabela 2 mostra os dados dos indicadores de desempenho de cada universidade no ano de 2012.

Contraopondo os indicadores da UFAL,

Tabela 1 - Escore de Eficiência, 2012

DMU	Escore de eficiência
UFAL	0,7982
UFBA	0,9373
UFERSA	0,9666
UFMA	0,9890
UFPB	0,8776
UFPE	0,9834
UFRN	0,9794
UFRPE	0,8430
UNIVASF	0,9524
UFS	0,9963
UFC	1
UFCG	1
UFPI	1
UFRB	1

Fonte: elaborado pelas autoras, 2018. Com base nas saídas do programa SIAD.

com menor escore de eficiência em 2012 (0,7982) com a UFPI e UFC, avaliadas como eficientes (escore igual a 1), verifica-se na Tabela 2 que, embora o custo corrente por aluno tenha sido menor nestas últimas (R\$ 12.522,58 na UFAL; R\$ 11.715,69 na UFC e R\$ 9.650,18 na UFPI), a UFPI atingiu 56% na TSG e a UFC alcançou TSG de 67% e

Conceito Capes 4,2, números superiores aos da UFAL, que apresentou os valores de 41% e 3,43 para estes indicadores, respectivamente.

Ainda, em relação a 2012, observa-se na Tabela 2 que a TSG da UFAL (41%) foi menor que a de todas as universidades avaliadas como eficientes (UFC - 67%,

Tabela 2 - Indicadores das Universidades Federais Brasileiras da Região Nordeste, 2012

UNIV.	ANO	CUSTO CORRENTE POR ALUNO EQUIV.	FUNC. POR PROF.	GPE	IQCD	CONC. CAPES	TSG
UFAL	2012	12522,58	1,69	0,67	3,75	3,43	0,41
UFBA	2012	13177,12	1,47	0,61	3,8	4	0,513
UFC	2012	11715,69	1,04	0,65	4,15	4,2	0,67
UFCG	2012	13573,43	1,72	0,5	3,75	4,57	0,4839
UFERSA	2012	9984,73	1,41	0,75	4,12	3,46	0,36
UFMA	2012	15225,93	1,29	0,52	3,62	3,35	0,5295
UFPB	2012	12763,18	1,97	0,81	4,01	3,89	0,5
UFPE	2012	13757,32	1,5	0,74	4,3	4,04	0,6827
UFPI	2012	9650,18	1,5	0,76	3,61	3,31	0,5602
UFRB	2012	14118,24	2,06	0,59	3,83	3,29	0,61
UFRN	2012	11221,73	1,02	0,72	4,04	3,94	0,52
UFRPE	2012	15315,28	1,59	0,7	4,16	3,93	0,5064
UNIVASF	2012	11360,24	0,78	0,59	3,75	3	0,1392
UFS	2012	11361,84	1,12	0,49	3,79	3,29	0,5

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018. Com base nos Relatórios de Gestão das universidades.

UFMG - 48%, UFPI - 56% e UFRB - 61%). No seu Relatório de Gestão de 2012, a UFAL justifica que no ano de 2010 foram criados 8 novos cursos de graduação, o que fez com que não apresentasse um valor mais satisfatório desse indicador em 2012 (BRASIL, 2013), isso porque a TSG representa a razão de alunos diplomados por ingressantes, conforme supracitado. Em relação ao Conceito Capes, outro output considerado nesta pesquisa, das universidades avaliadas como eficientes no ano de 2012, a UFPI tem menor Conceito Capes do que a UFAL, como também menor IQCD.

Ao se observar os indicadores na Tabela 2, merece atenção o fato de que a Univasf possui menor Conceito Capes e TSG que todas as universidades da amostra, salientando-se que é uma diferença expressiva, principalmente na TSG. Ainda assim, seu escore de eficiência (0,9524) foi superior ao da UFAL (0,7982), da UFBA (0,9373), da UFPB (0,8776) e da UFRPE (0,8430

Em relação ao ano de 2013, os dados apresentaram os seguintes resultados, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Escore de Eficiência Padrão, 2013

DMU	Escore de eficiência padrão
UFAL	0,9153
UFMA	0,8947
UFPB	0,8681
UFPE	0,9612
UFRB	0,8600
UFRN	0,9897
UFRPE	0,8834
UNIVASF	0,9187
UFBA	1
UFC	1
UFMG	1
UFERSA	1
UFPI	1
UFS	1

Fonte: elaborado pelas autoras, 2018. Com base nas saídas do programa SIAD.

Também não consta nesta análise a UFCA e a UFOB, criadas em 2013.

Em 2013, um percentual maior de universidades federais brasileiras da região Nordeste, 42,86% delas, foram avaliadas como eficientes, comparando-se ao ano de 2012, conforme Tabela 3. A UFC, UFMG e UFPI mantiveram o escore de eficiência de 100%, e ainda a UFBA, Ufersa e UFS, que não tinham atingido eficiência máxima no ano anterior.

Destaca-se que a UFRB, avaliada como eficiente em 2012, foi a universidade que teve o menor escore de eficiência em 2013. A partir da Tabela 4, percebe-se que entre os seus indicadores a TSG, considerada output nesta pesquisa, teve uma queda expressiva (0,61 ou 61% em 2012 para 0,36 ou 36%, em 2013), o que pode ter ocasionado essa redução da eficiência. O Relatório de Gestão de 2013 da UFRB (BRASIL, 2014) afirma que uma das razões dessa queda foi o

Tabela 4 - Indicadores das Universidades Federais Brasileiras da Região Nordeste, 2013

UNIV.	ANO	CUSTO CORRENTE POR ALUNO EQUIV.	FUNC. POR PROF.	GPE	IQCD	CONC. CAPES	TSG
UFAL	2013	14073,14	1,52	0,67	3,73	3,94	0,4
UFBA	2013	15190,51	1,5	0,58	4	3,77	0,4941
UFC	2013	14366,47	1,05	0,67	4,34	4,24	0,56
UFMG	2013	17267,77	1,85	0,62	4,08	3,79	0,4308
UFERSA	2013	11426,99	1,54	0,73	3,57	4,02	0,4
UFMA	2013	20772,26	1,25	0,56	3,38	3,76	0,4244
UFPB	2013	17189,55	1,72	0,79	3,9	4,23	0,4
UFPE	2013	15542,43	1,51	0,74	4,2	4,28	0,5646
UFPI	2013	11858,89	1,62	0,84	3,17	3,54	0,6145
UFRB	2013	17323,54	3,65	0,58	3,44	3,89	0,36
UFRN	2013	17694,85	0,99	0,73	4,05	4,04	0,46
UFRPE	2013	15702,49	1,59	0,83	3,91	4,25	0,3847
UNIVASF	2013	12681,88	0,79	0,73	3	3,86	0,3255
UFS	2013	13628,37	1,31	0,5	3,26	4,03	0,46

Fonte: elaborado pelas autoras, 2018. Com base nos Relatórios de Gestão das universidades.

ingresso de um grande número de alunos em cursos como o de Ciências Exatas e Tecnológicas, os quais possuem alto índice de abandono.

No ano de 2014, estão inclusas na avaliação, as universidades UFCA e UFOB. No ano em análise, conforme Tabela 5, 43,75% das universidades federais brasileiras da região Nordeste da amostra tiveram 100% de eficiência. Não houve alteração significativa no percentual de universidades que atingiram eficiência máxima em relação a 2013.

Observando a Tabela 5, verifica-se que a UFRB, que teve menor coeficiente de eficiência em 2013, voltou a constar na relação das universidades federais brasileiras da região nordeste eficientes em 2014. Neste rol, também se encontram a UFAL, que obteve menor escore de eficiência em 2012; a UFC, UFCG e UFPI, que já haviam apresentado eficiência máxima em 2012 e 2013; a UFBA, considerada eficiente no ano anterior; e ainda a UFRN. Por outro lado, a Univasf apresentou o menor escore de eficiência em 2014.

Tabela 5 - Escore de Eficiência, 2014

DMU	Escore de eficiência
UFCA	0,902245
UFERSA	0,957763
UFMA	0,87568
UFOB	0,865972
UFPB	0,914344
UFPE	0,972679
UFRPE	0,905619
UNIVASF	0,739335
UFS	0,943686
UFAL	1
UFBA	1
UFC	1
UFCG	1
UFPI	1
UFRB	1
UFRN	1

Fonte: elaborado pelas autoras, 2018. Com base nas saídas do programa SIAD.

A Tabela 6 mostra os dados dos indicadores de desempenho de cada universidade no ano de 2014.

Verifica-se por meio da Tabela 6 que o indicador que apresenta diferença mais expressiva entre a Univasf, de

Tabela 6 - Indicadores das Universidades Federais Brasileiras da Região Nordeste, em 2014

UNIV.	ANO	CUSTO CORRENTE POR ALUNO EQUIV.	FUNC. POR PROF.	GPE	IQCD	CONC. CAPES	TSG
UFAL	2014	17181,36	1,08	0,58	3,77	3,62	0,46
UFBA	2014	16608,75	1,69	0,52	3,9	4,04	0,4272
UFC	2014	14410,35	1,21	0,76	4,34	4,34	0,6
UFCA	2014	13086,81	1,33	0,77	3,36	3	0,4567
UFCG	2014	15436,11	1,82	0,76	3,79	4,08	0,4278
UFERSA	2014	13671,39	1,57	0,74	3,97	3,85	0,3
UFMA	2014	20582,84	1,2	0,72	3,82	3,39	0,4033
UFOB	2014	15016,46	1,25	0,5	3,74	3	0,24
UFPB	2014	16963,66	1,72	0,65	4,25	4,01	0,41
UFPE	2014	17233,02	1,43	0,73	4,35	4,29	0,5156
UFPI	2014	11483,73	1,35	0,82	3,65	3,44	0,5642
UFRB	2014	15073,69	2,23	0,67	4,05	3,43	0,9
UFRN	2014	19274,36	1,49	0,74	4,04	4,06	0,6
UFRPE	2014	19274,05	1,53	0,84	4,29	4	0,3333
UNIVASF	2014	14369,99	2,25	0,76	3,92	3	0,2969
UFS	2014	12720,25	1,61	0,61	4,05	3,46	0,3

Fonte: elaborado pelas autoras, 2018. Com base nos Relatórios de Gestão das universidades.

menor escore de eficiência e todas as universidades de eficiência máxima foi a TSG. A Univasf possui a relação funcionário equivalente por professor equivalente um pouco maior do que a das IFES que atingiram eficiência 100%, porém, tem neste indicador valor aproximado do apresentado pela UFRB, a qual também obteve eficiência máxima. Percebe-se que houve um aumento significativo da TSG, da UFRB, no ano de 2014, em relação a 2013 (0,9 ou 90% e 0,36 ou 36%, respectivamente), de acordo com Tabelas 4 e 6. Conforme consta no seu Relatório de Gestão de 2014 (BRASIL, 2015), essa variação na TSG deve-se ao fato de que as primeiras turmas de novos cursos não terem concluído no tempo previsto (em 2013), por conta das dificuldades iniciais de implantação e, também, à particularidade do currículo de alguns dos seus cursos, os bacharelados interdisciplinares, que tem implicações nos valores da TSG da universidade no decorrer dos anos.

Também se observou, nas Tabelas 4 e 6, que houve uma redução no Conceito Capes da UFRB (3,43, em 2014 e 3,89, em 2013), embora menos expressiva do que a variação da TSG, mencionada acima.

“A Univasf possui a relação funcionário equivalente por professor equivalente um pouco maior do que a das IFES que atingiram eficiência 100%, porém, tem neste indicador valor aproximado do apresentado pela UFRB, a qual também obteve eficiência máxima.”

A Tabela 7 mostra o resumo dos resultados da avaliação da eficiência das universidades federais brasileiras da região Nordeste, no período de 2012 a 2014, destacando a frequência com que as universidades atingiram a eficiência máxima e discriminando os anos que assim foram avaliadas.

Constata-se que UFC, UFCG e UFPI foram

federais brasileiras da região Nordeste que compõem a amostra desta pesquisa, 9 obtiveram eficiência de 100% em algum ano do período avaliado. Destaca-se que a UFC, UFCG e UFPI foram consideradas eficientes todos os anos e a UFRB e a UFBA tiveram escore de eficiência igual a 1 em 66,66% do tempo em avaliação. Foram avaliadas como ineficientes (ou com escore de eficiência inferior a 1), em todo o período estudado, as seguintes universidades: UFCA, UFMA, UFOB, UFPE, UFPB, UFRPE e Univasf.

Ao se comparar os valores brutos dos indicadores das universidades federais brasileiras da região Nordeste eficientes com os das ineficientes, observou-se diferença significativa nos valores da TSG, sugerindo que este indicador foi relevante na avaliação da eficiência. Não foi possível perceber diferença expressiva noutros indicadores, como, por exemplo, custo corrente por aluno e índice de qualificação do corpo docente, uma vez que dentre as universidades eficientes, algumas apresentavam baixo custo corrente por aluno e outras apresentavam alto custo corrente por aluno, e da mesma forma com os demais indicadores.

A hipótese de as universidades eficientes apresentam indicadores considerados

Tabela 7 – Frequência da avaliação de eficiência máxima das universidades federais brasileiras da região Nordeste

UNIVERSIDADE	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO DE EFICIÊNCIA MÁXIMA	
	ANOS	
UFC	3	2012, 2013, 2014
UFCG	3	2012, 2013, 2014
UFPI	3	2012, 2013, 2014
UFRB	2	2012 e 2014
UFBA	2	2013, 2014
UFERSA	1	2013
UFS	1	2013
UFAL	1	2014
UFRN	1	2014

Fonte: elaborado pelas autoras, 2018.

“Os resultados da avaliação da eficiência indicam que entre as 16 universidades federais brasileiras da região Nordeste que compõem a amostra desta pesquisa, 9 obtiveram eficiência de 100% em algum ano do período avaliado. Destaca-se que a UFC, UFCG e UFPI foram consideradas eficientes todos os anos e a UFRB e a UFBA tiveram escore de eficiência igual a 1 em 66,66% do tempo em avaliação.”

inputs menores e indicadores outputs maiores é verdadeira, quando considerado o indicador TSG (output), o qual sempre apresentava valor maior nas universidades avaliadas como eficientes; no entanto, a hipótese não pode ser plenamente sustentada em relação aos demais indicadores, que não se apresentavam de maneira uniforme, possuindo valores similares em unidades eficientes e ineficientes. O indicador TSG não é monetário, reforçando a literatura de que a contabilidade deve exercer sua função estratégica e englobar variáveis relacionadas à finalidade da instituição.

Recomenda-se que as universidades federais brasileiras da região Nordeste ineficientes observem os níveis de insumos e produtos da UFC, UFPI e UFCG, a fim de otimizar a relação entre eles, obtendo melhores resultados.

Recomenda-se, ainda, que as universidades, sobretudo as ineficientes, busquem aumentar a sua Taxa de Sucesso na Graduação, uma vez que se observou que este indicador foi relevante na avaliação da eficiência.

Esta pesquisa contribui para a literatura acerca da avaliação da eficiência a partir de indicadores de desempenho e também se apresenta como uma nova fonte de consulta sobre a utilização da metodologia DEA na avaliação da eficiência. O estudo fornece aos gestores das instituições avaliadas informações sobre sua eficiência, quando comparadas a outras universidades federais brasileiras localizadas na região Nordeste.

Os resultados encontrados nesta pesquisa são relativos às variáveis e à amostra consideradas, sendo uma limitação deste trabalho o fato de o DEA ser um método que realiza a avaliação relativa da eficiência e a alteração da amostra

implica diferença nos resultados. Dessa forma, os resultados aqui apresentados não podem ser generalizados, e, caso estas universidades sejam avaliadas em amostra diferente, podem apresentar-se com melhor ou pior desempenho no que tange à eficiência. No entanto, esta limitação não prejudica a pesquisa, uma vez que significa apenas a perspectiva de avaliação considerada.

Para futuros trabalhos, sugere-se que cada universidade avalie a eficiência dos seus cursos, departamentos ou centros universitários, a fim de identificar onde devem investir recursos e o que deve ser melhorado, explorando ferramentas de modelos DEA, que apresentam as metas e folgas das variáveis.

Sugere-se também que, para a avaliação do desempenho das universidades, sob a dimensão da eficiência, as instituições sejam agrupadas por porte ou tempo de existência, para que se avalie instituições com características mais semelhantes. Também se sugere que sejam feitos agrupamentos de acordo com a renda da região onde esteja localizada a universidade. Podem-se utilizar outras variáveis para as avaliações, como indicadores relativos ao desenvolvimento econômico e social da região.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Relatório de Gestão do exercício de 2014. Cruz das Almas, 2015. Disponível em: < <https://contas.tcu.gov.br/econtasWeb/web/externo/listarRelatoriosGestao.xhtml> > Acesso em 13 set. 2017.

_____. Ministério da Educação. Universidade Federal do Recôncavo

- da Bahia. Relatório de Gestão do exercício de 2013. Cruz das Almas, 2014. Disponível em: < <https://contas.tcu.gov.br/econtasWeb/web/externo/listarRelatoriosGestao.xhtml>> Acesso em 21 set. 2017.
- _____. Ministério da Educação. Universidade Federal de Alagoas. Relatório de Gestão referente ao exercício de 2012. Maceió (AL), 2013. Disponível em: < <https://contas.tcu.gov.br/econtasWeb/web/externo/listarRelatoriosGestao.xhtml>> Acesso em 21 set. 2017.
- _____. Tribunal de Contas da União. Manual de auditoria operacional. 3.ed. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (Seprog), 2010. Disponível em: < <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A14D8D5AA6014D8D8277322DA6> > Acesso em: 20 out. 2017.
- _____. Ministério do Planejamento. Secretaria de Gestão. Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores. Brasília, 2009a. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/guia_indicadores_jun2010.pdf> Acesso em: 06 out. 2016.
- _____. Tribunal de Contas da União. Orientações para o cálculo dos indicadores de gestão: Decisão TCU N.º 408/2002-Plenário e Acórdãos N.º 1043/2006 e N.º 2167/2006 – Plenário. 2009b. Disponível em: < http://www.proplan.ufpr.br/portal/rel_gestao/manualIndTCU.pdf > Acesso em: 06 out. 2016.
- BELLONI, José Ângelo. Uma metodologia de avaliação da eficiência produtiva de universidades federais brasileiras. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/78457/153160.pdf?sequence=1>> Acesso em 30 ago. 2017.
- CHARNES, Abraham, COOPER, William, RHODES, Edward. Measuring the efficiency of decision-making units. *European Journal of Operational Research*, vol. 2, pp. 429-444, 1978. Disponível em: <<https://www.utdallas.edu/~ryoung/phdseminar/CCR1978.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2016.
- COSTA, Edward Martins. Financiamento, alocação de recursos e eficiência das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. 2010. 172 f. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: < <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4002>> Acesso em 01 ago. 2017.
- FAMA, Rubens; CARDOSO, Ricardo Lopes. Os indicadores de desempenho, suas classificações e relevância para o sistema de medição. VIII Congresso Brasileiro de Custos. Anais. São Leopoldo (RS), 2001. Disponível em: < <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2918>> Acesso em 05 fev. 2019.
- FRANCO-SANTOS, Monica; LUCIANETTI, Lorenzo; BOURNE, Mike. Contemporary performance measurements systems: a review of their consequences and a framework for research. *Management Accounting Research* (2012) 79–119. Disponível em: < <https://pdfs.semanticscholar.org/91b9/0cbcb2223b2a6a5c6cb8c99a489e8f3b7ff9.pdf>> Acesso em 20 jan. 2019.
- GOMES, Eduardo Granha Magalhães. Gestão por resultados e eficiência na administração pública: uma análise à luz da experiência de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas/ Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo: EAESP/ FGV, 2009. Disponível em: <http://igepp.com.br/uploads/arquivos/igepp_-_gestor_f2_q34_37_38_39_40_tese_eduardogranha_leonardo_ferreira_140813.pdf> Acesso em: 03 nov. 2017.
- GOMES, Eliane Gonçalves; MANGABEIRA, João Alfredo de Carvalho; MELLO, João Carlos Correia Baptista Soares de. Análise de envoltória de dados para avaliação de eficiência e caracterização de tipologias em agricultura: um estudo de caso. *RER*, Rio de Janeiro, vol. 43, n.º 04, p. 607-631, out/dez 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/resr/v43n4/27748.pdf>> Acesso em: 09 fev. 2018.
- GRATERON, Ivan Ricardo Guevara. Auditoria de gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público. *Caderno de Estudos*, São Paulo, FIEPECAFI, n.º21 - maio a agosto/1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cest/n21/n21a02.pdf>> Acesso em: 18 out. 2016.
- GUERREIRO, Alexandra dos Santos. Análise da eficiência de empresas de comércio eletrônico usando técnicas da análise envoltória de dados. Dissertação (Mestrado em Engenharia Industrial). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9973/9973_5.PDF> Acesso em: 29 jun.2018.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil. 3. ed. São Paulo: Editora Alínea, 2006.

MELLO, João Carlos Correia Baptista Soares de et al. Curso de Análise de Envoltória de Dados. XXXVII SBPO - Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional. Anais. Gramado, 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Joao_Mello/publication/237473886_CURSO_DE_ANALISE_DE_ENVOLTORIA_DE_DADOS/links/0deec5226afdc4f679000000/CURSO-DE-ANALISE-DE-ENVOLTORIA-DE-DADOS.pdf> Acesso em: 09 fev. 2018.

MEZA, Lidia Angulo; NETO, Luiz Biondi; RIBEIRO, Paulo Guilherme. SIAD V.2.0. – Sistema Integrado de Apoio à Decisão: uma implementação de modelos de análise envoltória de dados e um método multicritério. XXXVII Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional. Anais. Gramado (RS), 2005. Disponível em: <<http://www.din.uem.br/sbpo/sbpo2005/pdf/arq0175.pdf>> Acesso em: 05 jun. 2018.

OLIVEIRA, André Junior de et al. Programa Reuni nas instituições de ensino superior federal (IFES) brasileiras: um estudo da eficiência operacional por meio da análise envoltória de dados (DEA) no período de 2006 a 2012. RACE, Unoesc, v.13, n. 3, p. 1179-1210, set./dez, 2014. Disponível em: <https://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/viewFile/4196/pdf_64> Acesso em: 03 ago. 2017.

OLIVEIRA, André Junior de. Programa REUNI nas Instituições de Ensino Superior Federal [IFES] brasileiras: um estudo da eficiência operacional por meio da Análise Envoltória De Dados [DEA] no período de 2006 a 2012. 2013. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <<http://www.ppgcontabilidade.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/05/D090.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2017.

PALUDO, Augustinho Vicente. Administração pública: teoria e questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SANTOS, Alexandre Rodrigues et al. Orçamento, indicadores e gestão de desempenho das universidades federais brasileiras. Administração Pública e Gestão Social, out.-dez., 2017, 276-285. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21118/apgs.v1i4.1295>> Acesso em: 10 jul. 2018.

SANTOS, Luís Paulo Guimarães dos. Uma contribuição à discussão sobre a avaliação de desempenho das Instituições Federais de Ensino Superior: uma abordagem da gestão econômica. Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, n. 28, p. 86 - 99, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v13n28/v13n28a06.pdf>> Acesso em: 09 out. 2017.

SENRA, Luís Felipe Aragão de Castro et al. Estudo sobre métodos de seleção de variáveis em DEA. Pesquisa Operacional, v.27, n.2, p.191-207, maio a agosto de 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pope/v27n2/a01v27n2.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2018.

SOUZA, Fabiana Frigo; ENSSLIN, Sandra Rolim, GASPARETTO, Valdirene. Avaliação de desempenho na contabilidade gerencial: aplicação do processo proknow-C para geração de conhecimento. Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE. Vol. 15, N. 3. Julho/Setembro. 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/42892/avaliacao-de-desempenho-na-contabilidade-gerencial--aplicacao-do-processo-proknow-c-para-geracao-de-conhecimento>> Acesso em 18 jan. 2019.

SOUZA, Paulo Cesar Tavares; WILHELM,

Volmir Eugênio. Uma introdução aos modelos DEA de eficiência técnica. Tuiuti: Ciência e Cultura, n. 42, p. 121-139, Curitiba, 2009. Disponível em: <http://universidadetuiuti.utp.br/Tuiuticienciaecultura/ciclo_4/tcc_42_FACET/pdfs/art_10.pdf> Acesso em: 10 jan. 2018.

ZOGHBI, Ana Carolina Pereira et al. Mensurando o desempenho e a eficiência dos gastos estaduais em educação fundamental e média. Est. econ., São Paulo, v. 39, n. 4, p. 785-809, outubro-dezembro, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v39n4/04.pdf>> Acesso em: 06 set. 2018.



Rosiany de Sousa Luz
Universidade Federal do Piauí (UFPI)



Fabiana Rodrigues de Almeida Castro
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

GRAU DE GOVERNANÇA ELETRÔNICA DOS ESTADOS NORDESTINOS (IGEN)

Área temática: Contabilidade Aplicada ao Setor Público

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo geral identificar o Índice de Governança Eletrônica dos Estados Nordestinos (IGEN), baseado na metodologia de Mello e Slomski (2010). Por meio de uma pesquisa quantitativa e descritiva, coletaram-se os dados relativos ao IGEN no período de janeiro e fevereiro de 2019. Na análise dos dados, percebeu-se que a Prática de Conteúdo apresentou a maior pontuação e a Prática de Privacidade e Segurança, a menor. Em relação ao IGEN total, com 483,87 pontos, houve um aumento de 9% em relação aos resultados encontrados por Mello e Slomski (2010) e também houve um aumento na pontuação de quatro, das cinco práticas estudadas. Os estados do Maranhão, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas apresentaram mais que 50% das práticas de governança eletrônica implantadas. Os resultados permitem concluir que houve uma evolução nas práticas de governança eletrônicas nos estados nordestinos, mas ainda é necessária uma maior evolução, porque o estado que apresentou maior aplicação de práticas teve menos de 70% das práticas implantadas.

Palavras-chave: governança eletrônica. Estados Nordestinos. IGEN.

1. INTRODUÇÃO

Embora muitos governos já discutissem e implantassem o governo eletrônico, principalmente por meio da utilização da internet para a prestação de serviços, o interesse pelo estudo da governança eletrônica aumentou no início da década de 2000. O crescimento do acesso à internet contribuiu para esse interesse (MELLO; SLOMSKI, 2010). A introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) exigiu que o Estado se tornasse mais eficiente, buscando além de transformações no controle organizacional interno, maior eficácia no controle social, melhorando a prestação desses serviços públicos e habilitando o espaço virtual para a ampliação do acesso público (FREITAS; LUFT, 2014).

Evans e Yen (2006) conceituam a governança eletrônica como a comunicação entre o governo e seus cidadãos por meio de computadores e com auxílio da internet. Fabriz, Gomes e Mello (2018) identificaram em revistas científicas nacionais e internacionais os artigos que envolvem governança eletrônica, entre os anos de 2005 a 2015, e evidenciaram que o tema teve

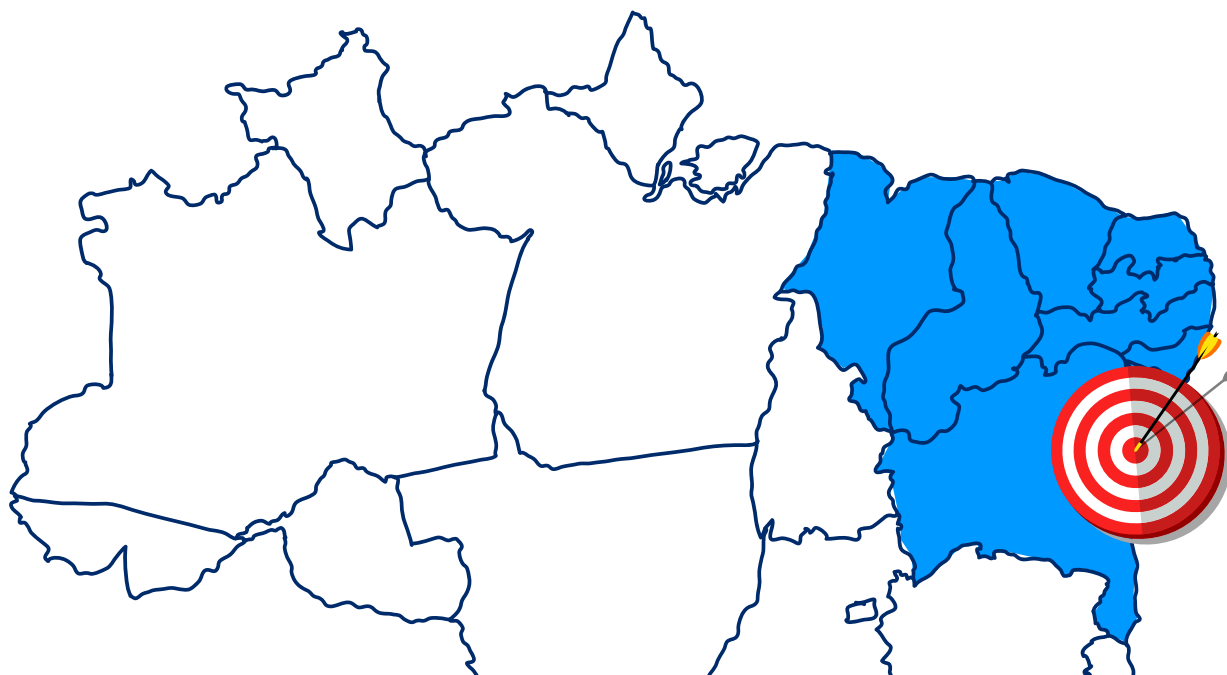
um aumento representativo a partir de 2009. Potnis (2010) destaca que a governança eletrônica é uma inovação no setor público, sendo uma abrangente metodologia que poderia analisar o processo de gestão da inovação.

Logo, a governança eletrônica torna-se um fator importante, porque colabora com a boa governança, melhora a relação entre governo-cidadão-empresa, principalmente, com mais transparência, accountability, redução dos custos de transação e aumento da participação cidadã. Além disso, aperfeiçoa processos internos e gera mais informações aos gestores, sendo uma forma de aproveitar o potencial e as facilidades da internet (MELLO; SLOMSKI, 2010).

No Brasil, os estados mais desenvolvidos são aqueles que têm o maior nível de governança eletrônica, ou seja, com maior número de práticas de governança eletrônica implantadas (MELLO; SLOMSKI, 2010). Indicadores contábeis e transparência são variáveis que contribuem para explicar a utilização dessas práticas de governança eletrônica nos estados brasileiros (BALDISSERA et al., 2017). Ademais, estas se tornam instrumento

facilitador para o desenvolvimento dos portais de acesso ao cidadão, garantindo exclusivamente o controle social, cumprindo com o que foi exposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo Peter e Machado (2014), para que o controle social seja efetivamente exercido, é necessário que os cidadãos tenham pleno conhecimento e acesso às informações, como planos de governo, programa e prestações de contas na execução destes. Segundo Pinho (2008), os portais de acesso eletrônico constituem-se novos espaços que mostram a atividade administrativa do Governo, assim como permite que este acesse as necessidades da coletividade, configurando-se uma espécie de comunicação.

Nessa perspectiva, Mello e Slomski (2010) propuseram o Índice de Governança Eletrônica dos Estados Brasileiros (IGEB). A Controladoria-Geral da União (CGU, 2019) mede a transparência de Estados e Municípios a partir da Escala Brasil Transparente e o Ministério Público Federal (MPF, 2019) realiza o Ranking Nacional da Transparência também de estados e municípios. Verifica-se então a importância de avaliar o nível de transparência dos estados e municípios.



Diante dessa perspectiva, surgiu a seguinte problemática: Qual o Índice de Governança Eletrônica dos Estados Nordestinos? Para responder a esse questionamento, este trabalho tem como objetivo identificar o Índice de Governança Eletrônica dos Estados Nordestinos (IGEN), baseado na metodologia de Mello e Slomski (2010). Justifica-se a escolha da região Nordeste, porque, de acordo com a CGU (2019), esta região se destacou na última verificação da transparência dos estados. Entre os 12 estados com nota máxima, cinco são do Nordeste. Além disso, oito dos nove estados nordestinos têm nota superior a 9,5.

Este trabalho está estruturado em cinco seções, sendo esta a primeira. A segunda seção mostra a plataforma teórica. A terceira, os procedimentos metodológicos, seguida na descrição e análise dos resultados. Por fim, evidenciam-se as considerações finais.

2 GOVERNANÇA ELETRÔNICA

Antes de abordar o tema governança eletrônica, é preciso entender como funciona a governança no setor público. A governança pública surgiu da necessidade na mudança dos atos de Governo. Os fundamentos que programam a governança pública surgem de uma nova visão sobre o estado como aquele que exerce a governança, pois deixa de apenas prover os serviços, mas também se responsabiliza por seu gerenciamento e qualidade, garantindo a melhor produção dos serviços públicos (KISSLER; HEIDEMANN, 2006).

Dessa forma, surge então a governança eletrônica, que, para Medeiros (2004), é um meio, não apenas de manifestação política, mas também de participação

social junto aos governantes e por meios eletrônicos para acompanhar e avaliar como estão sendo executadas as políticas públicas, buscando trazer avanços para a cidadania e democracia. Apesar do conhecimento sobre sua importância, visto que se tem exigido cada vez mais a divulgação de informações cruciais ao acompanhamento de gestão, o Brasil ainda demonstra ineficiências em sua implementação. Oliveira e Pisa (2015) encontraram que a maioria dos estados brasileiros apresentavam níveis baixos e médios de governança eletrônica, o que traz uma reflexão sobre a efetividade dos atos de governança no país.

Esse fato é confirmado por Fabriz, Gomes e Mello (2018) que identificaram, no Brasil, um baixo número de publicações sobre a temática, o que pode estar relacionado à qualidade dos serviços e à necessidade de revitalização da administração pública brasileira. Isso diverge das publicações em âmbito mundial, em que houve um crescimento nos últimos anos sobre o tema. A Índia foi o país que mais publicou sobre o assunto, seguido dos Estados Unidos. Contudo, os países que concentraram mais da metade das citações sobre a temática foram Estados Unidos, Espanha e Reino Unido (FABRIZ; GOMES; MELLO, 2018).

Percebe-se então que ainda existe a necessidade de mudança cultural para que os serviços prestados pelo governo sejam realmente eficientes (FABRIZ; GOMES; MELLO, 2018). Evans e Yen (2006) destacam que, quando a comunicação e a tecnologia melhoram, o poder do cidadão aumenta, sendo a governança eletrônica um importante passo para habilitar os cidadãos a protegerem seus direitos e terem sua voz ouvida pelo governo.

“ Oliveira e Pisa (2015) encontraram que a maioria dos estados brasileiros apresentavam níveis baixos e médios de governança eletrônica, o que traz uma reflexão sobre a efetividade dos atos de governança no país. ”

O desenvolvimento de um sistema de governança eletrônica ajuda a disseminar a informação e promove a atitude de que os cidadãos são clientes e que a satisfação destes é importante. Representa o fluxo livre de informações que melhora o conhecimento, a oportunidade, os relacionamentos, a eficácia do tempo e até estimula a padronização de produtos e ideias, porque os cidadãos visualizam um conjunto comum de informações (EVANS; YEN, 2006).

Uutoni, Yule e Nengomasha (2011) destacam que uma sociedade com acesso à informação é mais capacitada e pode se desenvolver por meio de informações eficientes. Ahn e Bretschneider (2011) verificaram como o uso estratégico da governança eletrônica na Coreia do Sul pode melhorar

drasticamente a responsabilização do governo, a capacidade de resposta e a transparência, permitindo que os cidadãos diretamente influenciem na tomada de decisão do governo.

Apesar das melhorias da implantação da governança eletrônica serem feitas por si mesmas, Ahn e Bretschneider (2011) comentam que também funcionam como meios para criar um maior controle político sobre a burocracia governamental e seus administradores, reforçando a responsabilização dos cidadãos. Logo, a governança eletrônica é um tipo de controle social que fortalece o papel do cidadão.

A ideia de controle social pressupõe o exercício de formas diretas de democracias pelos cidadãos (PETER; MACHADO, 2014). Contudo, cumpre mencionar que o exercício efetivo do controle social depende muito mais de variáveis culturais ou comportamentais, que é um mister de condicionantes econômicos, sociais e, especialmente, educacionais. (PEDERNEIRAS et al. 2018).

No Brasil, a transparência em órgãos e entidades públicas é exigida pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O princípio da publicidade é preconizado pelo Art. 37 da Carta Magna Federal. É informado que a publicidade deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, não devendo caracterizar promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos (BRASIL, 1988). Contudo, apesar de possuir amparos legais, a transparência ainda não era suficientemente aplicada em tais entidades, pois a divulgação de tais informações era insatisfatória por buscar cumprir apenas aspectos legais, ocultando informações referentes aos

atos de gestão (FIGUEIREDO; SANTOS, 2014).

Por meio disso, em razão das necessidades de transformação no que tange à prestação das contas públicas, principalmente na melhoria das práticas de governança, a transparência tem se adaptado à realidade destas entidades. Uma das principais mudanças ocorridas, de acordo com Figueiredo e Santos (2014), foi a aplicação da governança nos entes públicos através das alterações aplicadas à contabilidade brasileira, por meio da influência do mercado internacional, sendo assim inspirada na iniciativa privada. Assim, a convergência às normas internacionais de contabilidade trouxe a *accountability*, que engloba tanto a prestação de contas, o controle de recursos, a transparência das informações, além das ações de governo que foram, ou não, realizadas (PINHO, 2008).

Dessa forma, com o objetivo de

“ O desenvolvimento de um sistema de governança eletrônica ajuda a disseminar a informação e promove a atitude de que os cidadãos são clientes e que a satisfação destes é importante. ”

estimular o acesso à informação pela população, surgiu a Lei n.º 12.527, conhecida como Lei de Acesso Informação (LAI), em 2011, que regulamenta os procedimentos de publicidade que devem ser observados pela União, estados, Distrito Federal e municípios referentes aos recursos públicos recebidos e à sua destinação. Para promover a divulgação em local de fácil acesso de informações de interesse coletivo ou geral, os órgãos e entidades públicas devem utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem. Logo, é obrigatória a divulgação em sítios oficiais pela rede mundial de computadores (BRASIL, 2011).

Cumpre mencionar que o controle social, que é um conjunto de ações elaboradas pela sociedade civil, tem o objetivo de fortalecer os mecanismos de controle interno e externo. Contudo, ainda se destacam algumas dificuldades para a efetiva implantação do controle social: baixo nível educacional e falta de conhecimento da população; reduzidos mecanismos que favorecem a transparência; falta de acesso às informações sobre gestão pública; complexidade da legislação; desinteresse da população; dificuldade de acesso do cidadão aos três Poderes; reduzida garantia dada ao cidadão que denuncia irregularidades; baixa confiança dos cidadãos nos agentes do estado; e, inexistência de mecanismos de controle eficazes e efetivos (PETER; MACHADO, 2014).

Portanto, o estado deve assumir um compromisso na realização de seus atos, responsabilizando-se pela gestão responsável dos recursos e, ao mesmo tempo, deve permitir que a população acompanhe o andamento das políticas de governo.

2.1 ESTUDOS CORRELATOS SOBRE GOVERNANÇA ELETRÔNICA

Mello e Slomski (2010) propuseram um índice de mensuração e monitoramento do desenvolvimento da governança eletrônica dos Estados Brasileiros e Distrito Federal, especificamente no âmbito do Poder Executivo, o Índice de Governança Eletrônica dos Estados Brasileiros (IGEB). Para o cálculo deste índice, foram consideradas as seguintes práticas: 13 Práticas de Conteúdo, 16 Práticas de Serviços, 10 Práticas de Participação Cidadã, oito Práticas de Privacidade e Segurança e 19 Práticas de Usabilidade e Acessibilidade. Os dados da pesquisa foram obtidos nos websites dos estados e do Distrito Federal no período de 18 a 28 de fevereiro de 2009.

Por meio do IGEB, verificou-se o percentual de práticas implantadas pelos estados e Distrito Federal. Os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Bahia e Minas Gerais foram os que mais possuíam práticas implantadas e os estados de Mato Grosso do Sul, Rondônia, Amapá, Roraima, Maranhão, Goiás e Pernambuco os que menos tinham, respectivamente. São Paulo implantou 71,40% das práticas sugeridas, enquanto Mato Grosso do Sul apenas 37,31%, evidenciando uma disparidade significativa entre eles. Ao analisar as práticas, percebeu-se uma maior preocupação com as relacionadas com conteúdo e serviços, em seguida com participação cidadã, usabilidade e acessibilidade e, por último, com privacidade e segurança (MELLO; SLOMSKI, 2010).

Na pontuação das práticas de conteúdo, o Estado do Paraná obteve a maior pontuação (17,95 de 20) e Mato Grosso

do Sul a menor (6,15). Das práticas de serviços, o Estado de São Paulo obteve a maior pontuação (17,50 de 20) e Mato Grosso do Sul a menor (9,58). Em relação às práticas de participação cidadã, o Estado do Espírito Santo obteve a maior pontuação (14,67 de 20) e Mato Grosso do Sul e Amapá a menor (6,00). Relativamente às práticas de privacidade e segurança, o Estado de São Paulo obteve a maior pontuação (10,83 de 20) e Maranhão a menor (1,67). Por fim, na pontuação das práticas de usabilidade e acessibilidade, o Estado de São Paulo obteve a maior pontuação (13,68 de 20) e Rondônia a menor (6,32) (MELLO; SLOMSKI, 2010). Beuren, Moura e Kloeppel (2013) analisaram as práticas de governança eletrônica dos estados brasileiros e sua correlação com a eficiência na utilização das receitas. Os resultados evidenciaram que os estados com melhores práticas de governança eletrônica localizam-se na região Sudeste, seguidos dos da região Sul. O índice médio geral de governança foi de 58%, muito distante de 100%. Constatou-se ainda que os estados com melhores práticas de governança eletrônica foram os que apresentaram maior eficiência na utilização das receitas.

Freitas e Luft (2014) apuraram o índice de governança eletrônica dos municípios do Estado de Sergipe. O estudo fez também uma correlação dos resultados com o tamanho (população) dos municípios. Os dados foram apurados através dos portais eletrônicos das prefeituras do estado de Sergipe. Os resultados demonstraram que o menor índice de governança eletrônica apurado foi de 4,415% e o máximo de 42,146%, enquanto o índice médio dos municípios em estudo é de 13,431%, sendo considerado extremamente

baixo. Constatou-se ainda que, de modo geral, os municípios com maiores populações possuem melhores índices. Além disso, foi possível verificar que as práticas mais identificadas estão relacionadas com questões técnicas (usuabilidade e acessibilidade) em detrimento das práticas de prestação de serviços públicos e participação cidadã.

Oliveira e Pisa (2015) desenvolveram um índice de medição da governança pública a partir dos seus princípios, o Índice de Governança Pública (IGoVP), apresentando-o como um instrumento de auto avaliação e planejamento para o estado e de controle social para os cidadãos. Como resultado, o índice desenvolvido foi apresentado, comprovando-se sua aplicabilidade e finalidades pressupostas. Os resultados demonstraram que nenhum ente federativo se enquadrou no grau de governança muito baixo, com escores inferiores a 0,5000, e nenhum deles atingiu grau muito alto, com nota superior a 0,8000. O Distrito Federal obteve o melhor resultado entre todos os entes federativos, e, entre os estados, São Paulo e Rio Grande do Sul ficaram com o IGoVP acima de 0,700, encerrando o grupo dos estados com resultado de "alto grau" de governança. A seguir são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se enquadra como quantitativa quanto à problemática e descritiva quanto ao objetivo. O método quantitativo, para Richardson et al. (2015), emprega a quantificação, tanto na coleta de informações, quanto no tratamento dos dados, utilizando técnicas estatísticas, desde as mais

simples, como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como regressão, etc. Além disso, o autor destaca que é frequentemente utilizado em estudos descritivos. A pesquisa descritiva, segundo Silva (2017), tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Para a coleta de dados, utilizou-se a metodologia desenvolvida por Mello

e Slomski (2010), denominada Índice de Governança Eletrônica dos estados Brasileiros (IGEB), para calcular o Índice de Governança dos Eletrônica dos estados Nordestinos (IGEN). Para o IGEN foram analisados os portais eletrônicos de Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio Grande do Norte (RN) e Sergipe (SE). Assim como no trabalho de Mello

e Slomski (2010), foram utilizadas escalas de referência na parte relativa à coleta de dados dos sites dos estados nordestinos (Quadro 1).

Para práticas em que não era possível utilizar a escala 0-3, utilizou a escala 0-1. No Quadro 2, verificam-se as práticas analisadas e suas respectivas escalas

Quadro 1 – Escala de referência da pesquisa

Escala 0-3	Descrição	Escala 0-1	Descrição
0	Prática não identificada.	0	Prática não identificada.
1	Existem algumas informações sobre a prática.		
2	A prática está implantada, mas de maneira incompleta.	1	Prática implantada.
3	A prática está totalmente implantada.		

Fonte: Adaptado de Mello e Slomski (2010).

Quadro 2 – Práticas analisadas e escalas utilizadas

Práticas de Conteúdo (PCon)	Escala	Práticas de Serviços (PSer)	Escala	Práticas de Participação Cidadã (PPC)	Escala	Práticas de Usabilidade e Acessibilidade (PUA)	Escala
PCon 1	0-3	PSer 1	0-3	PPC 1	0-1	PUA 1	0-1
PCon 2	0-3	PSer 2	0-3	PPC 2	0-1	PUA 2	0-3
PCon 3	0-3	PSer 3	0-3	PPC 3	0-3	PUA 3	0-1
PCon 4	0-3	PSer 4	0-3	PPC 4	0-3	PUA 4	0-3
PCon 5	0-3	PSer 5	0-3	PPC 5	0-3	PUA 5	0-3
PCon 6	0-1	PSer 6	0-1	PPC 6	0-3	PUA 6	0-3
PCon 7	0-3	PSer 7	0-3	PPC 7	0-1	PUA 7	0-1
PCon 8	0-3	PSer 8	0-3	PPC 8	0-3	PUA 8	0-3
PCon 9	0-1	PSer 9	0-3	PPC 9	0-3	PUA 9	0-3
PCon 10	0-3	PSer 10	0-3	PPC 10	0-3	PUA 10	0-1
PCon 11	0-3	PSer 11	0-3	Práticas de Privacidade e Segurança (PPS)	Escala	PUA 11	0-3
PCon 12	0-3	PSer 12	0-3	PPS 1	0-3	PUA 12	0-1
PCon 13	0-3	PSer 13	0-3	PPS 2	0-1	PUA 13	0-3
		PSer 14	0-3	PPS 3	0-1	PUA 14	0-3
		PSer 15	0-1	PPS 4	0-3	PUA 15	0-3
		PSer 16	0-3	PPS 5	0-3	PUA 16	0-1
			PPS 6	0-3	PUA 17	0-1	
			PPS 7	0-1	PUA 18	0-1	
PPS 8	0-1		PUA 19	0-1			

Fonte: Adaptado de Mello e Slomski (2010).

De acordo com o Quadro 2, percebe-se que foram utilizadas 13 Práticas de Conteúdo, 16 Práticas de Serviços, 10 Práticas de Participação Cidadã, oito Práticas de Privacidade e Segurança e 19 Práticas de Usabilidade e Acessibilidade. Na Tabela 1, estão os procedimentos para elaboração do IGEN. Inicialmente, de acordo com o número de práticas por subgrupo, estabeleceu-se a pontuação de cada prática dentro do subgrupo, dividindo o peso dado para o subgrupo pelo seu número de práticas.

Após as análises nos portais de cada estado, realizados durante os meses de janeiro e fevereiro de 2019, cada prática recebeu sua respectiva pontuação, de acordo com a Tabela 1 e, para calcular o IGEN, utilizou-se o somatório encontrado

por todas as práticas. O IGEN, assim como o IGEB, varia de 0 a 100 e cada prática de 0 a 20 pontos. Após obter a pontuação dos estados nordestinos, foi realizada a estatística descritiva por prática e por estado e os dados foram sintetizados em tabelas e gráficos.

A descrição e a análise dos dados estão evidenciadas na seção seguinte.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Considerando os procedimentos adotados para cálculo do IGEN, que foi baseado no estudo de Mello e Slomski (2010), inicialmente foi elaborada a estatística descritiva das práticas de governança eletrônica. Na Tabela 1, apresenta-se essa estatística descritiva.

De acordo com a Tabela 1, a maior média foi percebida na Prática de Conteúdo (12,19), sendo esta também a prática de maior pontuação entre os estados nordestinos (109,74).

Verifica-se uma pequena modificação nos resultados encontrados por Mello e Slomski (2010), em que os estados nordestinos apresentaram maior pontuação na Prática de Serviços (120,4). Em compensação, a Prática de Privacidade e Segurança apresentou a menor média (9,72) e também a menor pontuação (87,5). No estudo de Mello e Slomski (2010), os estados nordestinos também apresentaram menor pontuação na Prática de Privacidade e Segurança (42,51).

Em 2010, a menor pontuação encontrada

Tabela 1 – Procedimentos para elaboração do Índice de Governança dos Estados Nordestinos (IGEN)

	PCon	PSer	PPC	PPS	PUA	Total
Peso igual entre os subgrupos (a)	20	20	20	20	20	100
Número de práticas por subgrupo (b)	13	16	10	8	19	66
Pontuação de cada prática dentro do subgrupo (a/b)	1,538	1,250	2,000	2,500	1,053	
Práticas com respostas 0-1	2	2	3	4	9	20
Pontuação para resposta 0	0	0	0	0	0	
Pontuação para resposta 1	1,538	1,250	2,000	2,500	1,053	
Práticas com respostas 0-3	11	14	7	4	10	46
Pontuação para resposta 0	0	0	0	0	0	
Pontuação para resposta 1	0,513	0,417	0,667	0,833	0,351	
Pontuação para resposta 2	1,026	0,833	1,333	1,667	0,702	
Pontuação para resposta 3	1,538	1,250	2,000	2,500	1,053	

Fonte: Adaptado de Mello e Slomski (2010).

Tabela 1 – Estatística descritiva das práticas de governança eletrônica dos estados nordestinos

Práticas de governança eletrônica	Média	Mínimo	Máximo	Desvio-padrão	Soma
Conteúdo	12,19	8,21	16,92	2,8977	109,74
Participação Cidadã	9,81	6	15,33	3,3541	88,33
Privacidade e Segurança	9,72	7,5	12,5	1,382	87,5
Serviços	11,62	8,33	14,58	1,9814	104,58
Usabilidade e Acessibilidade	10,41	8,07	11,93	1,3133	93,72
IGEN					483,87

Fonte: Autoria própria (2019).

foi no Maranhão, na Prática de Privacidade e Segurança (1,67) e a maior pontuação foi na Bahia, na Prática de Serviços (15,83). No presente estudo, a menor pontuação foi na Prática de Participação Cidadã (mínimo 6,00) no Piauí e a maior foi na Prática de Conteúdo (16,92) no Maranhão.

As Práticas de Acessibilidade, Conteúdo e Participação Cidadã cresceram 3%, 4% e 6%, respectivamente, em relação ao estudo de Mello e Slomski (2010), enquanto que a Prática de Serviços apresentou uma queda de 13%. Cumpre mencionar que a Prática de Serviços no estudo anterior era a prática que possuía a maior pontuação (120,4), contudo, na presente pesquisa, a Prática de Conteúdo foi a que apresentou maior pontuação (109,74). Portanto, quando se analisam as pontuações, verifica-se que, apesar de a pontuação do IGEN ter aumentado ao longo do tempo, a prática mais efetiva apresentou uma redução em pontos totais.

Analisou-se também o desvio-padrão, que representa o nível de disparidade para mais ou para menos da informação colhida e que determina o afastamento dos dados em relação à média de pontuação calculada (FRICKE, 2009).

De acordo com a Tabela 1, percebe-se maior variação na Prática de Participação Cidadã, evidenciando que os estados nordestinos apresentaram pontuações bem diferentes nessa prática. Em contrapartida, a Prática de Usabilidade e Acessibilidade foi a que apresentou menor desvio-padrão, mostrando que as pontuações dos estados foram bem próximas à média (10,41).

Em relação a pontuação total do IGEN, que alcançou 483,87, houve um aumento de 9% em relação à 2010 (442,74). Percebe-se também um aumento na pontuação de quatro, das cinco práticas. O aumento mais expressivo foi observado na Prática de Privacidade e Segurança, que em 2010 era de 42,51 e passou para

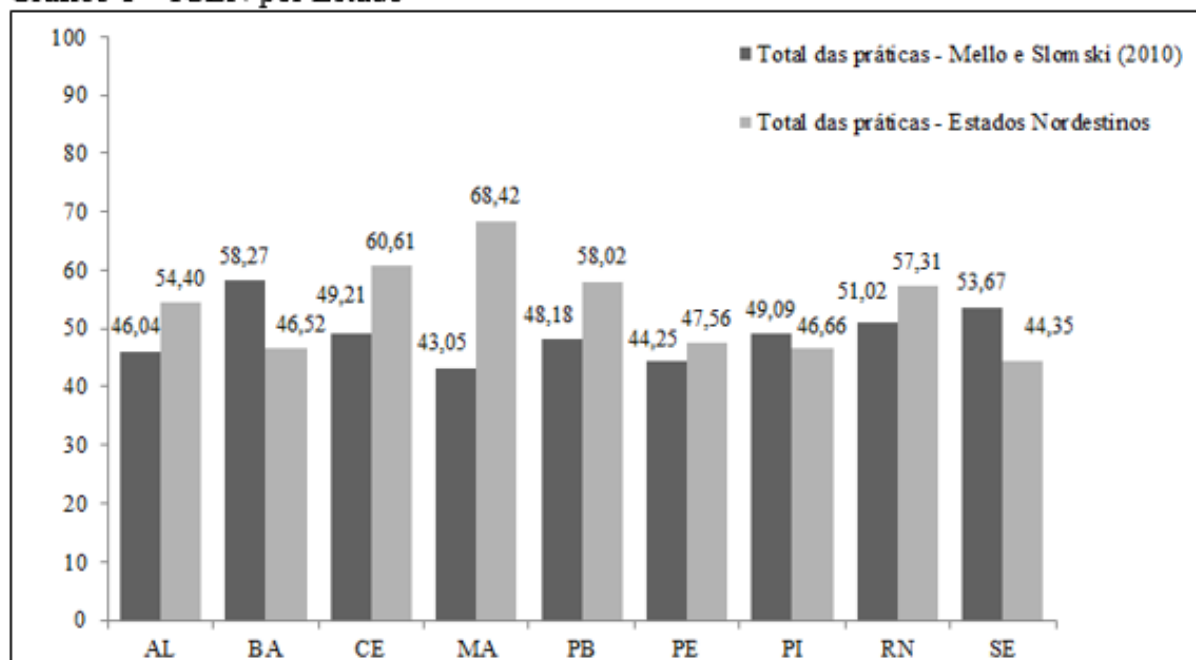
87,5, aumentando 106% em relação à 2010.

Em seguida, realizou-se uma comparação do IGEN por estado, que está exposta no Gráfico 1. Para melhorar a visualização, evidenciou-se o IGEN de cada estado em 2010 e na presente pesquisa.

Observou-se que, em 2010, a Bahia era o estado com maior IGEN (58,27) e o Maranhão o menor (43,05). Evidencia-se uma mudança significativa na gestão da governança eletrônica do Maranhão, que passou a ter o maior IGEN nesse estudo (68,42). Atualmente, Sergipe teve o menor IGEN (44,35) e Bahia o segundo menor (46,52), mostrando uma queda significativa ao longo do tempo.

Percebeu-se também que Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte aumentaram o IGEN ao longo do tempo, enquanto Sergipe, Bahia e Piauí apresentam queda nesse índice.

Gráfico 1 – IGEN por Estado



Fonte: Autoria própria (2019).

Tabela 2 – *Ranking* do IGEN

Posição	Estados	IGEN
1	MA	68,42
2	CE	60,61
3	PB	58,02
4	RN	57,27
5	AL	54,4
6	PE	47,56
7	PI	46,66
8	BA	46,52
9	SE	44,35
Total		484,82

Fonte: Aatoria própria (2019).

Em seguida foi elaborado o ranking dos Estados (Tabela 2).

A partir da Tabela 2, observa-se a posição dos estados, de acordo com o IGEN encontrado. Maranhão, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas apresentaram IGEN maior que 50, mostrando que esses estados apresentaram mais da metade das práticas de governança eletrônica implantadas. Apesar de Pernambuco, Piauí, Bahia e Sergipe terem os piores índices, ficando entre as últimas quatro posições, percebe-se que estão presentes mais que 40% das práticas de governança eletrônica.

Dentre as Práticas de Conteúdo, cumpre destacar que a PCon2 foi a prática implantada somente por Sergipe e Maranhão. Os demais estados não implantaram essa prática. A PCon2 é relativa à disponibilização de informações sobre a gestão de emergências, utilizando o site como um mecanismo de alerta para problemas naturais ou provocados pelo homem.

A outra prática que foi totalmente implantada somente por Piauí e Maranhão e de maneira incompleta por Ceará e Rio Grande do Norte foi a PCon2, referente à disponibilização da agenda do gestor e das políticas da instituição. Os demais estados não implantaram essa prática.

A PCon3 se destacou, sendo implantada completamente por todos os estados, com exceção de Pernambuco, que apresentou apenas algumas informações sobre a prática. A PCon3 é sobre a disponibilização dos códigos e regulamentos do Estado. A PCon4 também se destacou, porque somente Pernambuco e Bahia que implantaram de maneira incompleta. Os demais estados implantaram essa prática de forma completa. A PCon4 é alusiva à disponibilização das informações do orçamento, relatórios contábeis, anexos da LRF, informações das licitações em andamento, editais, etc.

Entre as Práticas de Serviços, a PSer6 e PSer14 não foram implantadas pelos estados analisados. A Pser6 é atinente à disponibilização de relatório das violações de leis e regulamentos administrativos, enquanto a Pser14 é relativa à permissão de compra de bilhetes para eventos.

A Pser8 foi implantada por todos os estados, com exceção de Pernambuco, que mostrou apenas algumas informações sobre a prática. A Pser8 é referente à disponibilização das notícias e informações sobre políticas públicas.

Entre as Práticas de Participação Cidadã, a PPC10 não foi implantada por cinco estados (Ceará, Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba). Existem apenas

algumas informações sobre a prática nos demais estados. A PPC10 é sobre a disponibilização de link específico para "democracia" ou "participação cidadã" na página principal do seu site, que o leva a uma seção especial, detalhando a finalidade e missão das unidades públicas, os decisores de alto nível, permitindo ligações com a legislação, orçamento e outros detalhes de informação de accountability.

A PPC4 também não foi implementada por cinco estados (Pernambuco, Sergipe, Piauí, Alagoas e Bahia). Existem algumas informações nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Somente Maranhão implantou a prática de forma incompleta. A PPC4 é alusiva à disponibilização de quadro de anúncios, bate-papo, fórum de discussão, grupos de discussão, chats, etc., para discutir questões políticas, econômicas e sociais, com os gestores eleitos, órgãos específicos, especialistas, etc., facilitando o diálogo entre governo e cidadãos, com verdadeira possibilidade de participação. Merece destaque entre a prática mais observada, a PPC9, relativa à disponibilização da estrutura e das funções do governo, que somente não foi observada na Bahia. Quatro estados implantaram totalmente essa prática (Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba) e dois estados implantaram

parcialmente (Pernambuco e Maranhão). Entre as Práticas de Privacidade e Segurança, a PPS1 não foi implantada pelos Estados estudados. A PPS1 é atinente à declaração da política de privacidade no site, descrevendo os tipos de informações recolhidas e as políticas de utilização e partilha das informações pessoais, identificando os coletores das informações, disponível em todas as páginas que aceitam os dados, e com a data em que a política de privacidade foi revisada.

A PPS6 não foi implantada por cinco estados (Pernambuco, Ceará, Alagoas, Paraíba e Bahia); foram encontradas algumas informações nos estados de Sergipe, Rio Grande do Norte e Maranhão. Somente Piauí que apresentou de forma incompleta essa prática. A PPS6 é relativa à disponibilização de endereço de contato, telefone e/ou e-mail, específicos para denúncias, críticas, etc., sobre a política de privacidade e segurança.

Em contrapartida, as práticas PPS7 e PPS8 foram implantadas por todos os estados analisados. A PS7 é referente à permissão do acesso a informações públicas por meio de uma área restrita que exija senha e/ou registro, como o uso de assinatura digital para identificar os usuários. A PPS8 é sobre a permissão do acesso a informações não públicas para os servidores mediante uma área restrita que exija senha e/ou registro.

Entre as Práticas de Usabilidade e Acessibilidade, a PUA8, PUA16 e PUA18 foram implantadas somente por um estado. A PUA8 em Sergipe, a PUA16 no Ceará e a PUA18 em Pernambuco. A PUA 8 é alusiva à disponibilização da data da última atualização das páginas; a PUA 16 é atinente à disponibilização dos conteúdos do site em mais de um idioma; e a PUA 18 é relativa à disponibilização dos conteúdos de áudio com transcrições escritas e/ou legendas.

Em compensação, as práticas PUA7, PUA10 e PUA17 foram totalmente implantadas por todos os estados. A PUA7 é referente aos textos que devem estar sublinhados indicando os links; a PUA10 é sobre a disponibilização de versões alternativas de documentos longos, como arquivos em .pdf ou .doc; e a PUA17 é alusiva à apresentação dos textos escritos com fontes e cores adequadas.

Logo após, foi realizada a estatística descritiva do IGEN por estado (Tabela 3).

Observa-se que Sergipe apresentou a menor média por prática, seguido da Bahia, do Piauí e de Sergipe, que também tiveram os menores índices. As maiores médias foram do Maranhão, do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, coincidindo também com os quatro maiores IGEN.

Seis estados apresentaram suas menores pontuações (mínimo) na Prática de Participação Cidadã: Alagoas (10,67),

Bahia (6,67), Paraíba (10,00), Piauí (6,00), Rio Grande do Norte (9,00) e Sergipe (6,67). Somente dois Estados tiveram suas menores pontuações na Prática de Privacidade e Segurança: Ceará (9,17) e Maranhão (10,00) e somente Pernambuco, na Prática de Conteúdo. Logo, apesar de a Prática de Privacidade e Segurança ter a menor pontuação, a Prática de Participação Cidadã teve destaque entre os menores valores apresentados por seis estados.

Quatro estados apresentaram suas maiores pontuações (máximo) na Prática de Serviços: Alagoas (11,25), Bahia (12,08), Paraíba (13,33), Pernambuco (12,08). Da mesma forma, quatro Estados tiveram seus maiores pontos na Prática de Conteúdo: Maranhão (16,92), Piauí (13,33), Rio Grande do Norte (15,90) e Sergipe (11,28). Somente o Ceará (14,67) que apresentou maior pontuação na Prática de Participação Cidadã. Esses resultados justificam os destaques nas Práticas de Conteúdo e de Serviços.

Por fim, analisando a Tabela 3, verifica-se que, apesar de o Maranhão ser o estado nordestino com maior IGEN, ele apresenta o maior desvio-padrão, evidenciando que houve grande discrepância entre os resultados obtidos por prática. Em contrapartida, Alagoas apresentou menor diferença entre as práticas de governança eletrônica (desvio-padrão 0,22).

Em seguida, foram verificados os IGEN

Tabela 3 – Estatística descritiva do IGEN por estado

	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
Média	10,88	9,30	12,12	13,68	11,60	9,51	9,33	11,45	8,87
Mínimo	10,67	6,67	9,17	10,00	10,00	8,21	6,00	9,00	6,67
Máximo	11,25	12,08	14,67	16,92	13,33	12,08	13,33	15,90	11,28
Desvio-padrão	0,22	2,22	2,23	2,83	1,44	1,50	2,66	2,66	1,69
IGEN	54,40	46,52	60,61	68,42	58,02	47,56	46,66	57,27	44,35

Fonte: Autoria própria (2019).

Tabela 4 – IGEN por prática e por estado

Práticas de governança eletrônica	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
Conteúdo	10,77	9,74	13,33	16,92	10,26	8,21	13,33	15,90	11,28
Participação Cidadã	10,67	6,67	14,67	15,33	10,00	9,33	6,00	9,00	6,67
Privacidade e Segurança	10,83	7,50	9,17	10,00	12,50	9,17	9,17	10,00	9,17
Serviço	11,25	12,08	12,92	14,58	13,33	12,08	8,33	10,83	9,17
Usabilidade e Acessibilidade	10,88	10,53	10,53	11,58	11,93	8,78	9,83	11,54	8,07
IGEN	54,40	46,52	60,61	68,42	58,02	47,56	46,66	57,27	44,35

Fonte: Autoria própria (2019).

por prática e por estado, conforme se observa na Tabela 4.

A partir da Tabela 4, verifica-se que em relação à Práticas de Conteúdo, de Participação Cidadã, Privacidade e Segurança e de Serviços, Maranhão foi destaque. Somente na Prática de Usabilidade e Acessibilidade que outro estado foi evidente: Paraíba. Cumpre mencionar obteve a maior pontuação nessa prática, tanto nessa pesquisa, quanto em 2010.

Na Prática de Usabilidade e Acessibilidade, cabe ressaltar que, no decorrer dos anos, Piauí conseguiu elevar sua pontuação consideravelmente, de 6,67 em 2010, para 9,16 em 2019. Outra alteração significativa foi em relação ao estado do Ceará, que, em 2010, tinha uma pontuação de 2,5, passando à pontuação de 9,16 pontos.

Verifica-se que, de modo geral, não houve disparidade significativa na pontuação das práticas, de modo que as alterações para mais não foram relevantes em virtude do longo período entre as análises das práticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa identificou o Índice de Governança Eletrônica dos Estados Nordestinos (IGEN), baseado na metodologia de Mello e Slomski (2010). Logo, utilizou-se de pesquisa quantitativa e descritiva para analisar as práticas de governança eletrônica desses Estados.

A Prática de Conteúdo apresentou a maior pontuação (109,74), divergindo dos resultados de Mello e Slomski (2010), em que a Prática de Serviços foi a que apresentou maior pontuação (120,4). Em contrapartida, a Prática de Privacidade e Segurança continua sendo a prática com menor pontuação desde 2010, mas cumpre mencionar que houve uma evolução na pontuação encontrada, passando de 42,51 em 2010 para 87,5 em 2019.

A prática que apresentou maior variação foi a Prática de Participação Cidadã, evidenciando que os estados nordestinos apresentaram pontuações bem diferentes nessa prática. Em contrapartida, a Prática de Usabilidade e Acessibilidade foi a que apresentou menor desvio-padrão, mostrando que as pontuações dos estados foram bem próximas à média.

Em relação à pontuação total do IGEN, notou-se um pequeno aumento, de 9%, em relação aos resultados de Mello e Slomski (2010), passando de 442,74 para 483,87. Esse resultado não é interessante, porque nesse espaço de quase 10 anos, houve uma evolução de apenas 41,13 pontos. Em contrapartida, percebe-se um aumento na pontuação de quatro, das cinco práticas.

Percebeu-se uma mudança significativa na gestão da governança eletrônica nos estados da Bahia e do Maranhão. A Bahia, que antes apresentava maior IGEN (58,27), passou a ter o segundo menor (46,52). Em compensação, Maranhão, que antes tinha a menor pontuação (43,05) passou a ser o estado



com maior IGEN (68,42), apresentando um crescimento de 59%. Os estados do Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte aumentaram o IGEN ao longo do tempo, enquanto Sergipe, Bahia e Piauí apresentam queda nesse índice.

Destaca-se que Maranhão, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas apresentaram IGEN maior que 50, mostrando que esses estados apresentaram mais da metade das práticas de governança eletrônica implantadas. Ressalta-se também que, nos estados analisados, no mínimo 40% das práticas de governança eletrônica estão implantadas.

Analisando individualmente as práticas de governança eletrônica implementadas pelos estados, verificou-se que os estados não apresentam as seguintes práticas: disponibilização de relatório das violações de leis e regulamentos administrativos; permissão de compra de bilhetes para eventos; e, declaração da política de privacidade no site, descrevendo os tipos de informações recolhidas e as políticas de utilização e partilha das informações pessoais, identificando os coletores das informações, disponível em todas as páginas que aceitam os dados, e com a data em que a política de privacidade foi revisada.

As práticas que foram totalmente implantadas por todos os estados foram relativas: à permissão do acesso a informações públicas por meio de uma área restrita que exija senha e/ou registro, como o uso de assinatura digital para identificar os usuários; à permissão do acesso a informações não públicas para os servidores mediante uma área restrita que exija senha e/ou registro; aos textos que devem estar sublinhados indicando os links; à disponibilização de versões alternativas de documentos

longos, como arquivos em .pdf ou .doc.; e, à apresentação dos textos escritos com fontes e cores adequadas.

Conclui-se, portanto, que houve uma evolução nas práticas de governança eletrônicas nos estados nordestinos, mas ainda é preciso evoluir, porque o estado que apresentou maior aplicação de práticas teve menos que 70% das práticas implantadas. Além disso, essa pesquisa permite a ampliação da discussão sobre a temática governança eletrônica, que é uma forma efetiva de controle social.

Para pesquisas futuras, sugere-se analisar a governança eletrônica de todos os estados brasileiros, utilizando a metodologia de Mello e Slomski (2010) para verificar a evolução dos resultados, podendo fazer comparação por prática, por estado e por região.

REFERÊNCIAS

AHN, M. J.; BRETSCHEIDER, S. Politics of E-Government: E-Government and the Political Control of Bureaucracy. *Public Administration Review*, v. 71, n. 3, p. 414-424, 2011.

BALDISSERA, J. F.; ROVARIS, N. R. S.; MELLO, G. R.; FIIRST, C. Determinantes da Governança Eletrônica dos Estados Brasileiros sob a Ótica da Teoria da Escolha Pública. *Revista Gestão Organizacional*, v. 10, n. 3, p. 103-124, 2017.

BEUREN, I. M.; MOURA, G. D.; KLOEPEL, N. R. Práticas de governança eletrônica e eficiência na utilização das receitas: uma análise nos estados brasileiros. *Revista de Administração Pública*, vol. 47, n. 2, p.421-441, 2013.

BRASIL. Constituição da República

Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 30 mar. 2019.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU. Escala Brasil Transparente. Disponível: <<https://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

EVANS, D., YEN, D. C. E-Government: evolving relationship of citizens and government, domestic, and international development. *Government Information Quarterly*, v. 23, n. 3, p. 207-235, 2006.

FABRIZ, S. M.; GOMES, A. R. V.; MELLO, G. R. Governança Eletrônica: Uma Análise Bibliométrica dos Periódicos Nacionais e Internacionais. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 21, n. 3, p. 320-338, 2018.

FIGUEIREDO, V. S.; SANTOS, W. J. L. Transparência e participação social da gestão pública: análise crítica das propostas apresentadas na 1ª Conferência Nacional sobre Transparência Pública. *Revista contabilidade e controladoria*, v. 6, n. 1, 2014.

FREITAS, R. K. V.; LUFT, M. C. M. S. Índice de Governança Eletrônica nos Municípios: Uma Análise do Estado de Sergipe. *Revista*

Eletrônica de Ciência Administrativa, v. 13, n. 1, p. 56-73, 2014.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?. Revista de Administração Pública, v. 40, n. 3, p. 479-499, 2006.

_____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 mai. 2000.

MEDEIROS, P. H. R. Governo eletrônico no Brasil: aspectos institucionais e reflexos na governança. 2004. 318 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, UnB, Brasília, DF, 2004.

MELLO, G. R.; SLOMSKI, V. Índice de Governança Eletrônica dos Estados Brasileiros (2009): no âmbito do Poder Executivo. Journal of Information Systems and Technology Management, v. 7, n. 2, art. 7, p. 375-408, 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. Ranking Nacional da Transparência. Disponível em: < <http://www rankingdatransparencia.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

OLIVEIRA, A. G.; PISA, B. J. IGovP: índice de avaliação da governança pública— instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. Revista de Administração Pública, v. 49, n. 5, p. 1263-1290, 2015.

PEDERNEIRAS, M. M. M.; LOPES, J. E. G.; FERREIRA, J. O. L.; SANTOS, V. M. D.; RIBEIRO FILHO, J. F. Marcos Regulatórios do Controle Interno: Um Estudo na

Ambientação com o Controle Externo e o Controle Social no Brasil. BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS, v. 15, n. 1, p. 2-17, 2018.

PETER, M. G. A.; MACHADO, M. V. V. Manual de Auditoria Governamental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PINHO, J. A. G. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. Revista de administração Pública. v. 42, n.3, p.471-493, maio/jun. 2008.

POTNIS, D. D. Measuring e-Governance as an innovation in the public sector. Government Information Quarterly, v. 27, p. 41-48, 2010.

RICHARDSON, R. J. et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, A. C. R. Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, 2017.

UUTONI, W.; YULE, W.; NENGOMASHA, C. T. Electronic governance and hybrid libraries in Namibia. International Federation of Library Associations and Institutions, v. 37, n. 2, p. 118–125, 2011.



Viviane da Silva Sousa

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), com trabalho de conclusão de curso voltado à Auditoria Governamental.



Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino

Professora assistente do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Especialista em IFRS, pela FIPECAFI.



Marcos Bruno Messias de Sousa

Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Bolsista da Comissão Interna de Licitações da UVA. Experiência em monitoria nas disciplinas de Contabilidade Societária e Contabilidade Geral II.



Ana Elisa Carneiro Costa. Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Técnica em Finanças pela EEEP Francisco das Chagas Vasconcelos.

Adriana Araújo

Graduada em Ciências Contábeis, possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL (1994). Atualmente é mestranda em Ciências Contábeis pela Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (Fucape).

Para a senhora, qual o principal papel da Academia Alagoana de Ciências Contábeis no atual cenário contábil?

No atual cenário contábil, a Alacon tem por fim fomentar e estimular os profissionais da contabilidade para o desenvolvimento do saber científico e tecnológico contábil. Na prática, a Academia é um ambiente de trocas intelectuais, realiza conferências e uma série de publicações. Também funciona como instituição de memória contábil alagoana, ao preservar os acervos de muitos membros que a compuseram.

Como a senhora enxerga a evolução da profissão nos últimos anos? O que faz com que a Contabilidade permaneça como uma das áreas mais tradicionais no mercado do brasileiro?

A profissão contábil está consolidada, ocupando o 4º lugar entre os 10 maiores cursos de graduação no Brasil, demonstrando a ascensão ocorrida nos últimos

anos. Os profissionais da contabilidade deixaram de ser meros “guarda-livros” para serem empresários e gestores contábeis! São essenciais em todos os momentos da vida empresarial ocupado cargo de destaque.

Além disso, com o mercado em ascensão os profissionais qualificados estão sendo cada vez mais demandados, principalmente em cargos de gestão estratégica, importantes para a tomada de decisões. E nessa linha, o profissional precisa estar atento às mudanças, procurando qualificação tecnológica, adaptando-se à inteligência artificial, conhecendo outras línguas, mas, principalmente, trabalhando sempre com ética, disciplina e respeito para com os profissionais e clientes.

Conte um pouco sobre sua trajetória profissional até chegar na Alacon.

Comecei a participar dos eventos da classe contábil ainda estudante da graduação. Naquela época tinha uma inquietação muito grande com relação à minha área de atuação. Queria fazer a

diferença. Quando me graduei comecei a acompanhar os movimentos classistas, chegando a participar de alguns pleitos, conseguindo êxito. Daquela época até hoje, estou participando da classe, principalmente das tomadas de decisões em relação a temas relacionados aos profissionais.

Quais desafios e possibilidades a senhora poderia citar, a partir de sua experiência dentro da Contabilidade?

Rememorando posso resumir meus maiores desafios em dois: (a) encontrar a área de atuação que — mais me dava prazer em trabalhar e (b) quebrar as barreiras da discriminação por ser nova, mulher e contadora - uma área de atuação típica de homens. Passados alguns anos, consigo ser reconhecida na área pública, onde sou uma apaixonada pelo Controle Interno, em sala de aula, multiplicando o conhecimento com meus alunos. Consegui galgar alguns degraus e ocupar alguns lugares de destaque: na Controladoria, no Conselho de Classe, na Acade-

mia e na Fundação Brasileira de Contabilidade. Mas ainda estou só começando.

Em sua opinião, qual a importância da educação para aqueles que desejam se especializar no atual cenário da Contabilidade?

Eu ouvi de meus pais desde cedo: “Minha filha estude para ser alguém na vida!”. Então trouxe esse lema comigo. Graduei, fiz algumas pós-graduações, um mestrado em andamento, vários cursos em diversas instituições. Eu invisto sempre em educação! Então eu diria que a educação me trouxe até esse momento e vai continuar a me conduzir por toda a vida.

Qual a maior experiência que a área lhe proporcionou?

Conhecer Dr. Antonio Lopes de Sá! Meu ídolo na Contabilidade. Ter o prazer de conhecê-lo, ouvi-lo compartilhar sua experiência de vida foi fascinante.

Qual recado a senhora deixaria aos estudantes de Ciências Contábeis? Quais os desafios para a nova geração?

A faculdade lhes dá a oportunidade de conhecer as diversas áreas de atuação do profissional contábil. Então a partir daí o ideal é descobrir as suas afinidades. O que vocês gostam de fazer?! Com essa informação, procurem se especializar, direcionar as energias a esse campo de atuação. Conheçam os sistemas informatizados, mineração de dados e toda a tecnologia possível, e de um ou dois idiomas, além do português.

A minha mensagem para quem está começando é “primeiro comece fazendo o que precisa ser feito e depois procure fazer o que gosta!”. Mas principalmente direcionem seu trabalho pautado sempre

na ética, disciplina, zelo e respeito na área em que atuam.

Espaço reservado para que a senhora deixe um breve currículo ou resumo de suas experiências profissionais, além de breve história pessoal até a escolha do curso que se graduou.

Graduada em Ciências Contábeis. Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) (1994). Atualmente é mestranda em Ciências Contábeis pela Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (Fucapes).

Superintendente de Auditoria e Gestão da Controladoria-Geral do Estado de Alagoas, é acadêmica e Presidente da Academia Alagoana de Ciências Contábeis (Alacon) e ex-coordenadora do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Negócios (FAN). Ex-coordenadora do curso de Ciências Contábeis e professora da Seune/AL das disciplinas de Ética e Legislação Contábil, Perícia Contábil e Controladoria. Ex-professora Temporária da Universidade Federal de Alagoas (UFAL/AL) das disciplinas Auditoria e Controladoria, Seminário Temático e Informação para a Gestão Contábil no curso de Administração Pública. É membro da Comissão Nacional do Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC) e ex-diretora de Auditoria e Diretora de Contas Públicas da Controladoria Geral do Estado de Alagoas.

Ex-Secretária Adjunta da Educação do Estado de Alagoas, é perita do Juízo das Varas do Trabalho do TRT/AL. Especialista em Auditoria e Controladoria pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (Cesmac), tem experiência na área de Ciências Contábeis, com ênfase em Auditoria, Controladoria e Perícia. Ex-membro

do Conselho de Curadores da UFAL, é ex vice-presidente de Controle Interno, ex vice-presidente Técnica e de Desenvolvimento Profissional e atual vice-presidente de Registro do CRCAL. É membro do Conselho de Curadores da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e sócia da A3 Auditores.

A escolha do curso foi por afinidade familiar: uma mãe contadora e um pai fiscal de rendas. Então fiz a escolha pelo curso. Mas não me identifiquei com ele logo de início. Eu sempre gostei de análise de sistemas. Então conciliei a faculdade com um curso de Programação. Quando me formei, consegui unir os dois. Fiz vários cursos para me especializar e direcionar ao que eu queria. Hoje a minha área de atuação no Controle Interno é realizar meu trabalho usando sistemas de informação, Bussiness Inteligente – BI, Cru-

“A escolha do curso foi por afinidade familiar: uma mãe contadora e um pai fiscal de rendas. Então fiz a escolha pelo curso. Mas não me identifiquei com ele logo de início. Eu sempre gostei de análise de sistemas.”

EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL, RELATO INTEGRADO E O PROCESSO DE GERAÇÃO DE VALOR E ALOCAÇÃO DE CAPITAL DA PETROBRAS.

Palavras-chave: Contabilidade, Evidenciação socioambiental, Relato integrado.

1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, existem evidências da preocupação da humanidade com o sentido da vida e seu destino sobre a face da terra, conforme demonstrado por áreas do conhecimento como a arqueologia e objeto de reflexões por parte da filosofia. Um desafio há muito enfrentado pelos seres humanos é o da sobrevivência, somado às implicações das decisões para o alcance de tal premissa, que, no entendimento de Alberts (2000), configura-se como objeto de escolha ímpar da civilização neste início de século, cujas consequências determinarão o estado do planeta a ser herdado pelas futuras gerações e demanda-se equilíbrio das aspirações dos seres humanos com a recuperação e sustentabilidade dos sistemas que são pilares da vida humana sobre o planeta.

Durante a década de 1960, ocorreu a formação de um grupo que continha trinta pessoas oriundas de dez países, entre elas profissionais de ciências humanas, servidores públicos, industriais, economistas, educadores e cientistas, tendo-se reunido no ano de 1968 na cidade de Roma, Itália, para abordar a preocupante condição dos seres

humanos, de acordo com Watts (1972). O referido autor informa que tal grupo desenvolveu um projeto denominado The Project on the Predicament of Mankind, cujo objetivo era examinar os complexos problemas que assolavam a humanidade, a saber: pobreza no meio da fartura; degradação do meio ambiente; falta de credibilidade nas instituições; crescimento urbano descontrolado; desemprego; alienação da juventude; rejeição de valores tradicionais; inflação e outras mazelas econômicas e monetárias, aos quais denominou "problemática mundial".

Os problemas em questão são de tamanha relevância para a humanidade que a Organização Das Nações Unidas (ONU), por intermédio de sua Assembleia Geral, na Resolução nº 38/161, de 19 de dezembro de 1983, criou uma comissão especial denominada World Commission on Environment and Development (WCED), com a atribuição de elaborar relatório sobre o meio ambiente e a "problemática mundial" para o ano 2000 e além, incluindo a proposição de estratégias para o desenvolvimento sustentável (UNITED NATIONS, 1987, p. 1). O relatório da comissão especial foi intitulado Our Common Future, mas ficou conhecido como Relatório Brundtland (SCHMANDT; WARD, 1999, p. 4), em

homenagem a Gro Harlem Brundtland, que a presidiu.

Tal comissão foi convocada a formular, com urgência, "Uma agenda global para mudança", propondo estratégias de longo prazo para o meio ambiente, no sentido de alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano 2000 e além. A comissão, também, deveria recomendar maneiras para que o meio ambiente pudesse ser traduzido em maior cooperação entre países em desenvolvimento e países com diferentes estágios de desenvolvimento econômico e social, levando a objetivos comuns que considerassem as inter-relações entre pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento (BRUNDTLAND, 1987, p. 11).

A exemplo do trabalho desenvolvido pelo Clube de Roma, a WCED debruçou-se sobre as ligações entre pobreza, desigualdade e degradação ambiental nas suas análises e na formulação de recomendações para o alcance de uma nova era de crescimento econômico vigoroso e sustentável do ponto de vista social e ambiental (BRUNDTLAND, 1987, p. 14). Durante os trabalhos da WCED, ocorreram tragédias que justificavam a sua existência, com destaque para o vazamento em uma fábrica de pesticidas

em Bhopal, na Índia, e o desastre nuclear em Chernobyl, na antiga União Soviética (BRUNDTLAND, 1987, p. 15).

Foram realizadas audiências públicas em todos os continentes, quando se manifestaram vítimas da crise de endividamento, da estagnação da ajuda e do investimento em países em desenvolvimento, da queda dos preços de commodities e da queda na renda individual. Tal realidade convenceu a comissão de que maiores mudanças eram necessárias, tanto em atitudes quanto na forma como nossa sociedade era, então, organizada (BRUNDTLAND, 1987, p. 15). Nas últimas décadas do século XX, uma série de eventos discutiu questões ligadas aos meios ambientes natural e humano, com destaque para Estocolmo 1972, Rio-92, Rio+10, Rio+20, somando-se a iniciativas que resultaram no Protocolo de Kyoto e no Acordo de Paris.

Há muito acadêmicos e profissionais da contabilidade estudam as questões socioambientais, contudo, especial atenção tem sido dada ao processo de divulgação de informações por parte das organizações. Nas últimas décadas são encontrados antecedentes da pesquisa sobre evidênciação contábil, com destaque para o trabalho desenvolvido por Verrechia (2001), segundo o qual o tema é basilar para a Contabilidade, considerando que a área não contém um arquétipo central que seja referência para pesquisas sobre a temática, nem um fundamento teórico coerente, acabando por funcionar como um conjunto de modelos de base eminentemente econômica. Merece registro a manifestação de Dye (2001) criticando a publicação de Verrechia (2001) "Essays on Disclosure", sua fundamentação teórica e propondo reflexão a respeito dos rumos da temática naquele contexto. Tem se elevado o interesse de

pesquisadores da área contábil pela crescente demanda, por parte de diversos usuários internos e externos às organizações, pela publicação de relatórios mais consistentes e que reflitam mais fielmente os eventos financeiros referentes às atividades por elas realizadas, especialmente às questões socioambientais. Diga-se de passagem que a produção e divulgação de relatórios com enfoque social por parte de empresas data do início do século XX, conforme evidenciam Lewis, Parker & Sutcliffe (1984, p. 275) a respeito de publicações destinadas a empregados de empresas.

Pesquisas desenvolvidas por autores como Cooper & Sherer (1984); De Villiers, Rinaldi & Unerman (2014) Guthrie & Parker (1989); Lewis, Parker & Sutcliffe (1984), Rinaldi, Unerman & De Villiers (2018), refletem uma quebra de paradigma no

tocante ao processo de evidênciação corporativa realizado por organizações em diversos países, notadamente nas temáticas desenvolvimento sustentável, sustentabilidade corporativa e responsabilidade social corporativa. Ainda assim é significativa, conforme pontua Owen (2006), a quantidade de empresas que destacam em seus relatórios realizações de ordens social e ambiental, o que é respaldado pelas manifestações de Dye (2001) e Campbell (2007) sobre a tendência da divulgação de informações vantajosas no tocante ao desempenho econômico-financeiro com foco nos acionistas.

Destaca-se a intensificação do debate contemporâneo institucional sobre a evidênciação contábil-financeira e socioambiental, em termos do estabelecimento de novas ideias, diretrizes e normas por parte de organismos internacionais, como as INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STATEMENTS – IFRS, aquelas emanadas da GLOBAL REPORTING INITIATIVE – GRI, com ampla adoção por parte de empresas ao redor do planeta na elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade e a estrutura do Relato Integrado – RI, oriunda do INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL – IIRC e adotada no Brasil por organizações como BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES e PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. – PETROBRAS.

O presente artigo tem como objetivo geral investigar antecedentes, estágio atual e tendências da pesquisa sobre Relato Integrado (RI) e objetivos específicos: (1) apresentar uma síntese da estrutura do RI e seus conceitos fundamentais; (2) identificar os princípios básicos e os elementos de conteúdo do RI, e (3)

“As últimas décadas são encontrados antecedentes da pesquisa sobre evidênciação contábil, com destaque para o trabalho desenvolvido por Verrechia (2001), segundo o qual o tema é basilar para a Contabilidade, com destaque para o trabalho desenvolvido por Verrechia (2001).”

apresentar algumas considerações sobre o processo de geração de valor e da alocação de capital da Petrobras no com base no RI de 2017. O texto está estruturado como segue: na próxima seção é realizada uma breve revisão de literatura e apresentadas algumas considerações sobre o da RI Petrobras e, na conclusão, o trabalho é consolidado com indicativos para futuros estudos.

2. Evidenciação socioambiental e relato integrado

A regulação sobre evidenciação socioambiental tem sofrido avanços ao redor do mundo, com destaque para o advento da DIRETIVA 2014/95/EU, que trata da “[...] evidenciação de informações não financeiras e de diversidade por parte de grandes empreendimentos e grupos econômicos”, no âmbito da União Europeia (EUROPEAN PARLIAMENT [EP] e COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION [CEU], 2014, p. 330/1, tradução nossa), podendo ser citado como exemplo de implementação o caso da Itália, mediante o Decreto Legislativo Italiano 254/2016 (Atlantia, 2018, tradução nossa). Tais normativos visam à elevação do nível de fidelidade da divulgação, para a sociedade, dos impactos decorrentes das atividades das organizações, especialmente em se tratando dos aspectos qualitativos.

Na estrutura preconizada pelo IIRC, RI é definido como “[...] um documento conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor em curto, médio e

longo prazo”, cujo foco é informar aos acionistas e financiadores externos, como ocorre o processo de geração de valor da organização (IIRC, 2013, p. 7). O êxito em sua implementação passa pela compreensão clara dos conceitos chave, destacados neste estudo, como vetores no alcance da accountability por parte das organizações. A construção dos elementos de conteúdo e dos princípios básicos que devem nortear o conteúdo geral do RI é o escopo da sua estrutura, além da elucidação de sua base, que são os conceitos fundamentais. As principais destinatárias da estrutura são as empresas do setor privado, sendo possível sua adoção em instituições do poder público e organizações do Terceiro Setor (IIRC, 2013, p. 7).

O fluxo de recursos financeiros e não financeiros (capitais), que viabiliza o funcionamento sustentável da organização, tem papel destacado no contexto do RI figurando no âmbito dos conceitos fundamentais que formam a estrutura, com a seguinte classificação e descrição (IIRC, 2013, p. 11-12): “Capital financeiro, Capital manufaturado, Capital humano, Capital social e de relacionamento, e Capital natural”.

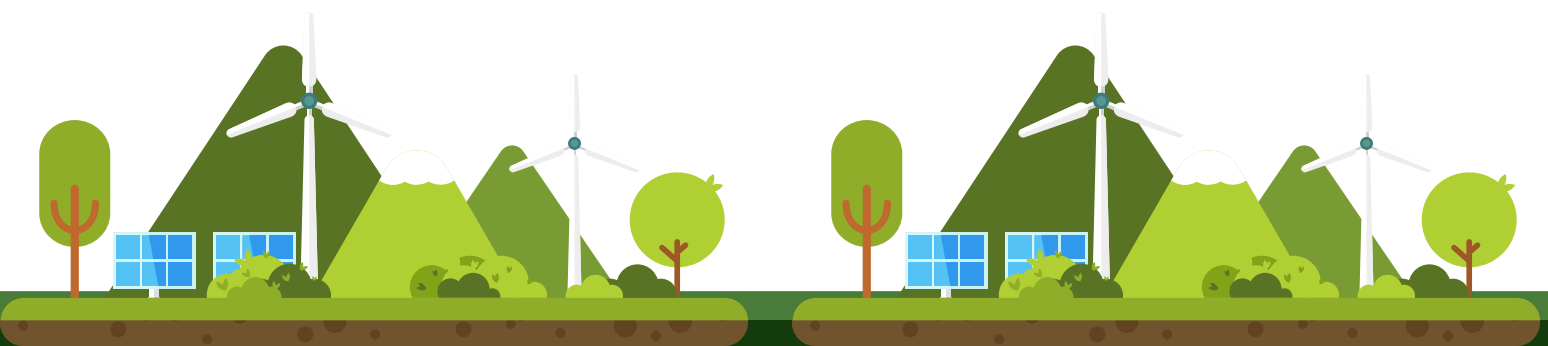
Ressalte-se que o texto da estrutura do RI deixa clara a não exigência de adoção de tais categorias, o que pode ser feito de formas alternativas. Em que pese sua adoção não ter caráter normativo, a estrutura do RI estabelece parâmetros quantitativos e qualitativos que tratam do formato da evidenciação, de sua aplicação, além de premissas de responsabilidade aos quais é delegada a

governança da organização. A elucidação do processo de criação de valor no RI é aspecto chave na implementação da estrutura (IIRC, 2013).

O processo de geração de valor ocorre com a premissa de sinergia entre os seguintes componentes: “ambiente externo, missão, visão, modelo de negócios, capitais, atividades empresariais, impactos das atividades e produtos, riscos, oportunidades, estratégia, alocação de recursos, desempenho e perspectiva da organização” (IIRC, 2013, p. 12-13).

Os pilares sobre os quais o RI é preparado e apresentado são representados pelos seus “Princípios Básicos”, os quais se destinam a informar seu conteúdo e a forma de apresentação da informação. Os referidos princípios são os seguintes (IIRC, 2013, p. 16): “Foco estratégico e orientação para o futuro, Conectividade da informação, Relações com partes interessadas, Materialidade, Concisão, Confiabilidade e completude e, Coerência e comparabilidade”.

A estrutura do RI trabalha com o conceito de “limites do relato”, que compreende o que nela é denominada “entidade sede do relato” (ou seja, a organização propriamente dita) e os “Riscos, oportunidades e impactos atribuíveis ou associados a outras entidades/partes interessadas além [...]” dela própria, cujas operações possam afetar seu processo de geração de valor. Os personagens considerados nesse contexto são: “colaboradores, consumidores, fornecedores, parceiros



de negócios, comunidades e outros” (IIRC, 2013, p.19).

Outros aspectos importantes presentes na estrutura do RI são os chamados “elementos de conteúdo”, apresentados juntamente com questões que visam nortear à preparação e apresentação desta parte do RI. São os seguintes (IIRC, 2013, p.24): “Visão geral organizacional e ambiente externo, Governança, Modelo de negócios, Riscos e oportunidades, Estratégia e alocação de recursos, Desempenho, Perspectivas, Base de preparação e [...], Orientações gerais sobre relatórios”.

2.1 O CASO PETROBRAS

A Petrobras iniciou suas atividades em 1953, com a empresa Petróleo Brasileiro S. A. Atualmente opera em 25 países, tais como: Brasil, Estados Unidos da América, Chile, China e Holanda. A base do RI é composta pelo Relatório Anual, Relatório de Sustentabilidade e pelas Demonstrações Contábeis (Petrobras, 2017) e sua elaboração está referenciada nas temáticas presentes em sua matriz de materialidade, a partir de questões consideradas relevantes de acordo com a influência exercida em seu processo de geração de valor. Alinhados com seu “Plano Estratégico e Plano de Negócios e Gestão” estão a “Segurança e Compromisso com a Vida e Desalavancagem Financeira”, tratados como principais temas dentre aqueles considerados materiais (PETROBRAS, 2018, p. 8). No modelo de negócios a empresa demonstra como ocorre a utilização de recursos, o processo de geração de valor destinado aos stakeholders, a análise do contexto no qual está inserida, da evolução de sua gestão, governança e estratégias de mercado

3. CONCLUSÃO

Este artigo buscou investigar os antecedentes, o estágio atual e tendências da pesquisa sobre RI, realizar uma síntese de sua estrutura e seus conceitos fundamentais, identificar seus princípios básicos, identificar seus princípios básicos e elementos de conteúdo, além de sintetizar o processo de geração de valor e a alocação de capital da Petrobras no ano de 2017.

Para tanto, na revisão da literatura, foram abordados o estágio atual da evidenciação socioambiental, com destaque para exemplos de experiências exitosas de regulação no cenário internacional, bem como a definição de RI, a construção dos elementos de conteúdo e seus princípios básicos que desempenham papel fundamental na adoção da estrutura, a qual destina-se especialmente às empresas do setor privado. Em alinhamento com as crescentes demandas da sociedade por maior clareza na divulgação de informações financeiras e não financeiras, tratou-se do fluxo dos denominados capitais conforme suas categorias tendo como premissa a sinergia entre os componentes do ambiente de negócios no qual a organização está inserida. Foi também apresentado o conceito de limites do relato, que envolve aspectos relativos aos impactos das operações da organização nos stakeholders e fatores inerentes à gestão e governança.

Para proporcionar ao leitor contato com a prática da adoção do RI no Brasil, foram apresentadas algumas considerações sobre a experiência vivenciada pela Petrobras no ano de 2017, cuja estrutura é composta pelo Relatório Anual, Relatório de Sustentabilidade e pelas Demonstrações contábeis, com destaque

para sua matriz de materialidade, sua rede de relacionamentos e o processo de geração de valor a todos os personagens envolvidos em tal contexto.

Assim, sugere-se ao leitor, como forma de aprofundamento do tema, leitura completa de todos os relatórios componentes do RI da empresa aqui analisada, consulta ao sítio do IIRC para melhor conhecimento das diretrizes de tal entidade para a adoção do RI, além de leitura do RI de organizações como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BRF Brasil Foods S. A., entre outras.

“Em alinhamento com as crescentes demandas da sociedade por maior clareza na divulgação de informações financeiras e não financeiras.”

4. REFERÊNCIAS

ADAMS, Sarah; SIMNETT, Roger. Integrated Reporting: An Opportunity for Australia's Not for-Profit Sector: Integrated Reporting for Not-for-Profit Sector. *Australian Accounting Review*, v. 21, n. 3, p. 292–301, 2011. ALBERTS, Bruce. Foreword. In: SCHMANDT, Jurgen; WARD, C. H. (Org.) *Sustainable development: the challenge of transition*. Cambridge: Cambridge University, 2000.

ATLANTIA S.p.A. Integrated Report

Summary . Retrieved September, 04, 2018, from <http://www.atlantia.it/en/sustainability/integrated-report>, 2018.

BOVENS, M. Analysing and assessing public accountability: a conceptual framework. *European Governance Papers*, C-06-01, p. 1-37, 2006. BRUNDTLAND, Gro Harlem. Chairman's foreword. In: UNITED NATIONS. Report of the world commission on environment and development. New York, 1987. CAMPBELL, John L. Why would corporations behave in socially responsible ways? an institutional theory of corporate social responsibility. *Academy of Management Review*, v. 32, n. 3, p. 946-967, 2007. CARVALHO, L. N.; KASSAI, J. R. Relato integrado: a nova revolução contábil. *Revista FIPECAFI*. v. 1, n. 1, p. 21-34, Ago, 2014.

COOPER, David J.; SHERER, Michael J. The value of corporate accounting reports: Arguments for a political economy of accounting. *Accounting, Organizations and Society*, v. 9, n. 3-4, p. 207-232, 1984.

DE VILLIERS, C., Rinaldi, L. & Unerman, J. Integrated reporting: insights, gaps and an agenda for future research. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, v. 27, n. 7), p. 1042-1067, 2014
DYE, R. An evaluation of "essays on disclosure" and the disclosure literature in Accounting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, n. 1, p. 181-235, 2001. EUROPEAN PARLIAMENT; COUNCIL OF THE EUTOPRAN UNION. Directive 2014/95/EU of the European Parliament and of the Council. *Official Journal of the European Union*. p. 330/1-330/9, 2014.

GRI. G4. Sustainability Reporting Guidelines. Available on the GRI's website, <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/GRIG4-Part1-Reporting->

[Principles-and-Standard-Disclosures.pdf](#), 2013. GUTHRIE, James; PARKER, Lee D. Corporate Social Reporting: A Rebuttal of Legitimacy Theory. *Accounting and Business Research*, v. 19, n. 76, p. 343-352, 1989. HOWITT, R. Relatório integrado resalta geração de valor da companhia. Retrieved August, 23, 2018, from <http://ibgcmfoco.wixsite.com/ibgcmfoco/single-post/2018/08/23/Relat%C3%B3rio-integrado-ressalta-gera%C3%A7%C3%A3o-de-valor-da-companhia>, 2018. INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC), *Integrated Reporting: The IIRC*, available at: www.theiirc.org/, 2013.

LEWIS, N. R., Parker, L. D. & Sutcliffe, P. Financial reporting to employees: the pattern of development 1919 to 1979. *Accounting, Organizations & Society*, v. 9, n. 3/4, p. 275-289, 1984.

OWEN, Dave. Emerging issues in sustainability reporting. *Business Strategy and the Environment*, v. 15, n. 4, p. 217-218, 2006.

Petróleo Brasileiro S.A. Annual report 2017. Retrieved November, 09, 2018, from <http://www.investidorpetrobras.com.br/en/annual-reports/integrated-report/annual-report>, 2018.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. Financial statements. Retrieved November, 09, 2018, from <http://www.investidorpetrobras.com.br/en/annual-reports/integrated-report/financial-statements>, 2018.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. Integrated Report Executive Summary 2017. Retrieved November, 09, 2018, from <http://www.investidorpetrobras.com.br/en/annual-reports/integrated-report>, 2018.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. (2018). Sustainability 2017. Retrieved November, 10, 2018, from <http://www.investidorpetrobras.com.br/en/annual-reports/integrated-report/sustainability>
RINALDI, L., Unerman, J. & de Villiers, C. Evaluating the integrated reporting journey: insights, gaps and agendas for future research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 31, n. 5, p. 1294-1318, 2018. SCHMANDT, Jurgen. From idea to action: the role of policy. In: SCHMANDT, Jurgen; WARD, C. H. Sustainable development: the challenge of transition. Cambridge: Cambridge University, 2000. UNITED NATIONS. Our common future: report of the world commission on environment and development. New York, 1987.

VERRECHIA, R. Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, n. 1, p. 97-180, 2001.

WATTS, William. Foreword. In: MEADOWS, Donella H. et al. The limits to growth: a report for the club of rome's project on the predicament of mankind. London: Potomac, 1972.



Gabriel Moreira Campos

Doutor em Ciências Contábeis pela FEA/USP
Professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFES
Membro da Academia Capixaba de Ciências Contábeis - ACACICON



PERFIL

Sergio de Iudícibus

Professor universitário e conferencista internacional de Contabilidade, é professor titular aposentado da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

Para o senhor, qual o principal papel do professor e sua contribuição para a sociedade brasileira?

O papel do professor na sociedade brasileira é múltiplo: além de exercer sua função de maneira correta e tecnicamente avançada, é importante sua participação, em sentido amplo, nas discussões sobre os grandes temas nacionais, de uma forma lúcida e científica para ajudar a encaminhar a solução dos grandes problemas nacionais. O desempenho como professor é a coisa mais importante, mas a inserção dos grandes problemas nacionais também é muito importante. Os professores e contadores têm deixado a desejar nesse aspecto. Raramente se vê um contador discutindo os grandes problemas nacionais e a contribuição que pode dar. No livro "O Brasil que deu certo", ele diz que os contadores poderiam ajudar a substituir os julgamentos econômicos com a Contabilidade.

Em sua opinião, de que forma a profissão contábil foi desenvolvida no País nos últimos anos? Como ela se tornou tão valiosa para a sociedade?

Poderia ser ainda mais valiosa, se teóricos participassem mais nos assuntos regulatórios da contabilidade! Há um certo distanciamento entre professores e as agências regulatórias, apesar de que, nessas, atuam vários docentes muito capacitados. A história das agências regulatórias e o grande progresso que a Contabilidade teve no Brasil, é um trabalho de ano de várias universidades e escolas. Principalmente na USP e em outras universidades, houve no início da década de 60, uma grande revolução contábil. Saímos da grande escola alemã e começamos uma nova contabilidade, uma forma diferente.

A Contabilidade, historicamente, começou como inventário sucessivo em períodos de tempo, — só depois se observou. Aposto que agora é muito mais fácil e mais tranquilo para os alunos. Hoje temos um panorama bastante interessante que levou um contador a uma evidência muito maior do que antigamente. O que precisamos agora é que as universidades desenvolvam mais o currículo, colocando IFRS (sigla em inglês). Na parte de currículo, precisaria diminuir as matérias contábeis

e aumentar disciplinas de cultura geral; o contador só se impõe se souber se apresentar.

Conte um pouco sobre sua trajetória no universo literário. Comente sobre os livros e a importância de

“A história das agências regulatórias e o grande progresso que a Contabilidade teve no Brasil, é um trabalho de ano de várias universidades e escolas.

Principalmente na USP e em outras universidades, houve, no início da década de 60, uma grande revolução contábil.”

desenvolvê-los.

Sempre considerei minha atividade literária, incluindo livros e artigos, como a parcela mais importante de minha contribuição para a profissão. Nos livros e artigos, empenhei-me em deixar, de fato, o testemunho mais sincero e pessoal, para alunos e professores, bem como praticantes.

Em quase toda a minha carreira, eu me dediquei ao ensino, à pesquisa e ao serviço à comunidade. Já sou aposentado na USP e hoje estou na PUC, em tempo integral. Hoje a minha abordagem principal é a pesquisa e a transmissão de conhecimento aos usuários. Meu grande coautor é o José Carlos Marion, que tenho grande autoria. Hoje o professor que dá aula de mestrado e doutorado tem que escrever artigos avaliados pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior – órgão do Ministério da Educação). Temos que melhorar cada vez mais os artigos. Ainda pretendo escrever bastante; já sou um professor emérito da USP, uma das faculdades mais citadas nas pesquisas de usuários. Essa parte de escrever é a mais interessante, além do meu convívio com os alunos.

Quais desafios e possibilidades o senhor poderia citar, a partir de sua experiência, na área contábil?

O maior desafio que encontramos atualmente é estudar e pesquisar os ativos intangíveis criados internamente, para a Contabilidade ser mais útil para as empresas digitais.

Os desafios e as possibilidades são imensas; eu nunca me esqueço de um professor de conselho de Contabilidade: ele sempre falava "este século é o século da Contabilidade". Este século é o século da tecnologia. Eu acho que não há limites para o progresso que a disciplina pode ter, depende só de nós.

Em sua opinião, as ferramentas e os contadores podem se complementar na construção do novo mercado de trabalho?

Tecnologia e Contabilidade têm que andar sempre juntas. Mas a análise profunda das informações contábeis, visando a melhor nutrição para o usuário, é sempre a faceta mais importante.

Qual recado o senhor daria aos estudantes de Ciências Contábeis que encaram um novo cenário na profissão?

Complementar a formação essencialmente técnica com um grau bastante desenvolvido de cultura geral. Eu segui por muitos anos cinco contadores que são os mais bem-sucedidos da profissão no Brasil. Eu notei algumas qualidades que aparecem em todos eles:

- 1 – domínio total da disciplina em todos os aspectos;
- 2 – uma grande facilidade de comunicação. Através da boa comunicação, o controlador pode ir além, ele é um psicólogo na verdade;
- 3 – nunca desistir. Esses contadores têm as qualidades da força de vontade; sempre estudar cada vez mais; acostumar-se a fazer pesquisa. Não é só o pesquisador acadêmico que precisa estudar a pesquisa.



4 – sentido íntimo do que é material e o que é imaterial nas demonstrações contábeis. Isso não existe em nenhum cálculo, em nenhum livro. Antes de um jovem se dedicar a alguma universidade, deveria fazer o teste vocacional. A vocação mais importante do contador é distinguir em uma demonstração contábil o que é relevante e o que não é.

“Esses contadores têm as qualidades da força de vontade; sempre estudar cada vez mais; acostumar-se a fazer pesquisa. Não é só o pesquisador acadêmico que precisa estudar a pesquisa.”



Qual a maior experiência que a Contabilidade lhe proporcionou?

A sensação de ter sido razoavelmente útil para a profissão. Uma grande experiência foi eu ter sido professor no Brasil e nos Estados Unidos. Eu fui professor da Universidade do Kansas (1986) e acho que fui o primeiro professor brasileiro de curso de mestrado nos Estados Unidos. Eu fui a convite da universidade. Eu fui dar aula de administração (*management*) e também correção monetária brasileira. Uma coisa me deixou muito feliz: na avaliação dos alunos as minhas médias foram superiores às dos professores nativos. E um certo prestígio que ganhei com a Contabilidade foi ter sido diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil (1993), participei de Conselhos Fiscais do Brasil. Também dei palestras na Universidade de Pisa – Universidade urbana champagne, no estado de Illinois, na época a universidade americana mais importante em nível de área contábil.

Espaço reservado para que o senhor deixe um resumo de suas experiências profissionais, além de breve história pessoal até a escolha do curso que se graduou.

Minha história pessoal até a escolha do curso de Contábeis (e Atuariais) foi bastante dispersa: demorei para saber o que, de fato, gostaria de estudar. Fiquei entre ser pianista profissional, Medicina e Contabilidade! Para minha sorte, embora algo tardiamente, escolhi Contabilidade. Minha vivência está 90% ligada ao ensino e pesquisa, tendo percorrido todas as etapas de concursos existentes na Universidade de São Paulo, onde inicialmente me graduei. Sou autor ou coautor de cerca de 20 livros e de centena de artigos. Atualmente sou professor do mestrado na PUCSP. A comunidade profissional contábil tem me agraciado com inúmeras honrarias, que guardo com muito orgulho e respeito.





Editor: Clóvis Belbute Peres

Cara leitora e caro leitor,

Seguimos com nossa resenha de uma obra antiga e consagrada e outra instigante e atual. Nesta edição, trazemos duas obras de um prolífico pensador das finanças brasileiras: o professor Fernando Rezende. Nada mais atual que o tema sobre o qual ele tem se debruçado: finanças públicas, federalismo e reforma tributária. Boa leitura!



Arte do Direito

Livro: Finanças Públicas
Autor: Fernando Rezende
Ed: Atlas
Ano: 1983

A primeira edição desse clássico é de 1978, ou seja, completou recentemente seu 40º aniversário! Seu tema e sua abordagem clara são, contudo, atualíssimos e responsáveis por sua edição até 2002.

A obra do professor da FGV destaca-se em pelo menos três aspectos. Primeiro, o linguajar é direto, sem maneirismos, e o texto bem estruturado em capítulos não muito longos. Segundo, a abordagem, em quatro partes — introdução, gasto público, financiamento dos gastos e política fiscal — cobre o espectro das finanças públicas em pouco mais de 300 páginas. Terceiro, e não menos importante, a obra encontra o meio termo entre a discussão conceitual e a realidade dos fatos, que o autor traz à tona pela discussão de exemplos concretos do Brasil e do exterior.

Algumas passagens e discussões são verdadeiras pérolas. A discussão sobre a teoria do IVA no capítulo 11, por exemplo, é uma dessas passagens. O autor discute o IVA sobre diferentes óticas: número de etapas, desonerações previstas, método de cálculo, etc. Os dois capítulos sobre a renda (pessoal e das empresas) são também primorosos em seu valor histórico.

Para o leitor apressado — que em nossos dias tem cada vez menos tempo de ler uma obra como essa de início ao fim — sugiro os primeiros capítulos de cada uma das partes. Ali ela ou ele terá, além da introdução histórica, os elementos básicos que deveriam permear qualquer política fiscal.



Basta de Cidadania Obscena!

Livro: A Política e a Economia da Despesa Pública
Autor: Fernando Rezende
Ed: FGV Editora
Ano: 2015

Se o texto "Finanças Públicas" do Professor Fernando Rezende é um clássico como livro-texto, uma de suas obras mais recente, "A Política e a Economia da Despesa Pública", é um ensaio compacto, objetivo e inovador.

A leitura é de pouco mais de 150 páginas e a análise centrada na dimensão política da despesa pública. O autor menciona que as escolhas dos constituintes de 1988 com a consequente expansão do gasto e o engessamento orçamentário têm gerado conflitos que não podem mais ser facilmente acomodados. Na introdução, Rezende menciona explicitamente que o objetivo do livro é "contribuir para provocar um debate político".

O texto nada possui de ensaio político tradicional, todavia. A exposição é permeada de uma característica um tanto inusitada: ao expor os dados subjacentes, o autor facilita a reflexão através de "barômetros", gráficos que indicam como o ponteiro das pressões orçamentárias se posiciona entre os estados de "tranquilidade", "instabilidade", "estabilidade" e "conflito".

O livro não é uma cartilha, mas uma lúcida exposição sobre escolhas orçamentárias e como uma nova reforma nessa área está em estado de urgente necessidade.

DESENVOLVER, INSPIRAR, EVOLUIR!

FBC



**O mercado
Impactado
por você**

EAD

PRESENCIAL

**CURSOS
FBC**



**FUNDAÇÃO BRASILEIRA
DE CONTABILIDADE**

Evoluir, sempre. Esse é o conceito central inerente a cada um dos cursos da Fundação Brasileira de Contabilidade - FBC, sejam eles cursos presenciais ou EAD.

Por isso, você, contador, perito, analista, auditor, deve ter em sua rotina diária o acompanhamento de nossa grade de cursos para nunca ficar de fora do que é essencial para seu desenvolvimento profissional!



fbc.org.br | (61) 3246-7120

FBC

**FUNDAÇÃO
BRASILEIRA DE
CONTABILIDADE**